



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XII Legislatura

Número: 33

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 15 de julho de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários votos:

[Voto de congratulação pelos prémios alcançados pelo Queijo de S. Jorge](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de congratulação pelos prémios alcançados pelo Queijo de S. Jorge](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*);

[Voto de congratulação pelos prémios alcançados pelo Queijo de S. Jorge](#)

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a sua leitura levada a cabo pela Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*);

[Voto de saudação à designer Mariana Costa e Silva](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados: Pedro Neves (*PAN*), Rodolfo Franca (*PS*) e Deputada Vânia Ferreira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de saudação ao povo de Cuba

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados: Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e António Lima (*BE*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram, desta feita com a apresentação de **Declarações Políticas**.

A primeira declaração política foi feita pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), tendo participado posteriormente no debate os seguintes Srs. Deputados: Carlos Freitas (*PSD*), José Contente (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*).

Em seguida, o Sr. Deputado António Lima (*BE*) também apresentou uma declaração política. Pediram para intervir as/os seguintes Sras. e Srs. Deputados: Andreia Cardoso (*PS*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Independente*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

A última declaração política foi proferida pelo Sr. Deputado Gustavo Alves (*PPM*). Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: Bruno Belo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião com a [Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das](#)

[câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores](#)”, apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) da Representação Parlamentar do PAN.

O debate prosseguiu com a apresentação do [Projeto de Resolução n.º 40/XII – “Captação de água para a agropecuária na freguesia da Lomba de São Pedro”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação da iniciativa pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*), pediram a palavra para intervenções os Srs. Deputados: Carlos Silva (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Alberto Ponte (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetida a votação, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

No final foi proferida uma Declaração de Voto pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*).

Os trabalhos continuaram com a apresentação do [Projeto de Resolução n.º 44/XII – “Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas para o relançamento económico do setor do leite e laticínios”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Feita a apresentação do projeto de resolução pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), pediram para intervir no debate os seguintes Srs. Deputados: Bruno Belo (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Alberto Ponte (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Submetido a votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi apresentado o [Projeto de Resolução n.º 49/XII – “Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a sua apresentação ter sido feita pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), pediram para usar da palavra os seguintes Sras. e Srs. Deputados: Pedro

Neves (*PAN*), Tiago Lopes (*PS*), João Vasco Costa (*PS*), Ana Quental (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido a votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas 44 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rui Filipe Vieira Anjos

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Miguel Amaral Oliveira

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados a nossa manhã está reservada ao período de Tratamento de Assuntos Políticos, reservado à emissão de votos e declarações políticas. Os

tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40 minutos, o CDS-PP de 16 minutos, o Bloco e o PPM dispõem cada de 12 minutos, as representações parlamentares do CH, IL e do PAN dispõem de 10 minutos, o Sr. Deputado Independente dispõe para o período legislativo de 5 minutos e o Governo dispõe de 20 minutos.

Vamos iniciar com a apresentação de votos. O primeiro voto era para uma pessoa que não está na sala, vamos avançar.

O primeiro voto é um voto de congratulação sobre a atribuição de prémios aos queijos de São Jorge. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação sobre a atribuição de prémios ao Queijo São Jorge DOP no Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada

O Queijo São Jorge, verdadeiro “ex-libris” da Ilha de S. Jorge e da Região Autónoma dos Açores, prossegue o seu caminho de sucesso com a atribuição de várias medalhas em mais um concurso nacional de queijos.

O Queijo de São Jorge é uma Denominação de Origem Protegida (DOP) legalmente reservada a certo tipo de queijo fabricado com leite de vaca cru na ilha de São Jorge, Açores, a qual para efeitos de produção constitui, na sua totalidade, a Região Demarcada do Queijo São Jorge.

As características do Queijo São Jorge, a sua forma de fabrico e de certificação, estão fixadas no Decreto Regulamentar Regional n.º 24/86/A, de 9 de Julho, sendo a entidade certificadora do produto a Confraria do Queijo de São Jorge, e o agrupamento gestor da DOP a UNIQUEIJO - União de Cooperativas

Agrícolas da Ilha de São Jorge, uma entidade que reúne as cooperativas de produção de queijo da ilha.

A produção de queijo na ilha de São Jorge ocorreu desde os primórdios da sua colonização. As condições climáticas excelentes para a produção de pastagem existentes na ilha fizeram com que, desde o início, os habitantes recorressem ao fabrico de queijos como reserva alimentar e forma de aproveitamento do excesso de produção de leite face ao seu consumo em natureza. Por outro lado, a especificidade dos queijos feitos em São Jorge, para além da perícia e dos saberes dos queijeiros jorgenses, é atribuível às características dos pastos abundantes nas zonas de média e elevada altitude que lhes dá particulares características que se refletem nas propriedades organoléticas do leite ali produzido.

O Queijo São Jorge é assim o produto de quase quinhentos anos de evolução na produção de queijo de leite de vaca, mantendo as características específicas que o clima e a vegetação das pastagens da ilha determinam por via do leite cru utilizado.

No passado dia 28 de junho - os Queijos São Jorge DOP 4, 7, 12 e 24 meses de cura, foram distinguidos com medalha de ouro e o Queijo São Jorge DOP 24 meses também homenageado com a medalha “O Melhor dos Melhores” no 11.º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada. Organizado pelo Centro Nacional de Exposições (CNEMA) e pela Qualifica, esta distinção resulta de uma prova cega de diversas amostras, em representação de várias regiões do país.

Estas distinções são o reflexo de uma tradição ancestral e da qualidade do trabalho desenvolvido na Ilha de São Jorge pelos produtores de leite que com o seu saber conferem à matéria-prima do queijo as condições necessárias para o desenvolvimento de um produto único, de qualidade e excelência cada vez mais apreciadas, reconhecimento que é também devido a todas as outras entidades que integram o “ciclo do queijo”, desde a sua fabricação nas cooperativas da

UNIQUEJO, à certificação pela Confraria do Queijo de S. Jorge e posteriormente à comercialização pela Lactaçoeres, de um produto que além de uma referência fundamental da Ilha de S. Jorge constitui um dos pilares fundamentais da sua economia.

Por tudo isto, e pela reconhecida importância económica e social da produção do Queijo de São Jorge pela qualidade do produto, e pelo reconhecimento cada vez maior através de sucessivos prémios e galardões nacionais e internacionais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe, nos termos regimentais aplicáveis, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita os Produtores de Leite de S. Jorge, a UNIQUEIJO - União de Cooperativas Agrícolas da Ilha de São Jorge, a Confraria do Queijo de S. Jorge, a Lactaçoeres os seus colaboradores, bem como todos os seus os parceiros pelos prémios obtidos e pelo sucesso dos seus esforços que fazem do Queijo de S. Jorge um produto de excelência e uma marca de relevo, Nacional e Internacional da Região.

Do presente voto será dado conhecimento às Associações de Agricultores da Ilha de S. Jorge, à União da Cooperativas de S. Jorge (UNIQUEJO), à Confraria do Queijo de São Jorge e à Lactaçoeres.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de julho de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Elisa Sousa, Paulo Silveira, Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

Sr. Secretário faça o favor.

Secretário: Bom dia a todos.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL, 1 do Sr. Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

O próximo voto é de congratulação, também ao queijo de São Jorge, pela conquista de quatro medalhas de ouro. É apresentado pelo CDS e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Queijo São Jorge DOP conquista 4 medalhas de ouro e a medalha “O Melhor dos Melhores”

Os Queijos São Jorge DOP 4, 7, 12 e 24 meses de cura foram distinguidos com medalha de ouro, tendo também o Queijo São Jorge DOP 24 meses sido homenageado com a medalha “O Melhor dos Melhores” no 11º Concurso Nacional de Queijos Tradicionais Portugueses de Cura Prolongada, organizado pelo CNEMA (Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas) e pela Associação Qualifica/oriGIn Portugal.

Esta distinção resulta de uma prova cega de diversas amostras, em representação de várias regiões do país.

Os resultados alcançados orgulham todos os Jorgenses e Açorianos, sendo um reconhecimento a todos os que produzem o produto de excelência que é o

Queijo de São Jorge, assim como a todos os que produzem a matéria-prima de alta qualidade que permite obter na nossa “joia da coroa”.

Estes bons resultados agora obtidos devem-se ao esforço e ao trabalho desenvolvido pelos produtores de leite de São Jorge, pelos investimentos que têm feito nas suas explorações, desde a sua modernização, na melhoria do maneio e bem-estar animal ou ainda na área da genética, e que permitem termos uma matéria-prima de qualidade reconhecida.

Inúmeros especialistas regionais, nacionais e internacionais reconhecem a qualidade do queijo de São Jorge, caracterizando este como um dos queijos com maior personalidade e que, raramente, deixa indiferente quem o aprecia.

Distingue-se dos demais queijos pelo típico e intenso sabor picante que lhe confere personalidade única e se vai evidenciando e apurando ao longo do tempo de cura.

A conquista destes prémios deve ser também um incentivo à indústria, para que continue a investir na qualidade, na inovação e no marketing para que se consiga vender cada vez melhor, os nossos produtos, reforçando a procura de novos mercados, com vista a que este produto de excelência seja cada vez mais valorizado, permitindo um rendimento mais justo e equilibrado na cadeia de valor.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista de 4 medalhas de ouro no Queijo São Jorge DOP 4, 7, 12 e 24 meses e pela conquista da medalha “O Melhor dos Melhores” no Queijo São Jorge DOP 24 meses.

Esta congratulação é extensiva a todos os produtores, funcionários e intervenientes no processo de produção, transformação, certificação e comercialização, que dedicam o seu tempo, trabalho e empenho em prol do seu produto de excelência, o Queijo de São Jorge.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Uniqueijo e suas associadas Cooperativas da Beira, dos Lourais e da Finisterra, à Confraria do Queijo de São Jorge, à Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge e à Associação de Jovens Agricultores da Ilha de São Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 15 de julho de 2021.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Pedro Pinto e Rui Martins

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL, 1 do Sr. Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: O próximo voto é um voto de saudação também ao queijo de São Jorge pelas quatro medalhas de ouro obtidas, é apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor Sra. Deputada.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação pela conquista de quatro medalhas de ouro e a medalha “melhor dos melhores” do Queijo de São Jorge, no 11.º concurso nacional de queijos tradicionais Portugueses de cura prolongada

No 11.º concurso nacional de queijos tradicionais Portugueses de cura prolongada, os Queijos de São Jorge DOP de 4, 7, 12 e 24 meses de cura foram distinguidos com medalha de ouro, e o Queijo São Jorge DOP de 24 meses foi homenageado com a medalha “O Melhor dos Melhores”.

Este evento decorreu no passado mês de abril, em Santarém, sendo a organização da responsabilidade do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, S.A. e da Qualifica.

Esta distinção resulta de provas de diversas amostras, das várias regiões do país. O queijo de São Jorge-DOP, é reconhecido a nível nacional e internacional, produzido exclusivamente em São Jorge, a partir do leite de vaca cru, com adição de coalho e sal. A cura mínima é de 3 meses e a máxima de 36 meses.

O queijo, consoante o seu tempo de cura, adquire um aroma forte e um sabor ligeiramente picante, podendo ser adquirido inteiro, quartos, fatias, rolos ou ralado.

O queijo de São Jorge-DOP é sujeito a um processo de certificação que é realizado através de prova sensorial, dispondo a confraria de um painel de provadores, devidamente qualificados e treinados. Além do mais o processo de controlo é feito através de auditorias e análises periódicas às três cooperativas produtoras de queijo de São Jorge.

Neste ano de 2021 o queijo de São Jorge passou a constar da lista de produtos protegidos a comercializar entre a União Europeia e o Japão e o fazer parte desta lista de indicações protegidas tem como fim isentar as taxas de exportação e evitar falsificações do produto.

Uma grande percentagem da comercialização do queijo de São Jorge tem como destino os Estados Unidos e o Canadá, intitulado o mercado da saúde.

A excelência deste produto deve-se a todos aqueles que labutam em prol dele e deste pilar da economia jorgense, os produtores de leite, com a obtenção de matéria-prima de particular qualidade requerida para a classificação como

produto DOP, e aos funcionários, só através de uma mão-de-obra especializada se consegue um Queijo São Jorge DOP, mantendo uma tradição com 500 anos de história.

É necessário continuar a garantir a qualidade do leite, a qualidade e eficiência das salas de produção, uma gestão eficiente de forma a garantir os níveis de confiança de todos, não descurando os esforços na comercialização, pois o queijo de São Jorge enfrenta todos os dias novos desafios.

Por tudo isto, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe a esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove este voto de saudação ao Queijo de São Jorge pela conquista de quatro medalhas de ouro e a medalha “melhor dos melhores”, no 11.º concurso nacional de queijos tradicionais Portugueses de cura prolongada.

Esta saudação é extensiva a todos os confrades, funcionários e dirigentes que se dedicam todos os dias em prol da qualidade do Queijo de São Jorge, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento socioeconómico e cultural da Ilha de São Jorge.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Confraria do Queijo de São Jorge, à Direção e Assembleia Geral da Uniqueijo, ao Conselho de Ilha, às Assembleias Municipais de Velas e Calheta, à Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge e à Associação de Jovens Agricultores da Ilha de São Jorge.

Disse.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 15 de julho de 2021.

Os Deputados, Maria Isabel Teixeira, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria e Miguel Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 1 do CH, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL, 1 do Sr. Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo voto é um voto de saudação à designer Mariana Costa e Silva. É apresentado pelo CDS-PP e tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voto de Saudação

**À designer terceirense Mariana Costa e Silva pelo projeto “FAZ”,
finalista dos prémios Novo Bauhaus Europeu**

O Novo Bauhaus Europeu é um projeto criativo e interdisciplinar, de iniciativa da Comissão Europeia, que visa permitir a conceção de soluções para problemas quotidianos, ao derrubar fronteiras entre a ciência e a tecnologia, a arte, a cultura e a inclusão social.

Herda o nome do movimento modernista Bauhaus, germinado na Alemanha das décadas de 20 e 30 do século XX, que propiciou aquela que viria a ser uma verdadeira revolução do que se entendia por Arte na ótica da civilização ocidental, instituindo o conceito de *design*, sucintamente expresso na icónica

frase do arquiteto precursor Louis Sullivan: “*Form follows function.*” (“*A forma segue a função.*”)

Hoje, o Novo Bauhaus Europeu concorre para acelerar a transição ecológica na União, aproximando o Pacto Ecológico Europeu dos sítios onde vivemos ao mobilizar um esforço coletivo para imaginar e construir um futuro sustentável, inclusivo e belo.

Neste contexto, foram criados os Prémios do Novo Bauhaus Europeu, que visam incentivar a prossecução destes objetivos, premiando iniciativas por toda a Europa que se distingam pelo seu carácter estético, sustentável e inclusivo, preparando caminho para o futuro.

Entre os 60 finalistas da edição de 2021 dos Prémios Novo Bauhaus Europeu, figura o projeto “FAZ com as tuas mãos”, da iniciativa da designer Mariana Costa e Silva, nascida na ilha Terceira em 1980. O projeto “FAZ” conquistou o voto do público entre mais de duas mil candidaturas de todos os estados-membros da União Europeia, sendo um dos três finalistas na categoria de “Técnicas, Materiais e Processos para Construção e Design”, na vertente de “Exemplos Existentes”.

Implementado em 2018, o projeto “FAZ” apresenta-se como “um processo participativo de construção de bens como alternativa ao consumo tradicional”, como cadeiras, mesas e equipamentos de recreio infantil, com recurso a técnicas de carpintaria, envolvendo peças projetadas para serem fáceis de construir, com ferramentas básicas e materiais fáceis de encontrar. As sessões em oficina ocorrem regularmente, contando com mais de 100 participantes, crianças e adultos.

A designer terceirense lança o desafio a cada um de nós: “Muda a tua mentalidade: os produtos do dia-a-dia não têm de ser feitos pela indústria”. Mariana Costa e Silva esclarece que “a cultura DIY (“*Faça você mesmo*”) populariza-se pela sua acessibilidade e pelo desejo das pessoas de auto-realização em atividades de tempos livres que lhes permitam desacelerar,

fortalecendo a sua liberdade e autonomia. A designer reconhece também que atualmente “existe uma tendência de procura por objetos com valor artesanal e uma história subjacente”.

Mariana Costa e Silva possui as suas próprias marcas de produtos como malas de senhora, brinquedos e mobiliário. É licenciada em Design de Equipamento pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Já foi distinguida nos concursos: Jovem Designer ICEP 2000, 2001 e 2002, Jovens Criadores 2002, Série Limitada Renault Clio, Design Wise 2.0, V Concurso Formica Creativa, Prémio Massimo Dutti Design e Prémio Nacional Indústrias Criativas Unicer/Serralves.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação à designer terceirense Mariana Costa e Silva pelo projeto FAZ, finalista da edição de 2021 dos prémios Novo Bauhaus Europeu.

Deste voto deve ser dado conhecimento à designer Mariana Costa e Silva e à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 15 de julho de 2021.

Os Deputados, Rui Martins, Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que o PAN se associa totalmente a este voto de saudação à designer terceirense Mariana Costa e Silva, até porque, sem dúvida, isto é que é um voto, é pena é que não seja replicado mais três vezes, como foi há pouco.

Isto é que é um voto, isto é que nos dá orgulho a todos os açorianos relativamente a vários prémios internacionais que são de renome e que, sem dúvida, também preconiza aquilo que nós necessitamos, que supostamente é uma tradição ecológica - economia circular, que é aquilo que precisamos na terceira década do século XXI.

Muito obrigado pelo voto ao CDS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O projeto FAZ está entre os setenta mais votados para ser avaliado por um júri que decidirá os vencedores dos prémios New European Bauhaus.

Neste projeto cada peça é projetada para ser fácil de construir, com ferramentas básicas e materiais fáceis de encontrar.

A designer Mariana Costa e Silva, artista açoriana e terceirense é a mentora deste inovador projeto, implementado em 2018, que conta já com mais de 100 participantes, crianças e adultos, propondo a um processo de construção de bens, como alternativa ao consumo tradicional.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PS associa-se ao voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo PSD a Sra. Deputada Vânia Ferreira. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de saudação, felicitando a designer terceirense pela envolvência num projeto desta natureza, bem como a

sua visão e pela inovadora mensagem que esta transmite com a sua arte, mostrando-nos uma forma diferenciada de transformação de produtos e alertando-nos para a importância de uma verdadeira mudança de mentalidades.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um voto de saudação ao povo de Cuba. É apresentado pelo CDS-PP. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Ao povo de Cuba que se manifesta pacificamente pelo direito à liberdade e vida condigna

Desde janeiro de 1959 que Cuba vive sob um regime político totalitário de esquerda, instalado após um movimento revolucionário que levou ao poder o Partido Comunista de Cuba liderado por Fidel Castro, um dos seus fundadores, e que se manteve como seu líder durante 46 anos, de 1965 a 2011.

Fidel Castro foi um revolucionário que governou a República de Cuba como Primeiro-Ministro, entre 1959 e 1976, e como Presidente, entre 1976 e 2008. Acometido por uma doença, sucedeu-lhe na liderança do país o seu irmão Raúl Castro a partir de 2006 e com plenos poderes a partir de 2008, tendo-se mantido nessas funções até 2018.

Com o intuito de libertar o povo de Cuba de uma ditadura, o Movimento 26 de Julho fundado por Fidel Castro com outros revolucionários tinha entre os principais objetivos a reforma agrária, a nacionalização dos meios de produção, as eleições honestas e a reforma educacional em larga escala, um guião Socialista Marxista bem conhecido dos Portugueses.

Após o derrube do regime político liderado por Fulgencio Batista, em janeiro de 1959, o Movimento 26 de Julho, juntamente com outros movimentos, fundou o Partido Unido da Revolução Socialista Cubana que em 1965 se tornaria no Partido Comunista de Cuba.

Cinquenta e seis anos volvidos de um regime Socialista e totalitário, o povo Cubano tem saído às ruas reclamando por alimentos, medicamentos e liberdade, num movimento que se tem intensificado nas últimas semanas. A esta escassez de alimentos e medicamentos junta-se os sucessivos cortes de fornecimento de energia elétrica durante várias horas por dia que se tem registado recentemente. As reclamações do povo Cubano são justas. Afinal, quem não necessita de alimentos ou medicamentos para viver?

Liberdade: não é isso que todos desejamos e construímos diariamente na nossa democracia, combatendo os fanatismos e extremismos ideológicos?

Os Portugueses são um exemplo de conquista da liberdade. Fizemo-lo de forma pacífica e, apesar de em determinado momento desse processo de libertação ter havido uma tentativa de deriva que poderia ter levado à instalação de um regime político do género daquele que foi instalado em Cuba, os Portugueses souberam inverter o rumo e hoje vivemos numa democracia plena.

A democracia é o regime político que melhor defende os direitos humanos, a liberdade, a dignidade e o bem-estar das pessoas, o que significa, nomeadamente, uma alternância do poder, eleições justas e livres e o respeito pelo pluralismo político.

Ora, em Cuba tal não sucede. A Constituição Cubana destaca que o Partido Comunista é a autoridade estatal suprema e o socialismo um sistema irreversível.

São muitos os portugueses que conhecem Cuba e o nível de vida em que o povo Cubano vive, o qual não tem comparação possível com o nível de vida que felizmente gozamos na nossa Pátria e no espaço Europeu.

Em Cuba, ainda há um longo caminho a percorrer em direção à democracia e à liberdade. Se em tempos a palavra de ordem foi “*pátria ou morte*”, nos dias de hoje o povo Cubano grita nas ruas “*pátria e vida*”.

O povo Cubano, numa mobilização sem precedentes naquele país, tem saído à rua em manifestações pacíficas que são reprimidas pelas forças de segurança com violência e perseguição aos manifestantes ativistas.

No passado domingo o Presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, numa comunicação televisiva exortou os apoiantes do regime a saírem às ruas prontos para o combate, em resposta às manifestações. Segundo agências noticiosas internacionais, o Presidente de Cuba afirmou “*a ordem está dada, os revolucionários às ruas*”, ao melhor estilo dos caciques que controlam localmente o povo, afinal o lado negro do socialismo totalitário.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em sessão plenária um voto de saudação com o seguinte teor:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reconhecendo as dificuldades de vida, saúda o Povo de Cuba que se manifesta pacificamente pelo direito à liberdade e vida condigna, porque sem vida não há pátria.

Que seja dado conhecimento deste voto a S. Exa. o Presidente da República Portuguesa, a S. Exa. o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, aos Grupos Parlamentares e Partidos com assento na Assembleia da República e à Embaixada da República de Cuba em Portugal.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 15 de julho de 2021

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço para intervir, em nome da bancada do Partido Socialista, neste voto para dizer que não atingi, ainda, apesar dos anos que levo de atividade política, o grau de maturidade que me permita fazer uma intervenção como aquela a que acabámos de assistir na apresentação deste voto.

E o que eu gostava de dizer é que para o Partido Socialista, sim, para o Partido Socialista dos Açores, a questão não é se é um regime de esquerda, de direita ou do centro.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A questão não é se é socialista, marxista ou fascista. A questão é simplesmente que, para o Partido Socialista dos Açores, a liberdade que alguns gostam de apregoar, mas que não resistem a condicionar, não pode ser posta em causa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Seja a liberdade coletiva de manifestação - como é o caso - seja a liberdade individual, como por exemplo a relativa à orientação sexual.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é esse valor essencial para o Partido Socialista dos Açores que fundamenta o nosso voto a favor deste voto. Que fundamenta e que fundamentou sempre e que fundamentará um voto a favor quando esteja em causa a liberdade, seja ela em regimes de esquerda, seja ela em regimes de direita ou fascistas, como é o caso, por exemplo, da Turquia, como é o caso, por exemplo, da Rússia.

E é por isso, Sras. e Srs. Deputados, que não tendo ainda as condições para fazer uma intervenção como aquela que acabámos de assistir desta tribuna, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota a favor deste voto de saudação ao povo de Cuba, ficando assim demonstrada à evidência, da parte do Partido Socialista, a nossa coerência quando estão em causa estes valores, como é o caso da liberdade, seja ela coletiva, seja ela individual.

Por último, gostava apenas, e não posso terminar sem esta referência, votando a favor deste voto, também temos a consciência que o seu teor e a sua apresentação diz muito mais de quem o propõe, do que daqueles a quem ele se dirige.

Muito obrigado.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Isto foi uma provocaçãozinha, foi giro de ver porque, pelo objeto, obviamente que o PAN se associa a este voto, mas por toda a exposição de motivos, nós verificamos à partida que isto foi uma provocaçãozinha à esquerda, seja ela de extrema-esquerda ou não.

Mas, o que está aqui em conta e como foi dito já aqui nesta Câmara, o que está em conta é mesmo a liberdade condigna de todos os cidadãos cubanos, isto sem dúvida é o que mais importa, seja qual for o tipo de ideologia existente.

Até mesmo o comunismo na sua teoria, quando nós eramos adolescente, tinha aquela parte reacionária que era sempre, sem dúvida, muito boa. A teoria do comunismo funciona muito bem, o problema é: qual é o país que, com o governo comunista, funciona bem? Não conhecemos! Mas, talvez, no futuro, iremos conhecer!

Mas o mais importante disto não tem a ver com o comunismo, tem a ver com a ditadura em si, seja ela extremista de direita ou de esquerda. O problema não é a ideologia em si, mas é sem dúvida o desrespeito total por todos os cidadãos há tantos anos neste país.

Obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se a este voto de saudação pela luta pela liberdade que o povo de Cuba está a encetar.

A liberdade, a manifestação, a forma de se exprimir de um ser humano, não pode de qualquer forma ter qualquer tipo de coação, qualquer tipo de forma de opressão e o povo de Cuba, hoje, caminha pelas ruas gritando “temos fome”, gritando “precisamos de liberdade”, gritando “abaixo a ditadura”. Tudo isto tem sido difundido pelos órgãos de comunicação social e tem motivado reações, não só do Presidente dos Estados Unidos da América, mas de vários líderes europeus que se têm solidarizado com o povo cubano.

As expressões de “patria ou muerte”, as expressões que antes constituíam o “tic tac” do poder vigente em Cuba, hoje são substituídas pelas expressões “temos fome”, “precisamos de medicamentos”. Quem faz este grito de ajuda é o povo de Cuba, será que ainda estamos a falar do embargo dos Estados Unidos da América, na década de 60? Não. Estamos em 2021 e é preciso que fique bem assente que esta nossa saudação pela liberdade de um povo, pela expressão de um povo, naturalmente, é uma forma de saudar qualquer povo que luta contra uma ditadura, seja ela de esquerda ou de direita. Mas, o que é certo é que o regime vigente em cuba é um regime de esquerda, é um regime comunista e temos que falar das coisas tal qual como elas são. Portanto, ...

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem.

O Orador: ... nós não podemos virar a cara à realidade dos factos e a realidade dos factos é que há mais de cinquenta anos há um regime comunista vigente de esquerda em Cuba e é esta forma de rebeldia pacífica, coerente de gritar pela liberdade que merece o nosso apoio e a nossa saudação.

A liberdade está colada na pele de cada ser humano, faz parte do nosso ADN. Não reconhecer isso é não reconhecer a humanidade, por isso, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto de saudação apresentado pelo CDS-PP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CHEGA, o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Temos fome!”.

Jamais no mundo pode haver um povo que diga isto, seja uma ditadura de direita, seja uma ditadura de esquerda, é o CHEGA que o está a dizer. São aqueles que apelidam o CHEGA de ser um partido de extrema-direita, nazi, etc., tem o exemplo do comunismo, do tal Che Guevara, o assassino terrorista, este sim, tem um povo que diz “temos fome” e nós temos fome de liberdade, nós temos fome de comida, nós temos fome de tudo.

O CHEGA está aqui para dizer que vocês erraram, vocês no mundo erraram. Querem continuar a errar? Continuem a errar, mas está cá o CHEGA para vos travar.

Viva a Liberdade! Viva o povo de Cuba que não tem culpa de ter esta ditadura de esquerda!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não aplaudem?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah, precisa, precisa! O senhor ainda não sabe que precisa, mas precisa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não tenho, nestes assuntos, uma visão maniqueísta. É evidente que estamos a falar de uma ditadura, estamos a falar, no caso de Cuba, da República de Cuba, de uma ditadura.

Mas o regime que foi derrubado por Fidel Castro, o regime de Fulgencio Batista, também era uma ditadura e é evidente que o povo de Cuba sofreu, depois da guerra hispano-americana e depois de obter a independência, ficou sob o domínio e a influência dos Estados Unidos e isso é evidente e foi evidente até à revolução cubana.

Portanto, o que nós temos que fazer é fazer uma análise séria e honesta da História e, portanto, o que nós estamos aqui a falar é de uma ditadura e o regime anterior também era uma ditadura com uma forte influência dos Estados Unidos que tinham Cuba como um protetorado. Esta é a visão que eu faço da História.

E devo dizer também o seguinte: o Partido Socialista e também o Bloco de Esquerda, nesta matéria em relação a Cuba, evoluíram porque nos primeiros tempos da revolução portuguesa existia um certo fascínio sobre Cuba, mas o Partido Socialista, logo nos primeiros anos, alterou a sua posição, verificou que se tratava de uma ditadura. Há muitos anos, eu diria, há muitas décadas.

Em relação ao Bloco de Esquerda essa evolução também ficou patente no início deste século, há posições públicas do Bloco de Esquerda a condenar o regime totalitarista em Cuba. Portanto, o único partido que mantêm o apoio ao regime cubano em Portugal é o partido comunista. Esta é que é a verdade.

E também, todos aqueles que deixam entusiasmar pelos libertadores, é preciso olhar um pouco para a História e verificar o que é que aconteceu em relação aos libertadores. Os libertadores de ontem transformaram-se em ditadores! Aqueles que derrubaram o regime de Fulgencio Batista transformaram-se em ditadores. Pode acontecer aquilo que aconteceu na primavera árabe, lembram-se? Muita gente entusiasmada com os libertadores e depois chegámos a uma situação de regimes piores ainda, mais fanáticos, como por exemplo no Iraque ou na Síria

em que se criaram as condições para estados ou organizações, não reconhecidas internacionalmente, mas autodenominados como o estado islâmico. Um fanatismo ainda pior do que aqueles dos regimes que estavam a derrubar e provou-se que não eram libertadores. A mesma coisa na Líbia, no Cadaf.

Por isso, eu também olho sempre com desconfiança para as credências democráticas dos libertadores porque não basta derrubar um sistema ditatorial para ganhar as credenciais democráticas, é preciso depois a sua prática seja realmente uma prática democrática.

E, por isso, nós não temos nenhuma dúvida, da parte do PPM, nós apoiamos este voto. Trata-se de condenar o regime cubano que é um regime totalitário que persegue as populações e que, obviamente, está a esmagar a democracia em Cuba e que não deixa que o regime democrático possa emergir.

Mas, eu não tenho nenhuma dúvida em fazer esta condenação, mas também não faço uma leitura maniqueísta da História.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, quanto mais não seja, para me libertar do açaimo sanitário.

Estou farto disto, devo dizer!

Mas também para corroborar um pouco aquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado Paulo Estêvão e que também já tinha sido dito, embora por outras palavras, pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando se referiu ao regime da Rússia, um regime decorrente da libertação do povo russo do regime totalitarista da Ex-União Soviética e confesso que ao ouvir e ao ler o voto de saudação do CDS-PP me apeteceu outra vez citar o Diácono Remédios, mas

não vou fazer mais vez nenhuma porque é outra vez daquelas coisas que não há necessidade de fazer. Estava tudo tão direitinho, este voto poderia passar por unanimidade sem termos que fazer este debate e ainda faltam aqui mais umas coisinhas, mas o sr. deputado pode falar a seguir a mim, à vontade, acho que tem tempo para isso. O que é facto é que nós estamos a falar de 12 milhões de miseráveis confinados durante décadas numa ilha, sujeitos ao vírus mortal do totalitarismo. Esta é que é a questão. 12 milhões confinados, numa ilha, sujeitos ao vírus mortal do totalitarismo, com culpas de toda a gente, inclusivamente daqueles que vão lá a um qualquer Varadero, que vão lá a uma qualquer loja de charutos, hipocritamente dar dinheiro ao regime que suporta esse totalitarismo e, portanto, como liberal, não poderia aceitar de forma alguma que esse voto passasse sem uma declaração.

Disse muito bem o Sr. Deputado Paulo Estevão, sobre o regime de Fulgencio Batista, e também disse, embora por palavras não muito a meu gosto, o Sr. Deputado do CHEGA, a respeito de Che Guevara, um assassino que nem Fidel o quis. Portanto, não embandeiremos em arco porque não acaba aqui o totalitarismo, não acaba aqui o problema da ditadura em Cuba, pode estar aqui o princípio do fim de uma ditadura em Cuba, mas também pode estar aqui o princípio de uma nova ditadura em Cuba porque povos sujeitos a esse tipo de regimes têm tendência a aceitar esse tipo de regimes por outro discurso, pelo discurso oposto, pelo discurso dos fascismos, pelos discursos populistas feito por outro tipo de totalitaristas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Orador: E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Associamo-nos a esse voto de saudação pela tentativa de libertação do povo de Cuba, mas gostaria de deixar claro que as nossas preocupações serão permanentes em relação àquilo que vem por aí. E, não é exclusivo do socialismo, nem do comunismo os totalitarismos, eles grassam onde nós

permitimos - como eu já disse aqui, nesta Câmara, esta semana - que alguém grasse por não resolvermos os problemas das pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo Bloco de Esquerda o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda saúda e solidariza-se com todos aqueles que em todo o mundo, sobre todos os regimes totalitários ou autoritários, lutam pela democracia, lutam pela liberdade, lutam pelo direito a terem condições de vida decentes. Condições de vida que lhes permitam prosperar, que lhes permitam ter um país, uma terra onde possam desenvolver aqueles que são os seus sonhos e disso não há dúvidas que aí estamos ao lado do povo cubano pelo seu direito à liberdade, pelo seu direito à democracia, pelo seu direito às condições de vida que qualquer ser humano tem de ter. E nisso, não há dúvidas onde está a posição do Bloco de Esquerda sobre esta matéria.

No entanto, como já foi dito aqui neste Plenário, durante esta semana, aquilo que votamos é o texto do voto e não vou fazer grandes considerações acerca do antissocialismo primário que está expresso naquele texto com referências que até, de certa forma, criticam aquele que foi o espírito do próprio 25 de Abril e isso está naquele voto bem patente. Já nem vou por aí. Mas, aquilo que nós votamos é também uma análise sobre a situação atual em Cuba e fazer um voto sobre a situação atual em Cuba, omitindo aquele que é um crime que os Estados Unidos fazem sobre o povo cubano há sessenta anos, que é o embargo sobre o povo cubano é também uma profunda hipocrisia e um branqueamento da história que não pode passar em claro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: E, nesse aspeto, o Bloco de Esquerda não concorda com essa parte do voto, pela sua absoluta tentativa de branquear a história e o papel dos Estados Unidos que é tão responsável como o regime cubano por aquilo que o povo de Cuba está a passar. É igualmente responsável e nisso nós não compactuamos.

E, não posso deixar de notar a profunda hipocrisia política de quem traz aqui este voto, criticando no texto as ditaduras socialistas, para além da hipocrisia de estar e de ter um acordo de papel assinado com o partido de extrema-direita com as posições que tem e já não vou por aí.

Mas, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu recordo-me, sobre ditaduras de esquerda, quem é que andava aos abraços a Nicolas Maduro e este papelinho vou entregar à Mesa para lhe recordar que quem andava aos abraços com Nicolás Maduro era Paulo Portas, líder do CDS.

Por isso, a memória é preciso recordar. O que pensa o CDS das ditaduras de esquerda? Um dia são abraços, o outro dia são votos a condenar e isso nós não podemos esquecer, não podemos deixar de lembrar a quem tem falta de memória.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do Bloco de Esquerda)

O Orador: Sr. Deputado o Bloco de Esquerda está ao lado do povo de Cuba, o Bloco de Esquerda está ao lado da democracia e não compactua com o regime ditatorial que existe em Cuba, mas não branqueia o papel dos Estados Unidos e o papel do embargo nas dificuldades e na miséria do povo de Cuba

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições vamos passar...

Sras. e Srs. Deputados...

Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar;

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 do CH, 2 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Terminámos assim a apresentação e a votação dos votos. Avançamos para as declarações políticas. Cabe ao CDS-PP fazer a sua declaração política. Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os Açores, através dos investigadores aqui sedeados, têm hoje uma projeção além-fronteiras no mundo da ciência, que é ímpar.

A produção científica, seja de ciência pura ou de ciência aplicada, por exemplo, aqui no Faial e sobretudo na área das ciências marinhas, tem-se mantido no topo do ponto de vista da relevância e notoriedade.

São exemplo disso a recente descoberta de uma floresta de coral negro, no seguimento de uma expedição às cristas médio atlânticas, financiada pelo projeto *Eurofleets+*, do programa Horizonte 2020, que no imediato é o facto mais relevante, mas que faz parte de um conjunto vastíssimo de informação recolhida que agora será analisada e certamente produzirá mais resultados;

A “nova Serra da Estrela” - uma montanha que não estava nas cartas, que vem de cerca de três mil metros de profundidade, até ao topo, que está a cerca de 500 metros de profundidade e que tem as características necessárias para haver exploração de pesca, ou outro tipo de exploração e, por ser desconhecida, uma montanha intacta, completamente virgem, como existem muito poucas em terra, permitirá conhecer os ecossistemas, neste caso, do mar profundo, como seriam antes de serem impactados pelas atividades humanas, e neste caso dos Açores, pela pesca;

Por outro lado, a relevância e importância geoestratégica dos Açores, a porta aberta para o mar profundo que possuímos, suscita e desencadeia elevado interesse por parte de uma multiplicidade de intervenientes.

É exemplo disso a passagem do *Ocean Explorer* pela Região, que contou com investigadores do Okeanos, e visava a produção de conteúdos para a *National Geographic*;

Do ponto de vista da monitorização e conservação de ecossistemas, a Região tem estado no epicentro da discussão.

O arquipélago dos Açores foi classificado como um *Hope Spot* (Local de Esperança) para a proteção dos oceanos pela fundação *Mission Blue* – o que configura um reconhecimento de que se pretende fazer da conservação do mar da região uma prioridade. Pretende-se que a Região seja um modelo de liderança no ecoturismo e conservação e que conta com investigadores e associações locais no seu desenvolvimento e acompanhamento na forma de campeões ou, defensores de proximidade do projeto.

A própria realização do *GLEX – Global Exploration Summit*, um fórum de exploração global, que se debruça na exploração e descoberta, tanto dos fundos oceânicos como do espaço, e que ocorreu em Ponta Delgada, e contou com investigadores da Região no seu painel de oradores, é também um exemplo da relevância da produção científica nos Açores.

A plataforma de vídeo de baixo custo, *Azor drift-cam*, que vai permitir a “democratização” da investigação do mar profundo, que foi apresentada pelo Centro de Investigação Okeanos, é um projeto que nasceu da necessidade de fazer cumprir a agenda de investigação deste Centro – conhecer todos os elementos topográficos da zona económica exclusiva (ZEE) dos Açores até aos 1000 metros de profundidade – o que depende da disponibilidade de recursos escassos e muito caros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estes exemplos que aqui referi são a parte visível do trabalho dos nossos investigadores, que captam financiamento externo para a Região. São a prova que a ciência e a investigação científica são autossuficientes e podem desempenhar um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento económico e social dos Açores.

A Região pode, e deve também, ser um interveniente ativo na definição da produção científica, identificando necessidades e promovendo o conhecimento que seja reprodutivo e que estimule o aparecimento de novos sectores de atividade e o empreendedorismo.

O CDS desde há muito que aponta a economia azul como um pilar fundamental para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

É uma responsabilidade deste Parlamento e do Governo dos Açores, promover e estreitar relações com os Centros de Investigação da Região, com a Universidade dos Açores, com os investigadores, por forma a potenciar a sua relevância e crescimento.

O investimento na ciência deve ser robusto e constante. Deve ter objetivos claros e definidos e deverá constituir uma das prioridades da Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Carlos Freitas tem a palavra, faça favor

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Ciência, a Tecnologia e a Inovação são motores do progresso que proporcionam, não só o desenvolvimento do saber humano, mas também uma evolução para o homem, fundamentais para o avanço da sociedade.

O Grupo Parlamentar do PSD enaltece todo o investimento que este Governo tem feito na área da ciência e transição digital que cada vez mais tem um papel primordial na sociedade.

A sociedade do futuro assenta no desenvolvimento tecnológico e científico e este Governo, ciente dessas necessidades, concretizou com os centros de investigação um investimento de mais de um milhão de euros para os reequipar.

Com este Governo também se concretizou o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, apoio este de 500 mil euros, um aumento de 43€, consistindo num aumento anual, até atingir no final da legislatura, o valor de 950 mil euros.

Não menos importante, tem sido todo o trabalho e esforço desenvolvido pelos nossos investigadores, que vão captando cada vez mais financiamento externo para a Região.

O Grupo Parlamentar do PSD continuará a fazer esforços, junto do Governo Regional, para que se continue a garantir financiamento nestas áreas, visto

estas serem uma grande alavanca económica para a Região e para o seu desenvolvimento.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra, faça o favor.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS tem, neste assunto, de facto tido um papel que releva e valoriza a ciência, não em trocadilhos, mas como um pilar fundamental do nosso desenvolvimento.

Isso foi assim no passado, já o dissemos várias vezes, em que muitos não acreditavam que se pudessem trilhar caminhos, em matéria de projetos importantes, que agora são muito falados em títulos bombásticos, como na área do espaço e também na questão do investimento do Mar Profundo, nomeadamente naquilo que nós temos que acautelar, que são riquezas submarinas que por aí estão, com a designação de sulfuretos polimetálicos, ou seja, com a possibilidade de, quando houver tecnologia, se poder extrair minerais nobres, desde o cobre, cobalto, ouro, prata, etc. Não é o petróleo, como já uma vez ouvimos aqui há uns anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sempre com maldade!

O Orador: Mas, de facto, é importante que esta marcha dos acontecimentos continue a significar investimento, quer no sistema científico e tecnológico regional, quer naturalmente também nas questões associadas à Universidade

dos Açores e, naturalmente a todos aqueles projetos de ponta que são importantes nesta matéria.

Mas, nós já o dissemos e reafirmamos, o Plano de 2021 tem um decréscimo, na área da ciência e tecnologia, em relação a 2020 e parece que surgiram algumas dúvidas, que quanto a nós significam uma simples comparação. Em primeiro lugar o Partido Socialista e não eu próprio, como já vi escrito por aí, de facto afirmou e reafirma que o investimento e a dotação do Plano em 2020 foram 15.868, 749€, mais aquilo que ficou contemplado e aprovado com os 375 mil euros do Furacão Lorenzo e que foram associados a esta verba, o que fez 16.233.749€. E, também é verdade que em 2021 estão inscritos no Plano para este ano - e não estamos a falar não de verbas não executadas, mas daquelas que ficaram inscritas – quando chegarmos à comparação do executado veremos isso no final de 2021.

De 11.646.316€ mais 1.050.000€ que estão alocados ao Nonagon e como se viu é uma verba que no programa do Governo está, e bem, associada ao investimento em ciência nesse programa do Governo e que deve ser associado também a esses 11.646.316€, o que perfaz os tais 12.696.316€. Esta é que é a comparação que deve ser feita, a comparação que está e esteve inscrita no Plano.

Ficamos também - e já que estamos a falar nesta questão - muito admirados e temos que perguntar à Sra. Secretária: vimos escrito num dos Diários da Região, uma verba que foi retirada de um instrumento financeiro que os Governos têm, chamado GERFIP. Só quem tem acesso a esse instrumento de controlo financeiro são os técnicos com uma determinada chave.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: Gostaria de perguntar à Sra. Secretária, uma vez que nós não vimos nenhum requerimento que qualquer sr. deputado pudesse fazer ao abrigo das suas competências e atribuições, perguntando dados dessa natureza, como é que aparece num artigo de opinião, por acaso o Sr. Deputado Carlos Freitas que

acabou de falar, essa verba e essa conversa do GERFIP, ou seja, como é que se explica que só um técnico que tem acesso a uma chave, à questão dos dados contidos nesse instrumento de controlo financeiro, como é que aparece? Não viria nenhum mal ao mundo com a divulgação desses dados! Agora, é preciso que estas questões que têm determinadas regras de funcionamento sejam devidamente explicadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Demagogia!

O Orador: Portanto, gostaria de perguntar à Sra. Secretária, se de facto teve algum pedido para que isso fosse divulgado, porque isso só pode ser divulgado através de requerimento. E, que nós saibamos, não houve nenhum requerimento a solicitar esses dados e essa informação.

Mas, o que é mais importante aqui reafirmar é que o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista consideram fundamental que a região Autónoma dos Açores, através do seu Governo, continue a fazer um forte investimento na área da ciência e da tecnologia, o que não se verifica, infelizmente, em 2021, para que ...

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: ... isto seja uma realidade e é por isso que nós continuamos a apostar nesses pilares, como sempre apostámos, num tempo em que muitos não acreditavam, mas que agora todos louvam.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo...

A Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital** (*Susete Amaro*): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo:

A minha intervenção vai no sentido de subscrever aquilo que o Sr. deputado Rui Martins disse, dizendo também que o Governo, efetivamente, está a fazer uma aposta nesta área, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado José Contento referiu, e já foram dados aqui exemplos, o próprio Sr. Presidente do Governo referiu isso na sua declaração Política. Nós temos, por exemplo, o reforço do investimento no reequipamento científico que não era feito desde 2009. O último apoio nesta área foi em 2012. Este investimento tem um montante de um milhão de euros. Só para o Okeanos, o centro que o Sr. Deputado Rui Martins referiu, que tem feito investigação na área do Mar Profundo, vai uma verba de 200 mil euros. Pode perguntar a este centro de investigação o que é que acha deste investimento e, com certeza, que eles lhe dirão que estão satisfeitos com este investimento.

Posso-lhe dizer também que, no que diz respeito à tripolaridade da Universidade dos Açores, que no ano anterior foi 350 mil euros, este ano será meio milhão de euros e iremos, de forma progressiva, aumentar este apoio até à verba de 950 mil euros, no final da Legislatura.

Posso-lhe dizer também que, no que diz respeito ao apoio ao funcionamento dos centros de investigação, iremos passar de uma verba de 145 mil euros para 265 mil, um aumento de 83%.

Posso-lhe dizer que estamos com um investimento em 45 bolsas no valor de 673 mil euros e que prorrogámos de 23 bolsas, por três meses, atendendo à situação do Covid e dos vários trabalhos de campo que ficaram suspensos e em atraso, num investimento de 104 mil euros.

Portanto, acima de tudo, algo que é importante é a previsibilidade nestas medidas que nós pretendemos implementar, coisa que no passado não ocorreu porque algumas destas medidas não eram aplicadas de forma anual, eram

aplicadas de forma avulsa. E, portanto, este calendário de medidas já está também previsto, mas posso dizer também que ao nível do apoio aos centros de ciência, também há um reforço em 11% e falando um pouco sobre os eventos que o Sr. Deputado Rui Martins referiu, eu tive oportunidade de estar presente em praticamente todos eles, ou em todos, como foi o lançamento da câmara azores drift cam, no lançamento dos Açores como hotspot, o Sr. Presidente do Governo também teve oportunidade de estar presente em muitos destes eventos, como também o glex summit, que dá bem nota da importância que este Governo dá à área da ciência.

Deputada Sandra Faria (PS): O lançamento não foi agora!

Deputado José Contento (PS): Já vem de 2019!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado faz as perguntas e não quer ouvir as respostas!

A Oradora: Foi um gosto para mim e um orgulho poder assistir, por exemplo no glex summit, às comunicações dos investigadores do Okeanos, Jorge Fontes e Telmo Mourato, que efetivamente na nossa Região temos investigadores de grande qualidade e é isso que nós, na área da ciência, pretendemos apoiar estes investigadores e o trabalho que eles desempenham.

Deputada Sandra Faria (PS): Já havia! Já eram apoiados!

A Oradora: E, portanto, no que diz respeito a transmissão de dados, srs., deputados, não sei, eu também já vi despachos meus internos publicados em jornais e, portanto, não fui eu que os dei a ninguém e eles apareceram, portanto, sobre isso, não sei como é que se teve acesso a esses dados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Martins para encerrar a sua declaração política. Alerto que tem menos de um minuto.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ser rápido e breve.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Obviamente agradeço as intervenções que foram feitas pelos diversos partidos a esta nossa declaração política, o PSD que abordou a questão dos financiamentos obtidos que são, sem dúvida, importantes para capitalizar e potenciar aquilo que é feito na Região a esse nível. O Deputado José Contente também abordou uma questão que não tinha mencionado na declaração política, que é a questão da mineração, que é sem dúvida um aspeto também que não podemos descurar e devemos ter sempre no nosso horizonte, pese embora devemos sempre contar com aquilo que seja os riscos/benefícios e os impactos ganhos que isso possa ter e é sem dúvida sempre algo a ter em conta.

Mas, por outro lado, também não posso esquecer, Sr. Deputado José Contente, e sabe muito bem que aquilo que foi a responsabilidade do Partido Socialista e lembro que, por exemplo, desde 2012 a 2018, pelo menos, não houve qualquer abertura de bolsas, por exemplo da FRCT, e isso é responsabilidade dos governos anteriores, houve zero investimento.

Depois, por outro lado, também não esqueço que, por exemplo, ainda na conta que ontem estivemos aqui a analisar, a execução na área do mar foi exatamente a pior execução, 50% e isto também são factos e, obviamente, da mesma maneira que diz que aqueles que não acreditavam e que agora se vêm vangloriar, dá-me é a sensação que o PS até podia acreditar, mas não fez muito daquilo que diz ter feito.

Também lhe posso dizer mais, fez-se muito pouco ou nada para fixar e dar estabilidade aos investigadores que colocam os Açores no topo da relevância da produção científica ao nível mundial e que durante vinte anos, pelo menos, ou há mais de vinte anos estão aqui nesta ilha, por exemplo, em condições laborais precárias e que nunca o Governo Regional, até mesmo quando teve algumas possibilidades e abertura da Universidade dos Açores, deu o passo para que eles pudessem ter outro tipo de vínculo...

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine

O Orador: ... e termino já, Sr. Presidente, e termino dizendo e parafraseando até o Presidente do Governo Regional dos Açores que, ao mais alto nível, que obviamente sendo Presidente deste Governo e representante da Região, a seguir a sua Exa., o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, mas que disse e muito bem e vou parafrasear: “somos uma Região ultraperiférica, mas podemos neste contexto de conhecimento da conservação, preservação e exploração dos nossos recursos podemos e devemos assumir uma centralidade a nível mundial.”

Disse.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política. Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11h45.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Presidente: Peço que reocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Sras. e Srs. Deputados vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos para a declaração política seguinte, do Bloco de Esquerda. Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são historicamente uma região de enormes desigualdades.

Na nossa história de cinco séculos o povo que aqui vive e viveu teve, não só de sobreviver a inúmeras dificuldades, a começar por aquelas que a natureza impõe, mas também tiveram de sobreviver à exploração e até servidão imposta pelos senhores da terra.

Nesta segunda década do século XXI a pobreza e as desigualdades subsistem, mas são inegáveis os avanços e a sua significativa redução. A democracia e a autonomia, que permitiram o desenvolvimento do estado social, foram sem dúvida os fatores que mais contribuíram para essa grande evolução.

Ainda assim, a região apresenta níveis de pobreza muito elevados. Os mais elevados do país.

E poderia ser diferente, não fossem as opções que ao longo destes 45 anos de autonomia preferiram manter os privilégios de uma elite bem instalada, em vez de aprofundar as transformações sociais e económicas que poderiam tornar os Açores uma região mais justa e solidária.

Para o Bloco de Esquerda, a mitigação da pobreza e a sua superação, assim como a redução das desigualdades têm de ser prioridade das políticas públicas.

Não apenas porque nos Açores estas atingem níveis muito elevados, mas também e principalmente, porque a criação de uma sociedade justa e solidária deve ser o horizonte que perseguimos enquanto sociedade.

Existem vários indicadores que nos permitem analisar, debater e desenvolver políticas para combater a pobreza na região.

Felizmente, a escassa informação estatística sobre este fenómeno tem vindo a ser melhorada e os indicadores agora publicados anualmente pelo INE permitem uma avaliação mais atempada dos níveis de pobreza no país e na região.

Para além destes, um dos indicadores que melhor permite analisar a pobreza nos Açores é o RSI.

O Rendimento Social de Inserção, que atingiu os 25 anos de aplicação no país, e que assinalámos com um voto de saudação aprovado por unanimidade nesta sessão plenária, para além de constituir uma medida que atenua a pobreza mais extrema, permite-nos fazer um retrato sobre as características da pobreza na região.

Esse retrato permite que este parlamento e o governo possam desenvolver políticas que efetivamente sejam eficazes para introduzir transformações sociais que reduzam o flagelo da pobreza.

Em primeiro lugar, os dados e os estudos sobre esta matéria apontam que a pobreza nos Açores está associada aos baixos salários e à precariedade. É isso que dizem os investigadores sociais que se debruçam nos Açores sobre este assunto.

Os últimos dados publicados pelo governo regional sobre o RSI nos Açores dizem-nos que, em 2020, 8,9% dos beneficiários tinham rendimentos do trabalho.

Ou seja, mesmo trabalhando, há muitos açorianos que têm rendimentos tão baixos que ainda assim reúnem as apertadas condições para aceder a uma

prestação social que só se aplica a quem vive mesmo em situação de extrema pobreza.

Se a estes juntarmos 38,1% de idosos e crianças percebe-se então que praticamente metade dos beneficiários nos Açores não pode trabalhar ou trabalha.

Caem por terra as venenosas e injustas palavras daqueles que dizem que quem recebe o RSI não quer trabalhar.

E só nos resta repudiar quem assume querer criar um cadastro de abusadores do RSI, apontando os açorianos e açorianas, assim como a comunidade cigana, como o exemplo desse suposto abuso.

O silêncio do governo regional em defesa dos Açores quando há esta difamação inaceitável dos açorianos é absolutamente vergonhoso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Verifica-se que entre os motivos principais para a suspensão do pagamento do RSI apenas menos de 10% se devem a incumprimentos.

Isto é, a esmagadora maioria dos beneficiários cumpre com as suas obrigações.

Dois mitos repetidos até à exaustão para atacar pobres e minorias ficam pelo caminho: quem efetivamente recebe o RSI tem várias obrigações e por outro lado o nível de incumprimento é baixo.

Para além da precariedade e dos baixos salários, a ainda baixa participação das mulheres no trabalho na região, assim como o trabalho ilegal, fruto da economia paralela, são frequentemente apontados por investigadores como um fator que poderá explicar o número elevado de beneficiários do RSI nos Açores.

A crise pandémica veio também demonstrar a necessidade de combater a economia paralela e o trabalho informal que grassa nos Açores. Esta também contribui para a desproteção social e para a pobreza em caso de desemprego.

Muitos dos setores mais significativos da economia regional são apontados pelos especialistas, como o investigador Fernando Diogo, como tendo

características que explicam também o elevado número de beneficiários do RSI e consequentemente elevados níveis de pobreza.

A construção civil, a pesca, a agricultura, o turismo caracterizam-se pela baixa qualidade do emprego, pela penosidade, pela perigosidade e pelos baixos salários e precariedade.

Ora, é por isso evidente que para se combater a pobreza na região é preciso que se melhore a qualidade do emprego. A começar evidentemente pela qualidade do emprego nestes setores.

No entanto, sabemos que não é possível alterar completamente as características do emprego nalguns destes setores.

É óbvio que só uma alteração de fundo na nossa economia poderá permitir a criação de emprego de maior qualidade.

Seria de esperar que este governo tivesse como principal caminho para esse desiderato a alteração do perfil da nossa economia.

No entanto, não é isso que se vê no seu programa de governo nem nas orientações de médio prazo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: O caminho preconizado assenta numa economia baseada no setor primário e no turismo, este último visto pela coligação como o único que pode gerar crescimento e emprego, como se estivéssemos destinados a ser pobres a vida toda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Este governo assume que na economia o rumo será exatamente o mesmo! Os açorianos e açorianas verão por isso os indicadores de pobreza permanecer em níveis inaceitavelmente elevados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado! Não é sério!

O Orador: Basta ver o que sucede ali ao lado na região autónoma da Madeira, onde apesar de um setor turístico muito desenvolvido e com décadas de avanço relativamente aos Açores, o risco de pobreza é muito semelhante ao dos Açores.

Torna-se assim cada vez mais evidente que o compromisso assumido por este governo em reduzir o RSI é uma mera e inútil proclamação para agradar ao parceiro da coligação da extrema-direita.

Ou será que a insensibilidade social do PSD do CDS e do PPM chegou a tal ponto que o preço que os açorianos e açorianas vão pagar para a sobrevivência política deste governo é o corte a direito no RSI, para o centralista Ventura apresentar como vitória nas guerras da direita nacional, atirando para a miséria milhares de açorianos, muitos deles crianças e idosos?

Os açorianos e açorianas merecem explicações no imediato.

No entanto, quaisquer que estas sejam, os Açores já perderam.

Perderam porque este governo tem como opção de desenvolvimento para os Açores a mesma economia e a mesma sociedade desigual.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade! O senhor tem provas disso!

O Orador: Não será com este governo que os Açores mudarão, não será com este governo que a pobreza e a desigualdade deixarão de ser tristes características destas ilhas.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima. Está apresentada a declaração política e o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco do CH. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, muito obrigado. Sras. e Srs. Deputados... tudo bem consigo? Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, pois eu lamento, mas o sr. percebe muito pouco disto, que é sempre visado nisto.

Em primeiro lugar, - também não tenho este cuidado - não conheço nenhum cigano aqui dentro, ...

Deputado Alexandra Manes (BE): Se calhar há!

O Orador: ... se calhar há algum, não sei. Eu, como não tenho a preocupação de apontar negros, ciganos, amarelos vermelhos, cor-de-rosa, eu não sei se há algum aqui dentro. Falaram-me em ciganos, é possível que haja, desde que não me vendam um par de peúgas, está tudo ótimo que a gaveta está cheia. Sou amigo deles, tenho o maior respeito por eles. Acho ofensivo usar-se esse tipo de chavão, acho ofensivo que se diga ao povo açoriano uma coisa que não é uma realidade.

Começamos por aí: RSI – nós não queremos diminuir o RSI, nós queremos acabar com o RSI. É uma coisa muito diferente. E explico, nós queremos, ao contrário da vossa esquerda, nós não queremos acabar com os ricos, nós queremos acabar com os pobres. Nós queremos que as pessoas vivam dignamente, que as pessoas não precisem de viver à custa do RSI e que se há de arranjar um outro nome, um outro programa para aquelas pessoas que são pobres, porque não podem trabalhar, porque são doentes, porque são idosas. A malandragem vai trabalhar como qualquer açoriano trabalha porque é ridículo eu receber constantemente queixas de pessoas que recebem o RSI e ao mesmo tempo têm uma atividade profissional paralela fazendo concorrência àqueles pequenos comerciantes, àqueles pequenos produtores agrícolas, a muita gente que trabalha e paga impostos honestamente que têm a sombra destes srs. que recebem dos nossos impostos, de todos os açorianos, que recebem um dinheirinho que lhes garante a vida e depois têm um extra. Obviamente que o meu filho depois explica como é que funciona dentro das escolas, entre os meninos do rendimento mínimo e os meninos que os papás têm de pagar tudo, porque eu sou um dos papás que sempre teve de pagar tudo. Não é justo! Pobreza sim, nós temos de combater a pobreza, sim! Nós não podemos é alimentar a pobreza, mas o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista passam a vida a atacar o CHEGA, que anda a dizer que temos que acabar com a pobreza e deixar d éter esta subsidiopendência constante na nossa sociedade.

Não à subsidi dependência, sim à forma digna como as pessoas têm de viver na vida e têm de viver do fruto do seu trabalho, seja ele qual for, pescador, agricultor, médico, professor, enfermeiro, o que for, deputado - que não é uma profissão, é uma missão - é o que for, mas têm de viver dignamente. Não pode ser é os ciganos, os extremistas, os Venturas, eu não sou Ventura ...

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: ... eu chamo-me Pacheco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Este novo CHEGA não merece palmas!

Deputada Sandra Faria (PS): E está a envergonhar muita gente! É muito triste! O incomodo faz-se notar!

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, pelo Partido Socialista, tem a palavra. Faça favor, Sra. Deputada.

Srs. Deputados vamos permitir a intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Muito obrigado.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lutar contra a pobreza deve ser a prioridade de qualquer comunidade que se quer justa e solidária.

Deve ser o principal desígnio de qualquer comunidade que no seu todo, abrangendo governos, autarquias, ipss's, misericórdias, associações culturais e desportivas, escolas, unidades de saúde, todos e cada um de nós.

Avançamos em 2016 para a realização de um diagnóstico e no final de 2017 apresentámos uma estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social 2018/2028.

Depois disso, elaborámos o Plano Bianual 2018/2019, que operacionalizou essa estratégia regional e que se traduziu em mais de oitenta ações concretas em

todas as ilhas, transversais a várias instituições e a vários departamentos do Governo.

Estávamos e estamos conscientes de que este é um combate a médio e longo prazo, mas que é imperioso que seja travado de forma séria, honesta e empenhada.

Importa lembrar que a primeira prioridade da estratégia, Sras. e Srs. Deputados, foi assegurar a todas as crianças um desenvolvimento integral e inclusivo. Esta prioridade traduz bem o entendimento do Governo Regional, há altura, sobre como e a vontade de quebrar ciclos de pobreza que implicava o investimento sério na educação e na saúde.

E é por isso que gostava de lembrar algumas das principais conclusões constantes do relatório e execução desse plano: em primeiro lugar destaca-se o aumento da vigilância da população infantojuvenil e da população em geral, com reforço de onze pontos percentuais na taxa de cobertura de médico de medicina geral e familiar e a manutenção da cobertura vacinal.

Em segundo lugar, ao nível das crianças entre os três e os cinco anos, a taxa bruta de pré-escolarização continuou a melhorar, situando-se nos 97,6%.

Em terceiro lugar, os indicadores de referência relativos ao acesso a respostas sociais dirigidas à infância, acesso à creche e centro de atividades de tempos livres, que registaram progressivos e significativos aumentos, superiores a quatro pontos percentuais nestas duas respostas.

Por isso, ao longo deste caminho, fomos acompanhando mensalmente os, já referidos aqui, beneficiários de rendimento social de inserção, açorianos, como cada um de nós que aqui se encontra, ...

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e, de facto, a evolução desses beneficiários é uma medida aproximada de tendências ao nível de rendimentos das famílias e das suas condições de vida e foi por isso que também acompanhámos os dados relativos ao emprego e desemprego, exatamente como indicadores que contribuem para

avaliarmos o sucesso das políticas sociais e queria dar nota de indicadores nesse período de implementação do Plano: verificou-se uma redução significativa do número de beneficiários do rendimento social de inserção na Região, que passou de 18.563, em janeiro de 2018, para 15.404, em dezembro de 2019. Uma redução de 3231 pessoas, ou seja, em dois anos, uma redução de mais de 3000 pessoas.

Esta tendência manteve-se ao longo de 2020, tendo em novembro o número de beneficiários do rendimento social de inserção atingido um mínimo histórico de 14.635 beneficiários. Intimamente relacionados com estes dados do rendimento social de inserção, está naturalmente a redução do desemprego. De facto, a redução do desemprego foi uma tendência ao longo dos últimos anos, tendo culminado com uma redução de 7,19% para 6.1% entre 2019 e 2020, contrariando a tendência nacional de agravamento da taxa de desemprego no mesmo período.

Em 2020 os Açores apresentavam não só a taxa de desemprego mais baixa do resto do país, como também a taxa de desemprego média mais baixa nos últimos 12 anos.

Paralelamente, 2020 foi também um ano em que se verificou um maior número de açorianos empregados, desde que há registo.

É esta a malandragem que com certeza o Sr. Deputado Pacheco se refere.

Faço estas referências a propósito de no início deste ano o Instituto Nacional de Estatística ter divulgado dados provisórios relativos ao inquérito de condições de vida e de rendimento que incluí também as condições de vida dos açorianos.

Gostaria de destacar os seguintes dados:

- No que respeita à privação de material severa, os Açores foram a região do país que mais baixou este indicador.
- No que respeita ao risco de pobreza, os Açores foram a região do país que mais baixou este indicador, embora mantenha ainda a taxa mais alta do país, mas a menor distância da Madeira.

- No que respeita à taxa de pobreza e exclusão social, os Açores foram a taxa do país que mais baixou este indicador e deixou de ser aquela com taxa mais alta.

- No que respeita ao índice de GINI, os Açores foram também a região do país que mais baixou este indicador, que é um indicador que mede a desigualdade social. E, pese embora, ainda acima da média nacional, estamos muito mais próximos desta.

Podia continuar com outros dados, mas gostava apenas de vos dizer o seguinte: penso que isto é uma abordagem honesta, uma abordagem factual, uma abordagem que se preocupa com aquela que é a realidade de todos quantos vivem nestas ilhas dos Açores, que se preocupa em combater efetivamente as desigualdades sociais e não a apontar o dedo e a colocar selos e capas nos cidadãos que são nossos concidadãos ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... e temos todos, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo ...

Presidente: Sra. Deputada agradeço que termine.

A Oradora: ... termino já, Sr. Presidente.

Todos, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, porque combater a pobreza é também e sobretudo combater o estigma, dar e aplaudir discursos como os que acabamos de ouvir nesta Casa é um retrocesso de décadas e décadas

Deputada Ana Luís (PS): é uma vergonha!

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

A Oradora: ... naquilo que é o combate à pobreza e exclusão social nesta Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: A luta contra a pobreza e exclusão social que se faz muito pela educação, pela saúde, mas faz-se muito, muito pela dignidade e dignidade não é abordar como foi abordado aqui os beneficiários. Estas 14.000 pessoas, muitas delas crianças, merecem muito mais, merecem muito mais de nós, daqueles que aqui se sentam e que são remunerados efetivamente para lutar pelos seus direitos e, por isso, eu nunca me calarei. Enquanto ouvir Deputados desta Casa a colocar selos em cidadãos, que como nós, lutam por oportunidades, lutam por dignidade e lutam por uma vida melhor.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo PPM, o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nesta questão do combate à pobreza, como sabem, estou muito à vontade, foi o PPM que lançou este debate na Região Autónoma dos Açores e, portanto, esse mérito pertence-nos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Presunção e água benta

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O galo também pensa que é por cantar que o sol nasce!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Muito rapidamente, dizer-lhe Sr. Deputado António Lima, lamento que tenha voltado a um registo de extremismo, de extrema-esquerda, quando

v.exa. sabe que uma parte muito significativa das propostas que aqui tem feito no Parlamento têm sido aprovadas pela coligação e v.exa., ainda na anterior reunião, felicitava o Governo por ter apoiado o combate à precariedade e, portanto, tenho pena que faça um discurso absolutamente cínico em relação àquilo que tem vindo a acontecer no Parlamento dos Açores, v. exa tem vindo a ver a ser aprovadas muitas das suas iniciativas, sr. deputado e, portanto, o discurso que fez é absolutamente falso e cínico.

Devo dizer também o seguinte: qual é a nossa estratégia em relação ao RSI? Não é muito diferente do que por exemplo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro veio defender, que era preciso uma maior fiscalização do RSI. Nós também consideramos isso, nós também consideramos que deve existir uma maior fiscalização. Os srs. acham que funciona bem, não acham? Nós também não achamos. Como é que se resolve o problema? Através do desenvolvimento e progresso económico. É assim é através do progresso económico, as cifras são tremendas. A sra. deputada está bastante preocupada com aquelas que são as cifras da pobreza. Nós também! Mas veja uma coisa, quem é que trouxe os Açores para estes valores? Foi a governação de 24 anos do Partido Socialista!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, sim, uma estratégia de combate à pobreza, sim, desde o início, ainda na oposição. Sim, em relação ao reforço da educação, que é aquilo que estamos a fazer. Sim, no âmbito da formação. Sim, no âmbito do progresso económico. Sim, esta é a estratégia, sim este é o nosso compromisso, queremos diminuir a dependência das pessoas em relação ao RSI, é o nosso objetivo. E sabe que mais? Vamos conseguir ter êxito!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PAN, o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só quero corrigir a Sra. Deputada Andreia Cardoso por duas coisas: primeiro o CHEGA não recebeu palmas de ninguém, ninguém teve coragem para dar palmas a este Sr. Deputado e depois o CHEGA não quer meter selos a quem beneficia deste subsídio de sobrevivência, o CHEGA quer mesmo cadastrar estas pessoas, isso é que é mesmo uma grande diferença. Cadastrar pessoas que beneficiam do RSI, sobre a ética racial e a subsidiodependência. Vamos ser sinceros, se no RSI temos problemas e há pessoas que estão a receber injustamente, logo temos que fiscalizar.

Agora, a maior parte, nós temos de assumir que é uma necessidade para a sobrevivência e logo aí, o Sr. Deputado do CH, chega a cometer uma incongruência, sobre o voto de Cuba. Então, mas há fome e não se ajuda? Você quer ajudar o povo cubano que tem fome, mas as pessoas que têm fome aqui a receber o RSI, não quer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Sandra Faria (PS): Os açorianos valem menos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É óbvio que a declaração política do Bloco de Esquerda não reflete aquilo que é a realidade da ação que este executivo tem estado a fazer.

Desde logo, conforme foi aqui já bem referido, este Governo Regional e esta Assembleia Legislativa Regional já aprovaram e estão a executar medidas que tiveram um forte contributo do Bloco de Esquerda no combate à pobreza. Sendo certo que o principal deles tem sido o complemento regional de pensão, o famoso cheque pequenino, que tem melhorado a qualidade de vida dos nossos idosos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que tem contribuído para salvaguardar índices de conforto que, até então, não dispunham.

Mas há mais do que isso, ouvir a Sra. Deputada Andreia Cardoso falar sobre a pobreza também revela um completo distanciamento sobre a realidade porque é preciso não esquecer que este Partido Socialista esteve no Governo 24 anos, quase um quarto de século, e todos nós sabemos efetivamente que associado à pobreza estão a educação e o emprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que é que este Governo Regional do Partido Socialista nos trouxe? Trouxe-nos, a nível de educação, a mais alta taxa de abandono escolar precoce. É preciso repetir isso até à exaustão para que v. exas. ponham a mão na consciência do péssimo serviço que prestaram aos Açores nessa matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No que diz respeito à taxa de emprego, em dezembro de 2019, os Açores tinham a mais alta taxa de desemprego do país.

Deputado Francisco César (PS): Isso é falso!

O Orador: Não é falso, é a pura da verdade e o Sr. Deputado Sérgio Ávila concorda comigo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em dezembro de 2019, a mais alta taxa de desemprego do país. Associando a mais elevada taxa de abandono escolar com a mais alta taxa de desemprego do país, é obvio que temos um barril de pólvora.

Deputado Francisco César (PS): Mas isso não é verdade!

O Orador: Mas isto é fruto da governação de 24 anos do Partido Socialista e, como bem referiu ainda num recente estudo aprovado e referido pelo Professor Fernando Diogo, que diz precisamente o seguinte, na revista da Associação Portuguesa de Sociologia n.º 19, em junho de 2018, o Professor Fernando Diogo escreve: “A pobreza é, nos Açores, um problema social incontornável, dado o elevado número de indivíduos que partilha esta condição social, representando o valor mais alto das diversas regiões do país, acima do resultado nacional”. Ainda no mesmo estudo, o Professor Doutor Fernando Diogo, não tem dúvidas em defender que “as questões da qualidade nos empregos disponíveis, das desigualdades de género no acesso ao mercado de trabalho e das qualificações escolares, são outros fatores importantes para explicar a incidência da pobreza na Região, considerando que os dados que foi possível coligir sobre essas áreas da vida social são atualizados.”

Portanto, estes dados reportam-se a 24 anos de governação do Partido Socialista ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... um quarto de século de maioria absoluta, do “quero, posso e mando” e de uma estratégia e de um pensamento único que imperou na Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E o que fazer com tão baixo índice de ajuda, de socorro para fazer face à pobreza nos Açores. Porque, para além daquela pobreza registada, há um fenómeno com que nos temos de preocupar, que é com a pobreza envergonhada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é a pobreza que nos preocupa também porque é aquela pobreza que não se manifesta, mas que sente, que reflete no seu dia a dia e no próprio rendimento escolar dos seus filhos e, como tal, este executivo regional tem tido esta preocupação, para além da aprovação do complemento regional de pensão, há uma estratégia de combate à pobreza, que passa sobretudo pela maior fiscalização do rendimento social de inserção.

Todos nós sabemos que existem situações que merecem ser fiscalizadas, o próprio candidato a Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, em período de campanha eleitoral confessou, perante os órgãos de comunicação social, que havia situações de absoluta injustiça no que diz respeito à atribuição do rendimento social de inserção por pessoas que não mereciam.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Disse, disse! Disse mais! “O rendimento social de inserção é para quem precisa, não é para quem preguiça.” Isto foi dito por si aos órgãos de comunicação social.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É claro que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro estava inebriado em campanha eleitoral e queria, enfim, dar um ar de que também fiscalizava o rendimento social de inserção. São palavras suas!

Mas, é natural que possam existir abusos e este executivo tem a obrigação de fiscalizar quem necessita efetivamente do rendimento social de inserção porque há fenómenos muito graves de pobreza nos Açores que merecem ser devidamente apoiados e aqueles que por um ato ilícito beneficiam de um rendimento social de inserção sem preencher os pressupostos da sua atribuição. Mas, é acima de tudo, pelo dinamismo económico, pelo dinamismo social, pela necessidade de trazer aos Açores novos paradigmas de desenvolvimento...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... assentes no turismo, assentes em todos os setores económicos que este governo vai – estamos absolutamente convencidos disso – alavancar a economia para retirar de um estado de pobreza aqueles que necessitam de um horizonte de esperança para amanhã. E é por isso que estamos absolutamente convencidos que esta preocupação de pobreza, que chegou tardiamente ao Partido Socialista, porque só em 2018 é que aprovaram o primeiro Plano de Combate à Pobreza e Exclusão Social, quase após 24 anos de governação, reconhecendo a sua total inaptidão, a sua total incapacidade para resolverem um problema que sempre grassou na sociedade açoriana.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A estratégia de combate à pobreza não pode ser uma arma de arremesso da chicana político-parlamentar e este foi o filme que nós assistimos aqui todos hoje.

Arma de arremesso da chicana político-parlamentar. É um caso demasiado sério da sociedade açoriana, da sociedade portuguesa e alguns outros países da União Europeia que tem de ser encarado dessa forma, com seriedade, com objetividade e com medidas concretas de combate. Não pode continuar a ser apenas arma de chicana político-parlamentar.

É com crescimento económico, é com apoio à criação de emprego, é com fiscalização de todo o tipo de subsídio, de todo o tipo de apoios, não é só do rendimento social de inserção. Parece que estão todos a querer cavalgar o eleitorado de um certo partido.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: São todos os subsídios, são todos os apoios, inclusivamente às empresas e aos empresários que continuam de boca aberta para o bolo do orçamento da Região, para o bolo das perspetivas financeiras da União Europeia, mas que depois não são capazes de pagar mais do que o ordenado mínimo nacional ou o ordenado mínimo regional. É lamentável, é lamentável ouvir empresários dizerem que o ordenado mínimo nacional não pode subir porque sobre o regional e as empresas não suportam. Então que raio de empresas são essas, que foram criadas nos Açores nos últimos anos? Que raio de empresários são esses que não são capazes de tirar os seus próprios trabalhadores do desemprego?

E é essa estratégia que, nós todos, temos a obrigação de seguir. É tirar da pobreza a quantidade imensa de açorianos que estão na pobreza por via da incapacidade de nós produzirmos mais, de nós produzirmos melhor e assim termos rendimento para pagar melhor aos nossos trabalhadores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda esta semana em Paços Perdidos, e acho que não cometerei qualquer inconfidência se o referir aqui, falava com um jovem deputado desta Casa sobre a necessidade imperiosa de procedermos ao desmame da nossa sociedade dos subsídios e da subsidiodependência.

Nós temos de ter uma economia sustentável e não uma economia sustentada por via dos apoios estatais, venham eles de onde vierem. Às vezes ouve-se: “há, mas o dinheiro vem da Europa”, o dinheiro que vem da Europa é de contribuintes, é de contribuintes holandeses, é de contribuintes alemães, é de contribuintes que tarde ou cedo nos vão cobrar a nossa incapacidade de usar o dinheiro deles para desenvolvermos a nossa economia para sermos um mercado mais integrado, para sermos um mercado mais sustentável, para sermos todos melhores cidadãos da União Europeia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E foi esse o desígnio da construção da União Europeia. O principal desígnio da construção da União Europeia foi, nas palavras – esta Sessão Legislativa deve ter sido a primeira que não se falou no nome do homem, mas eu vou dizer – do Winston Churchill, eram pelo menos cinquenta anos de paz na Europa. Esse desígnio já foi conseguido, apesar ...

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine.

O Orador: ... da Bósnia, apesar de uns fogos que por aí houve, esse desígnio foi conseguido, mas é preciso um outro, é preciso conseguirmos todos convergir, no sentido de sermos todos – claro que nunca vamos ser iguais, nós aqui na Região não vamos ser harmoniosamente desenvolvidos, apesar dessa parangona ser repetidamente dita – um pouco mais próximos uns dos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E isso faz-se, única e simplesmente, pela fiscalização desses subsídios, pelo desmame desses subsídios e pela construção de uma economia sustentável. E aí, Sr. Deputado António Lima, perdoe-me que lhe diga, o sr. está extremamente preocupado com a pobreza, mas não votou a favor da nossa proposta que cria soluções para pequenas famílias, para pequenas e médias empresas poderem tirar da pobreza os seus filhos e as suas famílias e aí é que vem a incongruência disto tudo, é fácil chegar àquela tribuna e fazer um arremesso, mas depois quanto têm na sua mão a possibilidade de votar uma proposta que tire, nem que seja um cidadão dos Açores da pobreza, o sr. opta por não votar favoravelmente essa proposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E é isso que deve ser referido nesta Câmara para que todos tenhamos, de futuro, esta memória. E confesso, estou fatigado de ouvir falar do passado. Falemos do futuro!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Porquê estarmos permanentemente a falarmos de 24 anos? Parece um certo deputado desta Casa que levou anos naquela bancada a falar nos vinte anos de Mota Amaral! Não podemos passar a vida a falar do passado, temos de falar de futuro e dar futuro e esperança aos açorianos de uma vida melhor. É para isso que nós somos pagos e é para isso que nós somos feitos, é para estar aqui a pensar e a falar do futuro e não, permanente, a falar do passado.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Ó Paulo era para ti

Deputado Nuno Barata (IL): Era para os dois!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Independente, Carlos Furtado. Faça favor. Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção começa por ser um pedido de desculpas ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores porque, em outubro do ano passado, o CH que negociou consigo um acordo de incidência parlamentar, era um CH moderado, sério, não populista. Um CH que não queria acabar com o rendimento social de inserção, mas sim diminuir o rendimento social de inserção. Um CH que não disse que acabar com o rendimento social de inserção tinha que se acabar, mas já aceita que exista uma outra coisa, com outro nome, porque parece que isso seja uma questão de nomes, que pode aparecer uma outra coisa para substituir o rendimento social de inserção. Não! O que é preciso é acautelar que situações de pobreza extrema que existam nesta terra sejam devidamente acauteladas, independentemente do nome ser RSI, Joana, Manuel ou António, não é uma questão de nomes.

Dizer também, Sr. Deputado do CH, que o sr. que enumera aqui, que aqui dentro situações de irregularidades de pessoas que eventualmente recebem o rendimento social de inserção e que ainda fazem alguns biscates, que é uma imoralidade, mas digo-lhe Sr. Deputado: tanto é uma imoralidade fazer isso, como ser coívente e não denunciar isso.

Tenho dito.

Muito obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Faça favor, Sr. Presidente, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A temática desta declaração política, ora debatida, é, por demais, importante, relevante não para quem dela fala, mas sobretudo para quem a sente e, por isso, dirigidas as palavras ao povo que nos ouve, aos que têm carência essencial na sua vida e procuram numa visão personalista e humanista da doutrina que deve prevalecer e subscreve o regime em Portugal e autonómico nos Açores, deve considerar com respeito o exercício solidário, atento às necessidades e às carências, numa justa equitativa distribuição da riqueza, por aqueles que não tiveram capacidade de a criar.

E se isto é uma referência positiva ao objeto da declaração política apresentada pelo Sr. Deputado António Lima, é triste que nos pressupostos tenha procurado o antagonismo e que fizeram flutuar sem raiz a cauda da declaração política porque os fundamentos e os pressupostos da sua motivação para a declaração política são rasos e não dignificantes.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, fiquei a pensar ao ouvir o Sr. Deputado. Sim, quem não compreende as causas, não entende as consequências!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aplica-se exatamente ao desentendimento do Sr. Deputado.

Este Governo criou um Programa de Governo apoiado numa coligação do governo e acordos de incidência parlamentar que visam, exatamente, a mudança de paradigma e temos a profunda convicção de que nas causas podemos atacar as consequências da pobreza.

E sim, o Programa do Governo, as orientações de médio prazo, são um pressuposto de planeamento que vão ao encontro desta mudança e alteração das causas.

Sim, nós queremos promover o rendimento.

Sim, nós queremos promover a criação de riqueza e a sustentabilidade.

Sim, nós queremos acabar com a subsidiodependência de mão estendida.

Sim, nós queremos potenciar, no contexto social e económico dos Açores, a capacidade de melhorar rendimentos.

Nós definimos e estas causas são essenciais e permita-nos compreender as consequências, nós demos prioridade máxima à educação, como elevador social para combater a exclusão, promover a inclusão.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós adotamos a saúde pública como elemento essencial para garantir que o acesso à saúde transforme a nossa sociedade, do presente e do futuro, mais capaz de contribuir para o trabalho, para a felicidade, para a capacidade de criação de riqueza.

Sim, nós definimos a qualificação profissional como essencial para aumentar o nível competencial das qualificações das pessoas para o mundo, da integração no mercado de trabalho, na produção da riqueza.

Sim, nós apostamos numa desoneração fiscal porque pulsamos potenciar nas empresas, nas famílias, nos consumidores mais rendimento disponível para as outras necessidades essenciais da sua vida.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sim, nós potenciamos aos que não tinham qualquer benefício da diminuição fiscal, complementos remuneratórios que compensassem e libertassem rendimentos para os que não têm apoio ou benefício da redução fiscal e fruto do seu trabalho têm rendimentos escassos para a dignificação do seu trabalho e da sua dedicação à criação de riqueza.

Sim, nós apostamos na solidariedade social apoiando com meios de sobrevivência quem mais precisa e fazemo-lo também com uma política de descentralização, envolvendo as autarquias locais, o poder local com meios para acudir às necessidades mais emergentes.

Sim, nós apostamos e apoiamos, num exercício de cooperação, também as IPSS's, as Misericórdias como auxiliares da promoção e da inclusão na rede social pública parassocial que permita acudir às principais necessidades.

Sim, nós temos uma política de habitação que ajuda a dignificar a sociedade e as famílias mais necessitadas porque o elemento habitacional é decisivo no combate à pobreza, mas sobretudo na inclusão da sociedade.

Sim, nós criamos complementos remuneratórios àqueles que são uma pobreza envergonhada, designadamente ...

Presidente: Sr. Presidente agradeço que termine.

O Orador: ...os reformados, os pensionistas e tivemos um complemento aprovado aqui por largo espectro pelos Deputados desta Casa.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim, nós promovemos políticas de precariedade no vínculo laboral, quer no privado, quer na administração pública regional. Nós estamos a cuidar das causas para, compreendendo as consequências, promover mais inclusão e verdadeiro combate à pobreza.

Muito obrigado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Penso que todos já usaram da palavra.

O Bloco de Esquerda não tem tempo para encerrar a declaração política.

Avançamos assim para a próxima declaração política do PPM, dou a palavra ao Sr. Deputado Gustavo Alves: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. e Membros do Governo:

A Autonomia dos Açores teve, desde o início, um imperativo: assegurar o desenvolvimento harmónico do conjunto das ilhas que compõem o nosso arquipélago.

Nada mais natural. Nada mais lógico. A Autonomia Açoriana bebe a sua legitimidade na procura de um propósito: combater o centralismo e os seus malefícios ou, dito de outra forma, lutar contra o abandono da periferia insular.

É por isso que a Autonomia tem de triunfar onde o centralismo perde.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Ou seja, a Autonomia tem de desenvolver instrumentos eficazes de luta contra o abandono de qualquer parcela do nosso território por razões demográficas, económicas, políticas e até geográficas.

O Grupo Ocidental, constituído pelas ilhas das Flores e do Corvo, representa, historicamente, um território “assolado” pelos malefícios da periferia. As ilhas das Flores e do Corvo pesam cada vez menos na demografia e na economia dos Açores.

O instrumento para combater este quase determinismo geográfico e histórico é a política. A POLÍTICA com maiúsculas. No caso em apreço, a solução para resolver os malefícios da periferia é fazer o necessário para dar centralidade a quem vive nas franjas do nosso território.

Os transportes são, para usar uma expressão recorrente neste Parlamento, o verdadeiro “toque de Midas”. Aproxima o que está longe. Cria oportunidades onde elas não existem.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É por isso que o Grupo Parlamentar do PPM valoriza muito o fretamento, por parte do Governo Regional, dos navios “Margarethe” e “Thor Assister”. Resolvem uma parte dos problemas de abastecimento.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Criam centralidade.

No seu conjunto, significam um novo mundo. Um mundo “asgardiano”. Significa um trovão que ilumina o futuro das duas ilhas.

Resolvem-se, assim, problemas que estavam por resolver. Criam-se oportunidades que aguardavam a decisão política determinada que era necessário tomar.

Mas neste momento não posso deixar de realçar a aposta determinada no futuro. O Governo dos Açores decidiu criar, na orgânica da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, um terceiro serviço periférico: o serviço de ilha das Flores. Já existiam os serviços de ilha de São Miguel e da Terceira que davam resposta às necessidades específicas nos Grupos Oriental e Central do nosso território. Faltava dar uma resposta semelhante no Grupo Ocidental, que estava a este respeito destapado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Tenha-se em conta que estes serviços contam com vastas competências. Entre elas cabe destacar as seguintes:

Assegurar a representação da Secretaria Regional do Mar e das Pescas na respetiva ilha;

Exercer competências de natureza operativa da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, incluindo ações de apoio técnico e administrativo, nas respetivas áreas, atribuições e competências, cumprindo as orientações que sejam transmitidas pelo secretário regional, bem como pelos diretores regionais, por força da necessária articulação funcional que lhes for superiormente determinada;

Apoiar o Gabinete de Planeamento, a Direção Regional das Pescas e a Direção Regional dos Assuntos do Mar no exercício das suas competências;

Manter um conhecimento adequado das realidades e necessidades da sua área geográfica, com vista à respetiva integração nos objetivos definidos para os diversos setores;

Colaborar na recolha e divulgação de informação, no âmbito das suas competências;

Encaminhar as reclamações e os requerimentos que lhes sejam apresentados;

Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

Como se vê, este novo serviço tem potencial para dar um impulso decisivo ao desenvolvimento do Grupo Ocidental nesta área. Afinal, as ilhas das Flores e do Corvo garantem, apenas pela sua localização geográfica, mais de 40% da Zona Económica Exclusiva dos Açores.

Este é o caminho. Dotar os territórios mais periféricos dos Açores dos instrumentos administrativos e de planeamento necessários para promover o seu desenvolvimento.

Meus senhores!

O esforço que está agora a ser feito, na área dos transportes marítimos de mercadorias e da administração regional, deve prosseguir noutros âmbitos. Destaco duas áreas que considero fundamentais pela sua urgência: reforço do

parque habitacional e políticas de promoção da fixação das populações, em especial de jovens.

Disse!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(*Pausa*)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Presidente do Governo Regional tem a palavra, faça favor.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política do Sr. Deputado Gustavo justifica, em nome do Governo, uma palavra de apreço e de companhia na análise, bem como também na perspetiva de compromisso.

A preocupação de um Governo que tenha em vista a coesão territorial da nossa condição arquipelágica e a necessidade de garantir o abastecimento a cada ilha não podia ter estrutura apenas para os grupos oriental e central, como bem evidenciou, na falta de uma estrutura e de uma presença no grupo ocidental.

Esta é a marca deste Governo, não deixar nenhuma ilha para trás, ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... entender os Açores, não como uma mera abstração, mas como uma realidade concreta de nove ilhas. Na sua geografia, difícil, é certo, de

exigências, de proximidade para garantir o que é essencial com equipamentos adaptados às concretas circunstâncias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E a verdade é que é este esforço que estamos a fazer, quer sobre o ponto de vista orgânico de instalação de serviços, em representação dos departamentos do Governo e com isso garantir mais eficácia, mais centralização, mais presença, mais proximidade e também com a opção pioneira, experimental – em certa medida – com designadamente navios capazes de poderem ser testados sob a mudança de paradigma que queremos estabelecer e estamos a fazê-lo com profunda convicção, com risco, mas com compromisso de estar ao lado das populações que correram o risco de não ter abastecimento no período mais difícil da sua acessibilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem

O Orador: Conto, Sr. Deputado, com este Governo porque a boa aportação que o Sr. Deputado e o Grupo Parlamentar do PPM dão a esta matéria têm sempre acolhimento porque cumprem o objetivo geral do Programa do Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do PPM e do Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar destacar a pertinência desta declaração política do PPM e esta declaração política é tão pertinente e tão importante para o grupo ocidental como a declaração política do PSD de ontem, relativamente àquele que era o problema que assola um conjunto de ilhas da nossa Região.

Mas também quero destacar aqui a coragem deste Governo em assumir a diferença, assumir que os Açores são constituídos por três grupos e que aquelas ilhas precisam de uma mão do Governo, a coragem deste Governo e a determinação deste Governo naquelas que foram as respostas, relativamente ao abastecimento ao Corvo, relativamente às obras que estão a decorrer nas Flores, no que diz respeito ao porto comercial das Lajes das Flores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta coragem e esta determinação são a diferença daquilo que nós tínhamos, da postura que havia em relação àquele grupo.

Eu também não poderia deixar de dizer que todo esse trabalho que tem sido feito relativamente ao transporte e designadamente a tarifa Açores. A tarifa Açores é porventura das medidas mais importantes para a coesão regional e este é um aspeto que nunca será demais destacar e o impacto dele está bem patente no turismo, nas nossas ilhas e na mobilidade de todos os açorianos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, Sr. Deputado Paulo Estevão para encerrar a declaração política tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dizer apenas o seguinte: da parte do grupo Parlamentar do PPM, nós fizemos questão de assinalar a ação do Governo no sentido de dotar o grupo ocidental de meios que permitam o seu progresso económico, quer a nível da administração, quer a nível dos meios do ponto de vista do transporte de mercadorias, que é essencial, sem um transporte de mercadorias eficiente, a economia não funciona.

Mas quero também aqui realçar, no caso do fretamento do navio THOR, a enorme importância que significa a aquisição do fretamento deste navio, no âmbito dos meios de socorro e salvamento. A Marinha Portuguesa já assinalou a importância do fretamento deste navio, nós não tínhamos, nesta zona do Atlântico Norte, um meio de socorro e salvamento com esta capacidade, para a Marinha Portuguesa dispor neste momento do THOR nestas águas, nesta zona do Atlântico Norte é absolutamente crucial.

E, portanto, também aqui, além de significar um meio muito significativo, do ponto de vista de assegurar o abastecimento regular de mercadorias ao Corvo e às Flores, é também muito importante que exista este meio, com esta capacidade logística, que não existia. E, portanto, daqui também quero realçar a enorme importância deste facto.

E finalmente, referenciar que nós temos, neste momento e o Sr. Deputado Gustavo Alves que fez esta intervenção, consciência que existem muitos problemas para resolver. Mas, também temos consciência que qualquer abordagem é uma abordagem que deve ser realizada através de prioridades e, portanto, a nossa prioridade é, para já, resolver o problema do abastecimento de mercadorias. Fica resolvido.

Também estamos preocupados, no sentido de termos as reservas necessárias para não enfrentar uma situação de urgência. No passado essas reservas não existiam ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e agora vão existir, essas reservas têm que existir para qualquer coisa que possa acontecer. Temos que preparar-nos para o pior, para que a resposta seja o mais eficaz possível.

E, por isso, nesse sentido, há um conjunto de prioridades...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... estas ficam resolvidas.

Termino já, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: temos consciência que este problema fica resolvido, que há muitos outros problemas e os dois problemas que o Sr. Deputado Gustavo Alves referenciou são de enorme importância, enorme urgência. Resolver o problema da habitação nas Flores e no Corvo, porventura também em muitas outras zonas da nossa Região e também um problema em relação à fixação da população que é um problema geral na Região e um problema que afeta sobretudo as ilhas de menor dimensão ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e os concelhos, sem ser o concelho de Ponta Delgada ou de Angra, afeta um grande conjunto de concelhos açorianos e é necessário promover a fixação da população e é necessário desenvolver, com urgência também, estas medidas.

Muitos outros problemas temos que enfrentar, mas a verdade é que, para já, estes resultados, em apenas sete meses, são muito gratificantes para o grupo Parlamentar do PPM.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrada esta declaração política.

Sr. Deputado Paulo Estevão pede a palavra para?

Penso que não será necessário Sr. Deputado. Falta apenas um minuto e todos compreenderão que encerremos os nossos trabalhos desde já para o almoço e, portanto, encerramos aqui.

Bom almoço a todos e até logo.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Ao abrigo do artigo 81.º do nosso Regimento, a Representação Parlamentar do PAN solicita a apresentação, em plenário, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n. 36/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”.

Assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É assumidamente público que o PAN rejeita de forma incansável e ambiciosa todas as práticas que recorrem à utilização de animais como meio de diversão ou entretenimento. Para nós, o uso egoísta de animais em qualquer ação que se revele ofensiva para a sua integridade física, causando-lhes dor, sofrimento,

stress, ou qualquer outra sintomatologia que resulte da sua indevida manipulação ou de uma comprovada instrumentalização ofensiva é indefensável e civilizacionalmente arcaica.

Como tal, o PAN tem uma postura contrastante com alegados «espetáculos» tradicionais de índole tauromáquica. A tourada à corda é um deles, mas não se desemboca apenas nesta. O delta das práticas relacionadas com a tourada à corda na Região tem muitos braços e engloba outras práticas nas quais o respeito pelo bem-estar e proteção animal não estão preconizados.

Ao longo da história mundial recente temos assistido ao fim gradual dessas práticas e é esse o caminho que desejamos trilhar na salvaguarda dos direitos básicos a que todos os animais têm direito nos Açores. O desígnio é ver acolhidas algumas das nossas medidas que visam esse epílogo.

Dar o passo em frente no progresso pela salvaguarda no bem-estar animal foi o que nos impeliu a apresentar a iniciativa que nos traz aqui e que é reclamada por uma grande parte da própria sociedade açoriana. Em especial a indignação popular gerada na sequência dos vídeos publicados, com o Sr. Secretário Regional da Agricultura e do Sr. Diretor Regional da Cultura, como atores principais deste filme, que despertaram na comunidade sentimentos de revolta em relação a esta prática já ultrapassada, com assento legal, denominada de «ferra».

A “ferra” é, sem dúvida, um dos vários braços desse afluente que é a tauromaquia nos Açores. Esta prática mereceu a respetiva censura popular, pelo reconhecimento público e incontestável dos malefícios causados nos animais, especificamente nos bovinos, de tenra idade, destinados à lide, sujeitos a esta realidade.

A “ferra” é uma marcação a fogo, que implica o manuseio forçado do animal, a sua incapacitação para qualquer movimento ou fuga de uma situação que lhe causa dor e stress pela aplicação de um ferro incandescente diretamente na sua pele e que o marca para sempre.

Aquele momento, que serve de entretenimento também o vai marcar de forma permanente e desnecessária durante largos dias até à cicatrização.

Falamos da marcação a fogo que se reduz a um método de marcação permanente e dolorosa em que um ferro incandescente é aplicado diretamente na pele do animal.

As marcações são feitas quando os animais são ainda bezerros, por serem mais fáceis de domar, de subjugar. A dor é uma experiência subjetiva que implica sofrimento e afeta de forma significativa o bem-estar animal. Não bastasse a marcação dos animais, vulgo «ferra», poder ser realizada a fogo, veio sua Excelência, Senhor Secretária da Agricultura e Desenvolvimento Rural, apregoar que a mesma também pode ser realizada a frio (como está na lei), a azoto líquido, como se de uma inovação se tratasse (não estivesse em decreto), com baixo impacto na dor e sofrimento do animal aquando da sua marcação.

Tenhamos a honestidade intelectual de admitir que a «ferra», independentemente do elemento utilizado, seja a frio ou a quente, se traduz, em termos práticos, na queima do animal com o fim de o identificar.

E é isto que, por ora, pretendemos alterar. Pretendemos que a marcação/identificação dos bovinos de tenra idade, seja feita com recurso à biotecnologia existente, ou seja, eletronicamente, através de microchip ou transponder.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso já é!

O Orador: As «cinco liberdades definidas no Protocolo de Bem-estar Animal, definidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)», pretendem isto mesmo, a adoção de medidas e políticas que libertem os animais de qualquer tipologia de sofrimento ou dor.

A identificação eletrónica dos animais, neste caso concreto dos bovinos, com recurso à biotecnologia, é uma prática há muito recomendada pela União Europeia, em diversos normativos – Regulamento Europeu n.º 653/2014 do

Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014, que procedeu à alteração do Regulamento n.º 1760/2000, «Lei da Saúde Animal».

O Projeto Europeu «Identification Electronique des Animaux» (IDEA) foi pioneiro na necessidade de aproveitamento e utilização desta tecnologia em matéria de bem-estar e proteção animal.

Os progressos tecnológicos, com assento nas normas nas normas ISO, têm permitido a identificação eletrónica dos bovinos de forma fidedigna e segura, sem constrangimentos para os tutores dos animais, com reduzidos encargos administrativos, e baixo impacto na ofensa da integridade física dos animais. Vejamos os exemplos do Brasil e Argentina onde já se tornou comum a identificação de bovinos através desta metodologia.

A própria Direção Geral de Alimentação e Veterinária recomenda o uso da tecnologia na identificação dos bovinos. A Identificação Eletrónica de Bovinos (IDE) é uma identificação oficial. Esta forma de biotecnologia, que deve ser utilizada na identificação dos bovinos, tem como vantagens, segundo a própria DGAV, o melhoramento da gestão da produção e dos Livros Genealógicos, agilização do registo e monitorização automática de dados dos animais, controle da movimentação e localização dos animais, bem como a sua rastreabilidade pelas autoridades administrativas, formação e informação de todos os intervenientes, atualização das bases de dados e capacitação do software para transferência de dados.

Existem provas dadas e incontestáveis do sucesso desta tecnologia na identificação dos animais! Veja-se o caso dos animais de companhia que utilizam tecnologia análoga e adequada à sua espécie. Esta tecnologia é, igualmente, utilizada, e com sucesso, em animais marinhos que percorrem distâncias consideráveis em condições bastante hostis.

Por isso, propomos, por um lado, a proibição da queima dos bovinos a fogo ou a azoto líquido, por outro, pretendemos que doravante a identificação dos bovinos destinados à lide passe a ser realizada através da implantação de chip.

Para o efeito, o Projeto de Decreto Legislativo Regional - “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”, pretende que a identificação dos bovinos de lide passe a ser realizada com recurso à tecnologia existente, transponder, proibindo-se as ferras a fogo ou a azoto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Prevê o nosso Regimento um período de pedidos de esclarecimento não superior a 10 minutos.

Pergunto se há pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 7: **Projeto de Resolução n.º 40/XII – “Captação de água para a agropecuária na freguesia da Lomba de São Pedro”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Relembro que os tempos estipulados para este debate são os seguintes:

O Partido Socialista e o Governo dispõem de 22 minutos, tal qual o PSD como proponente, o CDS dispõe de 14 minutos, o BE e o PPM dispõem de 12 minutos, as Representações Parlamentares do CH, da IL e do PAN de 10 minutos, o Sr. Deputado Independente de 5 minutos.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Ana Quental (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agropecuária constitui o principal pilar da economia da freguesia da Lomba de São Pedro, no concelho da Ribeira Grande.

No setor primário desta freguesia, destaca-se a produção de batata, com uma área de cerca de 500 alqueires e uma produção anual que ronda as três mil toneladas, uma das maiores da ilha de São Miguel.

Se somarmos a esta, a cultura do milho, chegam às 5.000 Toneladas.

De salientar que há cerca de três anos em sido feito um grande esforço em diversificar as suas culturas, nomeadamente na produção de frutas (20 Toneladas) e produtos hortícolas (5 Toneladas).

Assume-se assim, o setor agropecuário, como a principal fonte de criação de postos de trabalho na Lomba de São Pedro, absorvendo cerca de 80 por cento do emprego na freguesia.

Devido à falta de investimento público, nas legislaturas anteriores, em matéria de abastecimento de água à agricultura, os produtores agropecuários da Lomba de São Pedro são obrigados a recorrer à mesma captação que abastece a população da freguesia.

Esta situação faz com que, em verões mais secos, os agricultores da Lomba de São Pedro sejam prejudicados, uma vez que na gestão da água da rede pública é dada prioridade ao abastecimento da população.

Foi o que sucedeu no verão de 2019, na ilha de São Miguel, marcado por uma seca que afetou gravemente as produções agropecuárias, devido à falta de investimento público em reservas de água para o setor agrícola.

Bem sabemos que no inverno temos água de sobra, mas no verão a situação inverte-se drasticamente pois há uma diminuição da pluviosidade bem como da água de nascente, com a agravante do aumento do consumo de água por parte da população.

Logo, é de vital importância investir na captação de água para a agropecuária, evitando constrangimentos no abastecimento à população da Lomba de São Pedro e garantindo que as produções agrícolas da freguesia sejam competitivas. A utilização da rega adequada às necessidades das diferentes culturas, potencia

o seu crescimento, aumentando assim a sua produtividade e conseqüentemente o rendimento do produtor.

Para que haja uma agricultura sustentável e apelativa, a água é um recurso que nenhuma cultura pode prescindir.

Face a estas circunstâncias e atendendo à dimensão económica do setor agropecuário na Lomba de São Pedro, deve o Governo Regional promover os investimentos necessários à captação de água de nascente em local considerado tecnicamente viável. E à construção de um reservatório para servir as produções agrícolas da freguesia.

Inicialmente a nossa proposta sugeria o local para a captação da água. No entanto, na audição do Governo em comissão o Sr. Secretário referiu a existência de outro local mais viável à sua concretização.

Neste sentido, alteramos a nossa iniciativa.

É para isso, que existem as comissões: para melhorar as iniciativas que lá são apresentadas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustava Alves, do PPM. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD, que visa a “Captação de água para a agropecuária na freguesia da Lomba de São Pedro”, no concelho da Ribeira Grande, pretende implementar a captação de água de nascente e o

respetivo armazenamento em reservatório para garantir o abastecimento de água aos produtores agropecuários da freguesia da Lomba de São Pedro. Consideramos esta temática deveras importante. No entender do Grupo Parlamentar do PPM, a água é sinónimo de vida. Como tal, é fundamental preservá-la e colher o seu usufruto com maior responsabilidade e planificação.

Com todos os efeitos negativos das alterações climáticas, como é do conhecimento geral, é notório que caminhamos para um futuro sem a garantia deste recurso. Será um erro crasso, dar este recurso como garantido, como infinito. Assim sendo, é imperativo retê-lo e geri-lo de uma forma muito mais sustentável, assumindo-o como finito porque, efetivamente, assim acontece.

Mesmo na ilha das Flores, com várias nascentes que brotam em muitos locais e com chuvas intensas que ocorrem durante uma grande parte do ano, se não retermos essa água ela segue o seu caminho até ao mar. Com o avançar das plantas invasoras, como é o caso da cana-roca, que não dão tréguas às trufeiras, as nossas esponjas naturais que retêm 20 litros de água por kg, põe em causa o reservatório natural da ilha.

Investimentos deste género terão de ser qualificados como fundamentais no presente e nas gerações vindouras, que, ao serem realizados nos dias de hoje, serão vistos no futuro como ideias vanguardistas dos decisores políticos do passado. Não ficaremos à frente de quem idealizou e concretizou, por exemplo, os tanques e paus da Graciosa, mas decisivamente faremos parte da história também.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PPM pretende que estes investimentos sejam feitos em cada uma das nossas 9 ilhas, implementando, apoiando e garantindo o bem mais essencial aos nossos produtores agropecuários, tendo como consequência positiva uma das premissas para a realização destas atividades. Acesso a água.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente neste Projeto de Resolução.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo considera que esta iniciativa vem ao encontro daquilo que é o seu programa e daquilo que é o seu planeamento no âmbito desta legislatura.

De facto, esta iniciativa vem ao encontro àquilo daquilo que deve ser a agrodiversificação da produção alimentar, da autossustentabilidade também alimentar e do plurirrendimento da agropecuária, da agricultura ou da pecuária, cada um *de per se*.

Neste sentido, esta iniciativa do abastecimento de água permite também ter uma visão e uma preocupação sobre a gestão de um recurso fundamental nos próximos anos para a humanidade, quer seja para a gestão da agricultura, quer seja mesmo para a gestão do consumo humano, que é o recurso água.

É cada vez mais importante perceber-se como se irá planear esse mesmo recurso de modo a que não falte esse recurso. Sem a água não é possível produzir alimentos e sem a produção de alimentos não é possível a existência humana.

Esta iniciativa, em concreto, permite reforçar o abastecimento de água à freguesia da Lomba de São Pedro e à freguesia da Salga, evitando a competição com o consumo humano. Esta é uma vantagem.

Esta iniciativa permite o fornecimento e o armazenamento de água num projeto interconcelhio, entre os dois concelhos, através da captação de água na nascente dos Cavacos, na freguesia da Salga.

Foi este o estudo que fizemos, foi esta a prospeção que fizemos, no sentido de otimização, da utilização e captação de água ao mais baixo custo, para dar razão a esta iniciativa parlamentar.

E posso adiantar alguns valores já apurados pelo IROA para a realização desse investimento no próximo Plano de Investimentos, ou seja, para 2022.

A captação de água na nascente dos Cavacos, diretamente à Lomba de São Pedro, terá um custo aproximado de 392 mil euros.

Prevê-se os seguintes trabalhos:

- substituição de toda a conduta de adução e aumento do diâmetro da tubagem para 110 milímetros;
- aumento de capacidade de armazenamento em 500 metros cúbicos, na Salga;
- aumento da capacidade de armazenamento em 250 metros cúbicos na Lomba de São Pedro;
- construção de aqueduto de 700 metros de extensão, de ligação entre as duas freguesias;
- conduta de distribuição com 3 quilómetros de extensão, diretamente à Lomba de São Pedro;
- colocação de cerca de 32 ramais à parcela, ou seja, aqui há uma vantagem também de abastecimento à agricultura;
- ligação do sistema da Salga ao reservatório existente da freguesia da Lomba de São Pedro e,
- construção de dois pontos de abastecimento.

Foi este o estudo que nós fizemos para otimização e realização desta iniciativa parlamentar, custando 392 mil euros, uma vantagem inter-concelhia que irá permitir abastecer duas freguesias e promover a produção, daquela que é uma produção histórica na Lomba de São Pedro, que é a produção de batata e naquela que é a necessidade de termos um autoabastecimento alimentar e uma mesma gestão desse mesmo recurso alimentar.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Carlos Silva. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista reconhece a importância da agricultura como atividade económica principal na freguesia da Lomba de São Pedro. De facto, a freguesia da Lomba de São Pedro é muito conhecida pela sua cultura da batata, o que releva a importância do trabalho que tem sido feito nos últimos anos pelos agricultores.

A Resolução apresentada pela Deputada Ana Quental identifica, de facto, essa necessidade de investimento ao nível de abastecimento, captação, retenção e abastecimento de água às explorações. É, de facto, uma necessidade e nós reconhecemos que este investimento é importante e deve ser acautelado. Portanto, por essa via terá o nosso apoio.

No entanto, há aqui alguns considerandos que foram abordados que merecem um comentário da nossa parte.

Em primeiro lugar, diz a Sra. Deputada que, devido à falta de investimento público, nas legislaturas anteriores, em matéria de abastecimento de água à agricultura, os produtores ficaram sem água. Não é totalmente verdade aquilo que refere, e não é totalmente verdade, porque, nos últimos quatro anos, o Governo Regional dos Açores investiu cerca e 27 milhões de euros em caminhos, eletrificação e também abastecimento de água.

É verdade que não foi suficiente para cobrir todas as freguesias, todos os concelhos, mas estamos de acordo, Sra. Deputada: a água é um recurso fundamental, a sua gestão deve ser feita de forma eficiente e merece a nossa atenção e é por isso estamos aqui a debater este assunto.

Conforme já referimos, a Resolução será aprovada pelo Partido Socialista.

No entanto, também é importante referir alguns aspetos adicionais, e também aproveito para questionar o Governo Regional se, à semelhança dessa necessidade, identificou também, na freguesia, pro exemplo, dos Fenais da Ajuda, a necessidade de reforçar o investimento no abastecimento de água à agricultura, porque tem explorações agrícolas de grande dimensão, com ordenha fixa, e também temos relatos de algumas dificuldades no abastecimento de água. Portanto, gostaríamos de saber se o Governo já identificou o problema e que trabalho está a desenvolver nesta matéria.

Também, aproveitando a Resolução que aqui está em discussão, se foi considerado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a possibilidade de alargar a Resolução a outras freguesias vizinhas que também têm o mesmo problema.

Por fim, importa também aqui referir que vimos com alguma preocupação alguns dados relativos ao contrato programa que foi celebrado recentemente com o IROA, em que há uma redução de cerca de 200 mil euros nas verbas a transferir e que podem, na nossa perspetiva, colocar em causa investimentos como estes que estão aqui a ser referidos.

A esse respeito nós já fizemos um requerimento a questionar o Governo, as consequências deste corte de 200 mil euros nas verbas a transferir para o IROA. Portanto, é preciso perceber qual é a coerência? Se a preocupação que existe manifesta-se, de facto, quando transferimos os montantes, ou se apenas é mera propaganda, como aquilo que é feito no Projeto de Resolução, no aditamento do ponto 2, em que se altera a Resolução apenas para dar conhecimento à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, numa campanha eleitoralista, como referiu o Deputado Paulo Estêvão, aqui, esta semana.

Aproveito novamente para questionar o Governo se esse investimento será totalmente realizado pelo IROA, ou se, como referiu o Sr. Secretário, em Comissão, será através de um contrato ARAAL com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, ou do Nordeste, porque envolve de certa forma freguesias dos dois concelhos, pelo que importa aqui clarificar também se a solução que foi aqui referida é a última solução, ou se está a ser estudada mais alguma solução técnica para colmatar este investimento?

Concluindo, o Partido Socialista vai aprovar a iniciativa, mas entende que há algumas explicações que são necessárias prestar pelo Governo e pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai responder!

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Vou responder, Sr. Deputado, vou responder. Não tenha pressa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez que falamos aqui do abastecimento de água às explorações agrícolas.

A Lomba de São Pedro, como disse o Sr. Deputado Carlos Silva, e bem, e a própria Sra. Deputada Ana Quental, é uma área agrícola, não pecuária, bastante relevante, nomeadamente no que concerne à produção de batata, mas não só.

É uma daquelas freguesias do concelho da Ribeira Grande, da costa norte, nordeste da ilha de São Miguel, na qual os agricultores têm investido na diversificação, nomeadamente na produção de meloa, melancia e pimenta, que não eram tradicionais naquela área das freguesias de São Pedro, Fenais da Ajuda e da Achadinha, que são as freguesias que abastecem a ilha de São Miguel praticamente de batata, e durante alguns anos abasteceram, inclusivamente, outras ilhas dos Açores.

Não é também a primeira vez que falamos desse recurso tão importante que é a água.

Na verdade, a Iniciativa Liberal tem no seu programa eleitoral, aquele que levou a sufrágio nas últimas eleições regionais, um plano de retenção de água em altitude, como falou, e bem, o Sr. Deputado Gustavo Alves, porque é a única forma que nós temos de fazer o armazenamento e tentar que ela penetre nos lençóis freáticos, em altitude, para que depois não nos venhamos a queixar do dia em que não tenhamos água para abastecimento humano e para abastecimento na agricultura.

Portanto, a Iniciativa Liberal vai associar-se a essa Resolução aqui apresentada pelo PSD, na medida em que ela potencia uma melhoria significativa da atividade agrícola naquela freguesia de São Pedro, mas não sem deixar de fazer um reparo àquilo que disse o Sr. Deputado Carlos Silva, é que o Governo, de facto, resolveu o problema do abastecimento de água e fez um investimento de 27 milhões de euros no abastecimento de água, mas parece que a freguesia dos Fenais da Ajuda e de São Pedro ficaram de fora.

Não percebemos bem, se fizeram o investimento, porque é que ficaram de fora?

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não disse isso!

O Orador: E uma freguesia, como os Fenais da Ajuda, (nas palavras do Sr. Deputado Carlos Silva), com relevantes explorações agrícolas de grande dimensão e com ordenhas fixas?

Portanto, há aqui uma certa incongruência.

Eu não ponho em causa o trabalho que foi feito pelo IROA no armazenamento e na distribuição de água, mas foi feito à custa das nascentes que já existiam, e da captação de nascentes, que eram bem conhecidas.

O que é que preciso fazer, na Região (e é pena não estar aqui o Sr. Secretário responsável pela área do ambiente e dos recursos hídricos), é precisamente isso: é garantir que, de futuro, não vão esvaziar essas nascentes que já conhecemos, não vão esvaziar aquelas que são as fontes fáceis de acesso, porque as vamos utilizar na agricultura intensiva. Isto que estamos aqui a falar é de agricultura intensiva.

A sustentabilidade desta Região não se garante com a agricultura intensiva. Garante-se, precisamente com a agricultura sustentável, ou seja, em que a gestão dos recursos naturais é feita de modo a não os esgotar. Portanto, é preciso um plano integrado, mais abrangente, por forma a de hoje para amanhã não estarmos aqui a lamentar não termos feito o que deveríamos ter feito, para garantirmos, isso sim, Sr. Deputado Gustavo Alves, que, no futuro, as gerações que vão vir se orgulhem do nosso trabalho no presente.

Deputado Gustavo Alves (PPM;): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS-PP, o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A atividade agropecuária, para ser viável, e poder constituir uma fonte de rendimento e não de despesa, necessita de três fatores que estão praticamente

em igualdade de circunstâncias. São eles: os acessos, a eletrificação e o abastecimento de água.

O Projeto de Resolução, em apreciação, versa sobre a captação de água para a agropecuária, na freguesia da Lomba de São Pedro, que tem uma outra captação de água, mas que, como é conhecido e foi também referido no parecer do município da Ribeira Grande, no inverno, há excedente de água que até pode ser disponibilizada para esta atividade, mas no verão há falta de água, tanto pela redução do caudal da captação existente, como também por maior necessidade e utilização por parte da população.

Assim, esta nova captação (e esta proposta), reduz a competição por este recurso entre as populações e as explorações agrícolas. Será uma forma de potenciar a diversificação de culturas naquela freguesia, aumentar a sua produtividade e crescimento e fica clara esta necessidade de aumentar a disponibilidade de água na freguesia da Lomba de São Pedro e da Salga, como foi referido também pelo Sr. Secretário.

Este investimento permitirá, por isso, uma maior viabilidade económica das explorações agropecuárias locais e, sobretudo, como aqui já foi referido, e é reconhecido, pela maioria na produção da batata, reduzindo assim, também, e ainda, a necessidade do recurso a produtos fitossanitários para controlo sanitário de pragas.

É uma proposta pertinente e importante, porque, mais do que eleitoralismo, Sr. Deputado Carlos Silva, esta é uma proposta que pretende resolver os problemas das pessoas e deste setor económico e, como disse, e muito bem, o Sr. Secretário, destas duas freguesias. E o CDS, naturalmente, acompanha esta iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (CDS-PP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pegando naquilo que disse o Sr. Deputado Nuno Barata, sobre o esvaziamento das nascentes, eu acho que é fácil fazer uma gestão: basta ir à nascente e retirar água.

Sobre este Projeto de Resolução em si, na parte resolutiva, eu acho demasiado abrangente e pouco específico. De onde é que se vai retirar a água? Eu acho que isto é um “cheque em banco”, para dar-se ao Governo.

Eu estou a falar da parte resolutiva, não estou a falar daquilo que foi explicado pelo Sr. Secretário. Tem de estar explanado aqui de onde é que vai ser retirado.

A planificação, para mim, é extremamente importante e obviamente que o PAN também, em campanha, teve de mais de 11 medidas relativamente à forma como devemos gerir água nos Açores, tanto que 80% da água consumida nos Açores é para a vaca: 20 milhões de litros de água.

Até agora a gestão foi sempre muito bem feita pelo IROA. Não conseguia gerir de forma adequada, porquê? Porque não sabia contabilizar qual era a quantidade de água que era retirada pelas nascentes. Esta é a verdade. É a verdade! Não havia contadores suficientes.

O Governo anterior começou a meter alguns contadores em algumas zonas, não finalizou o seu processo, mas eu tenho de dizer ao Sr. Deputado Carlos Silva, do PS, que se não houve falta de água, nos últimos quatro anos, é mentira. Em 2018, houve falta de água nos Açores: São Miguel, Terceira, Graciosa e Santa Maria, em seca moderada, severa e extrema.

Houve isso, tanto que queriam até abater milhares de vacas, porque não havia água suficiente. Foi dito pelo anterior Sr. Secretário Regional da Agricultura, tanto que tiveram de fazer a correr uma retenção de água, rapidamente, porque senão havia muitos animais que ficavam sem água.

Não digo que seja culpa imediata, relativamente àquilo que foi feito. Ainda bem que feita uma solução rapidamente, mas, neste caso, em termos de historial, não houve essa gestão que devia ser feita em termos de retenção dos sítios adequados. Esse é o problema do PAN. Não há uma gestão de água nos Açores. É fácil irmos à nascente, retiramos a água e não nos interessa qual é a quantidade de água que damos para cada exploração agro agrícola, seja ela, neste caso, para a produção de batata, ou seja ela para a pecuária.

Acho que nós temos de verificar qual é a quantidade de água usada por cada exploração agrícola. Isso é extremamente importante para que, de futuro, e o futuro será cada vez mais pior do que aquilo que foi em 2018, que foi para nós, pelo menos nos últimos anos, o pior ano que tivemos em termos de seca extrema nos Açores, nomeadamente em algumas ilhas, e São Miguel foi a que esteve pior, eu acho que nós temos obviamente que ter uma gestão, neste caso a pensar a médio e a longo prazo, de retenção de água.

Não é só ir à nascente, porque como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, e muito bem, a nascente pode fechar. Fecha a torneira e depois o que é que nós fazemos? Se estamos à espera de retirar água na nascente? Tem de haver essa retenção de água antes de desembocar no mar, mas não é a montante. Não é a montante que temos de fazer isso.

Temos de verificar. Neste caso, não concordo com o Sr. Deputado Nuno Barata, não é a montante na nascente, é antes de desembocar no mar. É aqui que nós temos de fazer. Porquê? Porque o caudal vai mudar. O caudal das nascentes muda, isso já é dito até pelo próprio IROA, e temos de acautelar, como o Sr. Deputado Gustavo disse, por causa das nossas trufeiras.

Se mudamos o caudal, depois as trufeiras não têm a humidade suficiente, porque também é usado não só pela humanidade atmosférica, mas pelo solo.

Por isso é que o PAN não consegue concordar totalmente com este Projeto de Resolução, porque estamos a dar, obviamente, um cheque em branco ao Governo, onde é que vai retirar água na nascente e quantos quilómetros. Já foi explicado, mas aonde, especificamente e onde é que está essa planificação? Sem dúvida que nós, com desenhos, conseguimos perceber um bocadinho melhor para saber, à partida, se é viável, em termos ambientais e em termos da gestão de água, a médio e a longo prazo e não só a curto prazo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alberto Ponte, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ponto da situação da Lomba de São Pedro:

Estamos a meados de julho, num verão que nem é de seca e os produtores agrícolas já não têm água. Deste modo, têm de se deslocar para freguesias vizinhas para adquirir esse néctar precioso.

Este problema já se arrasta há vários anos. O anterior Governo Socialista tinha conhecimento disto.

Na Carta das Obras Públicas, de 2015, previa-se a construção de um reservatório de 100 metros cúbicos, que nunca foi feito.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O que é que o Governo fez? Nada!

Deputado Manuel Ramos (PS): Não é verdade!

O Orador: Ou melhor, fez o que fez, durante muitos anos pelos agricultores dos Açores, quase todos. Virou-lhes as costas, esqueceu-se da agricultura.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos Silva, tenho pena, que, sendo do concelho da Ribeira Grande, nunca tenha alertado, nestes últimos quatro anos que cá esteve, para o problema que existia, e existe há muito tempo, e é grave.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional da Agricultura tem a palavra. Faz favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando responder e prestar esclarecimentos às questões que foram colocadas ao Governo.

Começando pela questão do contrato programa com o IROA, recordar uma coisa ao Sr. Deputado Carlos Silva: efetivamente o planeamento dos investimentos, no âmbito do IROA, é feito com antecedência, com algum tempo. Ou seja, identificam-se quais são as prioridades de investimento, por ilha, por concelho, para se poder fazer uma orçamentação e, assim, poder planear os trabalhos, até porque grande parte desses investimentos são candidatados aos fundos comunitários, depende da abertura dos avisos. Essa abertura dos avisos está sincronizada com esses investimentos. Isto significa que o montante que aqui está, de 4 milhões, 664 mil, 520 euros, que foi

transferido para o IROA, é um montante da vossa responsabilidade, planeado por vós.

Portanto, terá de perguntar ao PS, ao anterior executivo, porque é que tem esse montante e não tem outro.

O montante para 2022, será da nossa responsabilidade, com a identificação das necessidades de investimento na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, nós já candidatámos, no último aviso, a fundos comunitários, um conjunto de investimentos que poderá haver um reforço para o IROA, se forem aprovados. Ou seja, esse montante é da vossa total responsabilidade, do vosso total planeamento.

Portanto, não nos façam a pergunta nós. Façam ao anterior Governo do PS.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Depois, também se está preocupado com a descida de 200 mil euros, eu penso que devia estar preocupado com a descida de 2 milhões de euros, de 2019 para 2020.

Deputados Pedro do Nascimento Cabral (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Passou de 6 milhões para 4 milhões.

Portanto, tem de justificar aos açorianos porque é que desceu de milhões, para 4 milhões, de 2019 para 2020, com tanta necessidade de investimento em abastecimento, em gestão e eficiência desse recurso fundamental que é a água.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E não estamos a falar só de água. Estamos a falar de eletrificação, estamos a falar, obviamente, de caminhos agrícolas. Portanto, há aqui,

claramente, um desinvestimento, um desinteresse do anterior Governo quando passa de 6 milhões para 4 milhões.

Mas também em 2016 passou de 4 milhões e 800 mil para 2 milhões, em 2017.

Portanto, ao longo dos anos, não tem sido regular.

Deputado José Ávila (PSD): E os outros?

O Orador: O que tem acontecido é que tem havido uns piques altos e baixos e o Sr. Deputado, e muito bem, ainda diz que é preciso investir.

É preciso e muito, nesta Região, desde logo, nos caminhos, em eletrificação e água. Este é o mandato deste instituto: investir efetivamente nestes três itens que são fundamentais, não só para os agricultores, mas são fundamentais para o povo açoriano.

Portanto, o Sr. Deputado Carlos Silva terá de explicar esses piques de investimento e esse desinvestimento. Porque é que não manteve o mesmo nível de investimento ao longo dos anos, porque nós temos carências graves de investimento nestas áreas de caminhos e, desde logo, eletrificação, mas fundamentalmente na eficiência da utilização desse recurso fundamental, natural, que é a água.

Depois, também penso que fui questionado sobre a questão da freguesia dos Fenais da Ajuda.

Nós não temos previsto nenhum investimento, neste momento para a freguesia Fenais da Ajuda. Posso dizer-lhe que com o investimento do abastecimento de água na Lomba de São Pedro, a distância, para abastecer, são cinco minutos da freguesia de Fenais da Ajuda, à Lomba de São Pedro.

Portanto, os agricultores podem abastecer de água, neste momento, a um tempo de cinco minutos. Isso não significa que não vá ser planeado algum investimento no âmbito do abastecimento de água para a freguesia de Fenais da Ajuda. Neste momento não está previsto.

Há outras prioridades, tendo em conta também um recurso fundamental que é obviamente os nossos recursos financeiros. Não é possível fazer tudo ao mesmo

tempo, como sabe, mas é possível identificar as prioridades e não está neste momento nas prioridades os Fenais da Ajuda, tendo em conta a distância, mas está equacionada como investimento para outros anos.

O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal falou de uma questão fundamental que é, obviamente, a captação de água.

Uma das grandes preocupações deste Governo é naturalmente a gestão da água e por isso é que é emitida, anualmente, uma informação sobre o estado desse recurso. Anualmente, podem consultar o estado desse recurso na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, capacidades de abastecimento, capacidades de fornecimento e gestão futura.

O Governo Regional, como o anterior Governo, também o fazia com preocupação. Nós temos uma preocupação redobrada sobre essa questão.

Dizer-lhe que nos perímetros de ordenamento agrário esta preocupação passou a ser uma preocupação fundamental, porque nós pretendemos começar a fazer a captação de superfície para não subcarregar aquele que é o fornecimento natural, que são as nascentes.

Portanto, a captação de superfície vai ter de ser uma prioridade na Região Autónoma dos Açores, desde logo, nos perímetros de ordenamento agrário abrangendo outras zonas de produção. Captando aquilo que escorre em superfície, nós podemos armazenar e assim recorrer a esse armazenamento para fornecimento, sem assim sobrecarregar, de facto, as nascentes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Secretário Regional, já estamos habituados ao seu show-off habitual.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é isso?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Fala irresponsavelmente em show-off. Isso é mesmo falta de argumentação!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que grande argumento!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Um argumento desses não é para qualquer um!

Deputado Francisco César (PS): Não disse mentira nenhuma!

O Orador: Portanto, em relação àquilo que diz, que lava as mãos e isso não é nada consigo, apenas farei chegar à Mesa a Resolução do Conselho de Governo n.º 150/2021, de 24 de junho de 2021, relativamente ao contrato programa com o IROA...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Claro que sim! O vosso contrato!

O Orador: ... e que está assinado pelo Presidente do Governo José Manuel Bolieiro (não Vasco Cordeiro, José Manuel Bolieiro).

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Então para que é que o senhor quer o IROA?

O Orador: Portanto, essa é a sua responsabilidade.

Em relação àquilo que disse o Deputado Alberto Ponte, Sr. Deputado, desde que o seu partido é Governo temos o gasóleo agrícola com mais 37%, as rações aumentaram mais de 5%, os salários aumentaram também 5%, adubos e fertilizantes aumentaram entre 15 a 20%. Essa é a sua herança.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é muito mau!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. “Deputado das finanças” vende adubo!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Silva.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Alberto Ponte. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional: Sr. Deputado Carlos Silva, é ridículo querer imputar culpas ao Governo pelo aumento das rações.

O Governo Socialista foi responsável por deixar a agricultura, o leite e os lacticínios num estado deplorável, de quase falência técnica. Vir aqui culpar o Governo pelo preço das rações, tenham dó!

O Sr. Deputado Carlos Silva parece-me ser aquele artista em todas as artes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Secretário Regional da Agricultura, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sabia que falar responsabilmente, falando em investimentos, em quantificação e mecânica de transferência financeira é show-off. Fica tudo explicado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Dei todas as explicações, ao pormenor. Todas as explicações!

Sr. Deputado Carlos Silva, se não sabia, fica a saber (é um critério de transparência!): o Conselho do Governo aprova o montante a transferir para o IROA. Sempre foi assim.

Deputada Andreia Costa (PS): E então? O que é que isso tem?

O Orador: Não é agora. O que o senhor está a dizer é um item do processo da mecânica financeira.

O senhor não desconhecia, sempre foi assim. O Conselho do Governo transfere para o IROA.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem define o valor é o senhor!

O Orador: Quem define esse planeamento... Obviamente que essa identificação é feita muito antecipadamente por causa da candidatura aos fundos comunitários.

Responsabilidade a 100%, do anterior executivo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o senhor é que define o valor a transferir para o IROA.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Com base nos investimentos!

O Orado: Portanto, o senhor é que é o responsável pelo valor transferido, mais ninguém.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Essa parte fica devidamente esclarecida.

Relativamente aos investimentos que foram feitos nos últimos anos, importa aqui lembrar que no período entre 2013/2016, relativamente à água, Sr. Deputado Alberto Ponte, foram investidos 4 milhões e 500 mil euros.

No período entre 2017/2020 esse valor aumentou 90%, para 8 milhões e 600 mil.

Relativamente aos caminhos do IROA, passou de 2 milhões e 900 mil para 5,7, mais 94%

Relativamente aos caminhos, investimento feito pela Direção Regional, passou de 4 para 10, mais 153%.

Relativamente aos caminhos, na totalidade, passou de 7 para 16. Foram mais 129%.

Eletrificações: passou de 600 para 1 milhão e 600, mais 150%. No total, entre 2013/2016, foram investidos 12,5 milhões de euros.

Na legislatura seguinte, entre 2017/2020, esse valor mais que duplicou para 27 milhões de euros.

Essa é a herança que o Partido Socialista deixou aos lavradores dos Açores.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Ponte. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, o que lhe doi, é nestes anos todos, e no seu concelho, na Lomba de São Pedro, nunca ter alertado esta Casa para o problema gravíssimo da Lomba de São Pedro, ou dos Fenais, ou de outros mais.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, vou lembrar-lhe aqui: o Sr. Deputado, eu e todos nós que estamos aqui, fomos eleitos para defender o interesse dos Açores e não o interesse partidário.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 40/XII, “Captação de água para a agropecuária na freguesia da Lomba de São Pedro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 40/XII, apresentado pelo PSD, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Sra. Deputada Ana Quental pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente que é com satisfação que eu, e certamente todos aqueles que moram e sentem essa necessidade na freguesia, estão satisfeitos com esta iniciativa e com este voto favorável.

É de extrema importância para a freguesia, não só a nível económico, mas também da manutenção dos postos de trabalho, e essencialmente, para a fixação de famílias e para evitar o despovoamento do meio rural, que já foi falado aqui, várias vezes, neste plenário, sabendo, ainda por cima, que a água é um bem essencial para estes produtos tão sensíveis à falta da mesma e à diversificação dos mesmos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

(Pausa)

Não havendo vamos avançar para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 44/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas para o relançamento económico do setor do leite e laticínios”**.

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que vamos debater foi apresentado publicamente, pela deputada Patrícia Miranda, no dia 17 de março, em resultado de um conjunto de auscultações que os deputados do Grupo Parlamentar do PS promoveram juntos de parceiros estratégicos do setor.

Os produtores de leite dos Açores vivem hoje uma situação particularmente difícil,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... dramática em alguns casos, com o brutal aumento dos custos de produção nos últimos meses, dos quais destacamos as rações, os fertilizantes, adubo, o gasóleo agrícola, a mão de obra, enquanto o preço do leite pago permanece injustamente baixo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois, pois! Tem toda a razão!

O Orador: Temos vindo a defender o relançamento económico do setor do leite e laticínios, através de medidas concretas, numa postura construtiva e

responsável, mas também vigilante, no sentido de assegurar que o Governo age para dar respostas eficazes aos problemas identificados e não apenas para satisfazer interesses corporativos.

E no caso do setor do leite e laticínios, dado o peso que tem no sustento direto de muitas famílias e na nossa economia, representando mais de 35% da produção nacional, importa dar continuidade ao trabalho que estava a ser feito, mas também, e tendo em conta os mais recentes impactos da crise pandémica, apresentar novas soluções.

Em concreto, entendíamos em março e continuamos a defender que, é preciso agir no que diz respeito à liquidez das explorações, aos custos com as matérias-primas, à escassez de mão-de-obra e, principalmente, face à progressiva descida do preço do leite pago aos produtores.

Estamos todos conscientes da complexidade dos tempos que vivemos, mas isso não significa abdicar de agir onde é necessário, principalmente quando falamos de produtos cujo valor acrescentado se deve, também, refletir nos rendimentos dos agricultores, que não podem continuar a ser o elo mais fraco desta cadeia.

Todos os intervenientes devem assumir as suas responsabilidades, motivo pelo qual apresentamos esta resolução, para dar o impulso e as orientações ao Governo que assegurem a cooperação entre a produção, indústria e distribuição, quanto ao preço justo e estável que deve ser pago ao produtor.

É também nosso entendimento que o facto de termos produtos de elevado valor acrescentado, justifica o reforço da aposta na notoriedade e a internacionalização dos produtos regionais, para mercados que valorizem a nossa diferenciação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As audições em Comissão permitiram-nos ainda confirmar o reconhecimento do trabalho feito, nas anteriores legislaturas, com a melhoria nos caminhos agrícolas, o reforço da capacidade de abastecimento à lavoura e a eletrificação

das explorações – fatores que também contribuíram para reduzir os custos de produção e aumentar os rendimentos do setor.

Mas por muito que já tenha sido feito, e já referimos anteriormente, foram mais de 27 milhões de euros em infraestruturas agrícolas só nos últimos 4 anos, é preciso continuar a investir no setor, é preciso fazer mais e até fazer diferente quando assim se justificar.

É por isso que vemos com preocupação a redução das verbas a transferir para o IROA, que poderão comprometer a concretização de importantes investimentos, um pouco por toda a Região.

Por fim, e em resultado das audições realizadas na Comissão de Economia, foi possível melhorar, com contributos válidos dos parceiros do setor, a proposta do Grupo Parlamentar do PS que vai aqui ser discutida e votada.

Assim, recomendamos ao Governo Regional que:

1. Incentive através da cooperação e do comércio justo, a união de todos os intervenientes do sector do leite e lacticínios, sejam eles produtores, cooperativas, associações, indústria, distribuição e outras entidades envolvidas nos fatores de produção.
2. Adote medidas para que as indústrias de Lacticínios dos Açores possam promover acordos de tarifas com a distribuição, e que essas tarifas revertam inteiramente para o produtor, para que o seu rendimento seja salvaguardado e pago de forma justa.
3. Promova, desenvolva e apoie iniciativas que fomentem a internacionalização e exportação dos produtos lácteos dos Açores, sobretudo para mercados que valorizem os produtos regionais de valor acrescentado.
4. Crie um plano de formação intensiva, em contexto profissional, destinado a melhorar o maneio dos animais, a gestão e eficiência das explorações agrícolas, promovendo práticas agrícolas sustentáveis.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Bruno Belo. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu, em primeiro lugar, gostaria de dizer que esta iniciativa do Partido Socialista é sempre pertinente, porque o problema não é novo, é um problema antigo. Tratar deste problema, nesta Casa, com o peso que o leite e os laticínios têm na economia da Região, naturalmente que é muito pertinente e muito importante para toda a economia da Região.

Mas também dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado Carlos Silva. O Sr. Deputado Carlos Silva começou a apresentação da iniciativa por dizer que o Projeto de Resolução foi apresentado em março, pela Sra. Deputada Patrícia Miranda, na sequência da auscultação das entidades do setor.

Sr. Deputado, eu, em primeiro lugar, quero louvá-lo a si e ao Partido Socialista, porque isto surge na sequência da audição, ou da auscultação, dos intervenientes no setor.

Em dezembro de 2019, o PSD apresentou um Projeto de Resolução sobre os custos de produção de leite e modelos de exploração.

O PSD solicitou a audição do Presidente da Federação Agrícola dos Açores, e pareceres escritos das Associações Agrícolas e dos Jovens Agricultores dos Açores, face à especificidade do setor em cada uma das nossas ilhas.

Sr. Deputado, nesta altura, o Partido Socialista, na Comissão de Economia, inviabilizou todas as audições que foram propostas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Como é que é possível?

O Orador: Hoje, o senhor vem apresentar um Projeto de Resolução, e bem, na sequência das auscultações dos intervenientes no setor.

Sr. Deputado, bem-vindo! Que bem que lhe está a fazer estar na oposição (que bem que lhe está a fazer estar na oposição!).

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CSD-PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, já em 2020, o PSD também solicitou um debate de urgência para debater o problema do leite e dos laticínios e na sequência do Projeto de Resolução, que o PSD apresentou, o Sr. Secretário da Agricultura, de então, dizia o seguinte:

“Importa referir que o setor leiteiro está em recuperação das consequências provocadas pela seca”. Atribuía a responsabilidade à seca.

Dizia também: “bem sabemos que as descidas e subidas do preço do leite sempre aconteceram, mas é por demais evidente que o preço do leite é cada vez mais influenciado pelos mercados internacionais.” Atribuía a responsabilidade aos mercados internacionais.

“Por vezes, a distribuição utiliza uma estratégia de preços baixos, comprometendo toda a cadeia de valor, chegando ao produtor de forma violenta e não tendo em conta as suas circunstâncias”. Atribuía a responsabilidade à indústria.

No entanto, e é aquilo que os senhores não fizeram, que era encarar o problema do preço do leite naquela que é toda a cadeia de valor deste setor, e pensar-se que ter explorações fortes e indústrias fracas, ou ter indústrias fortes e explorações fracas, é uma má solução e é uma má estratégia, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): O que é uma exploração fraca, explique-me lá!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, eu tenho a certeza de que não ia perceber.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CSD-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Sandra Faria (PS): Fica-lhe tão mal!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não é dono de uma exploração agrícola?

O Orador: Sr. Deputado Carlos Silva, ainda para lhe dizer o seguinte:

Na sequência do debate de urgência solicitado pelo PSD, em 2020, o Partido Socialista, através do anterior deputado do Partido Socialista, António Toste, dizia:

“O Governo já fez até ao limite das suas capacidades. Têm-no, e vai continuar a fazer, e, nós, Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cá estamos para trabalhar nessa matéria”. Portanto, o Sr. Deputado assumia que, na altura, o Governo do Partido Socialista tudo tinha feito para tentar resolver ou minorar o problema do preço do leite e não tinha conseguido.

Sr. Deputado, passados alguns meses destas declarações, o que é que se alterou para que hoje este problema passasse a ser um problema que possa ser resolvido de imediato pelo Governo? – primeira questão.

Segunda questão, Sr. Deputado:

Houve aqui uma estratégia clara, ao longo dos anos. Financiou-se o aumento da capacidade de produção, financiou-se as indústrias para produzir produtos de baixo preço...

Deputado Francisco César (PS): O senhor quer chegar onde? É que o senhor “perdeu-se na rotunda”!

O Orador: ... e financiou-se o armazenamento desses produtos, mas não se financiou a reconversão das indústrias para a produção de produtos de valor acrescentado. Essa foi uma má estratégia que os agricultores não têm responsabilidade nenhuma sobre ela. Tem responsabilidade quem a desenhou e quem a praticou.

Deputado Francisco César (PS): De facto, o problema não era meu, era seu!

O Orador: Sr. Deputado, uma última questão:

Naquilo que o Projeto de Resolução recomenda, e penso que em quase todos os pontos resolutivos de forma pertinente, há aqui um ponto resolutivo que me merece uma questão, Sr. Deputado:

O que o senhor pretende aqui é que exista uma ação administrativa que vá influenciar o preço do leite ao produtor. É isto que o senhor pretende no ponto 2 do Projeto de Resolução.

A minha pergunta, Sr. Deputado, é: qual é o impacto que o senhor estima que essa ação administrativa poderá ter em toda a cadeia de valor e para si qual é o preço justo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Partido Socialista, que já foi debatido em sede de Comissão, com todos os intervenientes, os costumeiros intervenientes neste processo, é tão pertinente quanto a idade da autonomia.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): É verdade!

O Orador: A autonomia político-administrativa da Região Autónoma dos Açores, nascida no 25 de Abril de 1974, também nasceu do 6 de junho de 1975. Uma revolução anticomunista, nascida na ilha de São Miguel, precisamente por causa do preço do leite (é bom termos memória disso), precisamente porque, na altura, os principais compradores, a UNILEITE, da qual era dirigente o Sr. Engenheiro Veríssimo Freitas da Silva, a Lacticínios Loureto, da qual era Presidente o Sr. Engenheiro Jacinto Albergaria, e a LactoAçoriana da qual era Presidente o Sr. Costa Leite, tinham baixado o preço do leite em 10 centavos à produção do verão, que era sempre um drama naquela altura, a sazonalidade do preço. É bom fazer essas análises retrospectivas para percebermos do que é que estamos a falar.

Anos mais tarde, a célebre crise do leite derramado no monumento à então autonomia, tem precisamente os mesmos protagonistas, mas já estava em causa um escudo por litro de leite (precisamente a mesma questão).

Acontece, porém, que passados todos estes anos (45 salvo erro, ou 47, a matemática não é o meu forte, sou como o Eng.º Guterres, vamos mandar esta também para a ONU, Sr. Deputado Paulo Estêvão), a situação é ainda mais dramática do que era naquela altura.

E porquê? Porque o incentivo à união de todos os intervenientes do setor do leite e lacticínios, produtores, cooperativas, associações, indústrias e distribuição, continuam a ser uma necessidade, e é um facto, é verdade. Tem razão o Sr. Deputado Carlos Silva, tem razão o Partido Socialista e temos razão todos nós, porque já percebemos que todos vamos votar essa resolução.

Faz-me lembrar o Centro Açoriano do Leite e Lacticínios – CALL. “Branco mais branco, não há!”

É o que nós vamos fazer hoje aqui, vamos branquear isto tudo, vamos todos votar a favor e isso vai tudo ficar na mesma. Porquê? Porque não é o Estado que vai resolver esse assunto.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: São as relações dos produtores com a indústria, são as relações da indústria com os mercados que vão resolver esse assunto. Não somos nós!

Enquanto os produtores não perceberem que sempre que a indústria baixa o preço do leite eles não podem produzir mais um bocadinho para fazer face aos custos de produção, este assunto não se resolve, porque é isto que a indústria quer.

O que a indústria quer é precisamente continuar a produzir produtos de baixo valor acrescentado para introduzir na distribuição a qualquer preço, porque os produtores vão sempre arranjar uma solução. Vão sempre arranjar mais um pedacinho de terra, mais um quilo que ração, mais uma nica de adubo para conseguirem equilibrar as suas contas.

Conclusão: vamos todos ficando cada vez mais pobres! E vamos todos ficando cada vez mais pobres no único setor onde ainda podemos ter alguma dimensão e que é, salvo melhor opinião, a grande almofada do desemprego desta Região, que é a agricultura, nomeadamente a agropecuária.

E qualquer pessoa que já produzia um litro de leite (o Sr. Deputado Alberto deve poder-me ajudar), sabe que nos últimos 10 anos o agricultor deixou de ser um remediado para passar a ser um miserável. O facto é este, é que o produtor de leite, que era um remediado (produtor mediano de leite, com uma exploração de 50 a 60 vacas), passou de um remediado para um miserável e caminha para a pobreza.

É por isso que temos de ter aqui cuidado com o tal RSI, porque daqui a dias estamos todos no RSI. Se continuarmos a apostar numa agricultura intensiva,

que recorre à importação de matérias-primas para alimentar vacas, para produzir leite de baixo valor acrescentado, leite que muitas vezes nós ainda conseguimos vender a ideia de que é uma coisa fantástica da natureza, mas que no fundo, depois, empacotamos nos pacotes UHT, uma coisa que já ninguém quer valorizar no mundo inteiro (talvez no terceiro mundo), fazemos umas barras de queijo para ser fatiado e valorizado noutros mercados e exportamos manteiga a granel. A granel!... Eu sei o que é que estou a dizer. Estamos a exportar manteiga a granel, um dos melhores produtos dos laticínios da Região Autónoma do Açores, aquele que talvez pudesse estar a ser vendido no mercado internacional ao melhor preço.

Aqui, já esta semana, aprovámos três votos: um ao queijo de São Jorge. Apeteceu-me na altura falar, mas não falei, para não ser desagradável.

Eram três votos, de três partidos, sobre o mesmo assunto, e eu não queria ser o chato que ia atirar outra vez a pedrada no charco. Digam-me: qual é a viabilidade económica das cooperativas que conseguem ter aqueles produtos que ganham prémios? Este é que é o drama, e os agricultores que produzem o leite, que depois produzem aqueles produtos que ganham prémios?

Nós, de uma vez por todas, temos de vender, esses produtos que ganham prémios, pelo valor que eles realmente nos possam trazer riqueza, porque se continuarmos a vender – perdoem-me a expressão – os nossos produtos tão bons ao preço da “uva mijona”, nós vamos acabar cada vez mais pobres.

É assim com os nossos laticínios, é assim qualquer dia com o turismo, porque se nós continuarmos a vender os tais produtos de excelência que nos fartamos de apregoar a todo o mundo que temos, as ilhas mais não sei quê, as mais sustentáveis, as mais bonitas, as mais sei lá o quê, ao preço que estamos a vender, vamos acabar, daqui a uma década ou duas, os nossos filhos e os nossos netos, nesta Casa, a falar do turismo como nós estamos falando da produção de laticínios.

Portanto, Sr. Deputado Carlos Silva, a Iniciativa Liberal vai associar-se a essa resolução, porque concorda que é preciso fazer alguma coisa, é preciso mudar, mas é principalmente preciso que tenhamos todos a noção de que todos nós temos de mudar os nossos hábitos para essas coisas mudarem, porque isto não é suficiente. Isto é um ponto de partida, mas não é suficiente.

É preciso fazer mais e é preciso fazer ver as corporações, as indústrias, as cooperativas, toda a gente, porque não é admissível virmos aqui, ano após ano, década após década, apontar o dedo àquele Governo porque não fez, ou àquele Governo porque não fez, porque não depende do Governo essas coisas.

Depende de todos nós um pouco sermos mais exigentes com os mercados, sermos mais exigentes com os produtores e sermos mais exigentes connosco próprios, para que possamos valorizar aquilo que de melhor temos, porque se não formos nós a valorizar aquilo que de melhor temos, ninguém vem de fora fazê-lo. Vem de fora, sim, saquearmos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Alberto Ponte. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional: Começo a minha intervenção por felicitar o XIII Governo Regional dos Açores, em particular o Sr. Secretário da Agricultura, pelas medidas tomadas no âmbito da crise do preço do leite.

A atribuição de um apoio aos produtos, por litro de leite, por vaca leiteira, a eliminação dos rateios, a antecipação em 70% do pagamento previsto para outubro, em setembro, no âmbito do ProRural+, que visa o apoio às zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras, às medidas agroambientais, como a extensificação da produção pecuária e a agricultura biológica, são medidas

muito importantes para manter o setor a funcionar regularmente e sem sobressaltos.

Na vertente de apoios à manutenção de emprego na agricultura, enquadramento das consequências da pandemia Covid-19, é destinado um valor global de 10 milhões de euros.

O apoio ao acesso às linhas de crédito nacionais para produtores de leite cru, reforçam a política deste Governo para o setor.

As contribuições mensais para a Segurança Social devem ser reduzidas temporariamente em 50% do seu valor. Mesmo sendo uma matéria do Governo da República, a secretaria da tutela, vai continuar a insistir para que esta seja uma realidade, em breve.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De salientar que o setor leiteiro chegou ao ponto que chegou por total inércia, falta de capacidade ou vontade, durante os últimos anos, da governação PS que nada fez que reverter a situação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

O Orador: É pena, e lamentável, que só agora se tenham lembrado do estado em que deixaram à beira do abismo os produtores de leite e de laticínios, mas tarde é o que nunca chega e se vierem por bem, sejam bem-vindos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este tema da agricultura e em especial do subsector da produção de leite nos Açores, é um tema de capital importância para este Governo que tem merecido o envolvimento e a intervenção do próprio Presidente do Governo Regional.

Portanto, o próprio envolvimento do Presidente do Governo Regional demonstra a importância que este Governo tem dado a este setor tão fundamental para a fixação de pessoas, para o desenvolvimento económico de outros níveis de economia, para o combate ao despovoamento e para que as ilhas criem riqueza e emprego. É um desígnio deste Governo, é um objetivo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito bem!

O Orador: Indo em concreto a este tema, as crises podem ser previstas, ou podem ser uma infeliz surpresa. Neste caso, a crise do leite, manifestada pelo pagamento do valor do preço do leite ao produtor, é uma crise previsível, não é de agora. É pelo menos desde 2015.

Vou dar-vos alguns dados que demonstram que esta crise é previsível, e tem-se vindo a acentuar com a diminuição do preço pago ao produtor, com a diferença, desde logo da União Europeia e com o continente, e, como tal, com a descida do rendimento dos produtores.

Em maio de 2015, a diferença do preço do leite pago ao produtor nos Açores para a União Europeia era de menos 1,26 cêntimos por quilo. Em maio de 2021 esta diferença subiu para menos 9.32 cêntimos por quilo.

Em maio de 2015, a diferença do preço do leite pago pelo produtor dos Açores para o continente, era de menos 0,01 cêntimo por quilo. Em maio de 2021 essa diferença aumentou para menos 5,42 cêntimos por quilo. Portanto, a diferença tem vindo a aumentar, a crise era previsível. E o que se fez para essa previsível

crise atenuar, ou não, nos governos anteriores? Essa é que é a grande questão, tendo em conta os dados objetivos.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Desde logo, quando chegámos ao Governo, e eu, em concreto, à tutela da Secretaria Regional, deparei-me com uma lacuna muito grave: o conhecimento do rendimento do produtor e da formação do preço do leite em cada ilha.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Sem este dado, nós não temos credibilidade para reivindicar, seja onde for, até perante a Comissão Europeia, para justificar que há uma quebra de rendimento.

Como é que nós justificamos que há uma quebra de rendimento se nós não temos dados, se nós não aferirmos esses dados, se nós não trabalhamos esses dados?

Portanto, não governar, não pode ser uma forma de governar. Isto é o mesmo que governar a olhómetro, sem estudos técnicos.

Portanto, a maior lacuna encontrada neste momento é obviamente justificar que há uma quebra de rendimento. Nós temos essa perceção, mas aquilo que os senhores não fizeram, nós estamos a fazer.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós estamos a aferir explorações tipo, por ilha, por dimensão, por produção, até entre concelhos, porque as explorações não são iguais até entre concelhos, e estamos a criar mecanismos, um método para aferir, ao minuto, qual é a formação dos preços. No caso em concreto, estamos a debater do leite, da formação dos preços do leite, e a consequência na quebra de rendimento de quem o produz. Isso é fundamental para se fazer política. Caso contrário, nós estamos a governar às cegas e penso que ninguém quer governar às cegas.

Como é que este Parlamento pode decidir sobre propostas se não tem esse conhecimento?

Penso que nenhum dos Srs. Deputados se sente confortável se não tiver esse conhecimento técnico para decidir, muito menos o Governo,...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque nós estamos a fazer aquilo que não foi feito e que leva, obviamente, por vezes, às piores políticas, porque não há justificação técnica para essas mesmas políticas.

Depois dizer-vos que nós também quando tomámos posse, uma das medidas imediatas foi acabar com os rateios do POSEI, ou seja, aquilo que se anuncia tem de ser aquilo que é pago aos produtores, porque os produtores ficam à espera deste montante financeiro, como prémio, ou como ajuda, para fazer face às suas despesas, quer seja bancárias, quer seja no pagamento aos fatores de produção, quer seja na sua vida familiar.

Quando se anuncia e se paga menos 22% daquilo que se anuncia, naturalmente que os produtores não têm rendimento.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, com o pagamento, na íntegra, do POSEI, na campanha 2021, e fazendo contas nos últimos cinco anos, o anterior Governo deixou de pagar, pelo menos, 22 milhões de euros aos produtores de leite na Região.

Se o Sr. Deputado Carlos Silva se congratula com os 27 milhões das infraestruturas do IROA, que eu acho que não é congratulação nenhuma em 24 anos (isso é péssimo!)...

Deputado Francisco César (PS): Como é 24 anos?! Em quatro!

O Orador: ... imagine o que é deixar de pagar 22 milhões de euros aos produtores de leite, na Região, nos últimos cinco anos, por opção política, porque o POSEI permite os apoios de Estado sem qualquer restrição, desde que nós tenhamos autorização de Bruxelas. Basta pedir!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos continuar a conta.

Mas também na abertura das candidaturas, que terminaram a 15 de junho, ou seja, decorreram candidaturas de 15 de março a 25 de junho, para novas medidas no âmbito das antigas indemnizações compensatórias, as MAAST, que preveem um pagamento no âmbito do ProRural+ às zonas desfavorecidas (e a Região Autónoma dos Açores é uma zona desfavorecida), em 2018, por opção política do anterior executivo, baixaram-se os prémios de pagamento por escalão por hectare, em 20 euros por escalão.

Em 3 anos isto soma 6,2 milhões de euros não pagos aos agricultores, e nós voltamos a repor os escalões para antes de 2018. Ou seja, se somarmos 22 milhões, não pagos, mais os 6,2 milhões não pagos por opção política, que é os dois montantes, nós estamos a falar de 26,2 milhões de euros que, nos últimos 5 anos não foram pagos aos produtores de leite por opção puramente política.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Se já havia um problema de crise no preço do leite, o anterior executivo contribuiu para o agravamento desta mesma crise, não pagando aos produtores, porque era um direito no âmbito do programa específico das regiões ultraperiféricas, do POSEI, e no âmbito do ProRural +.

O montante global é um. A decisão de pagar ou não, ou transferir para medidas é vossa, é de cada Governo.

Portanto, isso foi uma opção política de não pagar.

Para além das medidas que já foram aqui anunciadas pelo Grupo Parlamentar do PSD e também anunciadas pelo Sr. Presidente do Governo, dizer-vos que existe um conjunto de outras medidas que estão em curso, porque efetivamente as coisas não podem continuar como estão.

Nós precisamos de inovação, nós precisamos de investigação, nós precisamos de valorização os conteúdos, nós precisamos de definir o conceito de preço justo e nós precisamos de enquadrar, perante aquilo que são os novos desafios, a promoção de circularidade e incentivar a neutralidade climática.

São novos conceitos que são ganhos para quem produz alimentos nos Açores. Saibamos estar na vanguarda desses novos conceitos, porque nós temos neutralidade e podemos estar no mercado do negócio do carbono e podemos promover a economia circular, com o aproveitamento dos seus produtos. Obviamente que sim.

Perante isto, já está em curso a Portaria 56/2001, para a reconversão em carne e diminuir a pressão da produção de leite nas ilhas Terceira, São Miguel e Graciosa.

Deixem-me dizer-vos que as cooperativas têm penalizado quem ultrapassa as quotas de referência.

Não é verdade que se aceita todo o leite quantitativamente produzido. Não!... Há aqui uma penalização quando se ultrapassa a referência e está em curso a criação de uma nova tabela de classificação do leite que valoriza os solos totais. Nós não queremos produzir água! Nós queremos produzir solos totais, nutrientes que possam evitar a doença, que possam estar de acordo com as condições climáticas e ambientais, que possam ser um elemento de promoção dos Açores. E está em revisão essa tabela de classificação de leite. Continuar a produzir por água é um erro; é um erro continuado e é uma irresponsabilidade como foi até agora.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para isso nós também estamos a criar, porque é preciso uma agenda para a investigação e inovação para o leite e laticínios.

Não é possível (e o Sr. Deputado Nuno Barata tem toda a razão) continuar com os mesmos produtos de há 20 anos. Não é possível!

É necessário produzir para vender para o exterior e é necessário produzir para o consumo interno.

Mas temos de saber e temos de ter essa noção, o que é que é o consumo interno, tendo em conta o envelhecimento da nossa população, as faixas etárias, por ilha? Nós temos essa dispersão. Mas, essencialmente, converter aquilo que é água num produto que possa ser transportado e vendido e mesmo assim nos mercados possa ser um lucro para a Região e reverter a favor de quem produz e para o povo açoriano, na criação de riqueza e emprego.

E por isso vamos criar essa agenda para a investigação e inovação.

Por isso também está previsto, em 2022, o funcionamento do Laboratório da Inovação dos Produtos Lácteos. Afinal não é preciso só criar a Agenda. É preciso criar a Agenda com parceria com a Universidade dos Açores, com os produtores, com as outras áreas do Governo Regional, e é preciso um sítio para inovar, é preciso um sítio para a experimentação e nós estamos a criar, também um sítio para a experimentação. O mais fácil é criar um papel e pôr lá uma série de objetivos sem materialização.

Não!... Nós queremos materializar aquilo que vamos enunciar. Queremos, de facto, novos produtos, mas novos produtos não é a todo o custo. São aqueles produtos que conseguem atravessar o atlântico, são aqueles produtos que os consumidores querem e que, perante as novas sensibilidades que a pandemia

vem trazer, vão ao encontro dos primeiros sabores, vão ao encontro dos produtos nutricionais, aquilo que está dentro.

Há uma nova sensibilidade dos consumidores e isto nós queremos procurar e queremos vender.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Mais! E proteicos!

O Orador: Proteicos, muito bem, Sr. Presidente do Governo.

Depois, nós estamos a promover o diálogo com a fileira. Claro que sim, através do Centro de Leite e Lacticínios.

Deixem-me dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, que há uma parte visível, mas há uma parte invisível do diálogo. O diálogo não se concretiza só com reuniões do Centro de Leite e Lacticínios. Concretiza-se muito à porta fechada, quase diariamente com todos os parceiros da fileira,...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: ... como tem acontecido com o envolvimento do Presidente do Governo Regional.

Deputado José Ávila (*PS*): Nós já sabemos!

O Orador: Aliás, há aqui um “pecado” do PS. Em 2007, nós apresentámos a esta Casa, e eu fui o autor disto, o Observatório dos Preços dos Agroalimentos Em 2007! Nós já podíamos saber a formação dos preços. Foi chumbado pelo PS.

Deputado José Ávila (*PS*): E em 2008?

O Orador: Depois criaram o Centro de Leite e Lacticínios, que também ainda não conhece a formação dos preços, nem reúne de maneira a que devia reunir os vários elos da cadeia.

Mas mais!... Eu nunca vi, nunca assisti, ao Governo Regional a ter uma iniciativa, na República, para impulsionar, pressionando, para que a PARCA se reunisse (a Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar), que é uma forma de sentar todos os elos à mesa.

Foi este Governo, a 4 de abril, e sucessivamente quase todas as semanas, por contacto direto com o Ministério da Agricultura, e por influência do Sr. Presidente do Governo, diretamente com o Primeiro-Ministro, que conseguiu que a PARCA reunisse para debater este assunto em particular.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sobre este tema a República não quer falar. Não está na Agenda Política a produção de leite.

Aliás, a produção de leite, a nível do país, está esquecida e nós pressionámos para que, de facto, a PARCA reunisse. E reuniu e criou uma subcomissão especificamente para isso. Portanto, neste momento, a produção de leite, a bovinicultura de leite dos Açores, é falada, a nível do continente, por pressão deste Governo, que a pôs na Agenda política a nível nacional, porque estava completamente esquecida.

Depois, também está em curso a possibilidade de alteração das regras de contratação pública para privilegiar as empresas cujos produtos adquiridos sejam produzidos na região para fornecimento de bens alimentares, por exemplo, hospitais, instituições de solidariedade social e escolas. Ou seja, até agora sempre dissemos – as palavras, sempre ouvi dizer – que as cadeias curtas de abastecimento são uma vantagem.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E depois? Ficamos pela vantagem teórica ou passamos à prática?

Vamos estudar as regras da contratação pública de maneira a que essas cadeias curtas de abastecimento possam ser um privilégio e um benefício, mesmo aqui na região, para as instituições públicas. Há que colocar um critério para além do preço que é a proximidade de produzir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, dizer-vos também que, pela primeira vez, estão a ser criadas as equipas multidisciplinares para acompanhamento de campo e de técnico de campo.

Deputado Nuno Barata (IL): Já passou o tempo? Não tem tempo!...

O Orador: Em 2006, nós também propusemos nesta Casa a vulgarização rural. Resultado: mais uma vez chumbada.

Aparece agora, neste Projeto de Resolução.

Bem-vindos ao reconhecimento do vosso “pecado”. Nós precisamos de vulgarização de campo, precisamos de acompanhamento, precisamos da transmissão do conhecimento científico produzido na nossa academia. Esse conhecimento não pode estar num armazém de conhecimentos. Tem de ser transmitido.

Portanto, nós estamos a fazer aquilo que os senhores não fizeram até agora.

Deixe-me dizer-vos também (acelerando)...

Deputado Nuno Barata (IL): Que latitude! Ainda tem tempo?

O Orador: ... que vem agora o PS propor um plano de internacionalização dos produtos agroalimentares.

Mais uma vez, bem-vindo!

Em 2017, na Assembleia da República, fui eu o autor da Resolução da Assembleia da República 232/2017, que recomenda ao Governo que desenvolva um Plano de Internacionalização dos Produtos Agroalimentares Açorianos.

Onde é que ele está?

Não encontrei nada, no Governo Regional, sobre isto.

Vamos fazê-lo, mas já perdemos três anos de mercados, de procura de novos mercados, de prospeção dos mercados. Não perdemos tempo!

Bem-vindo!... Reconheça!...

Depois também dizer-vos que em 2005 nós propusemos a qualificação de um conjunto de produtos açorianos dos quais incluía o leite dos Açores, em Identificação Geográfica Protegida.

Da minha experiência na Assembleia da República nós temos perdido oportunidades comerciais incríveis, com os acordos bilaterais e multilaterais da União Europeia.

Os únicos produtos que conseguem aceder aos mercados nesses acordos multilaterais e bilaterais são os produtos certificados juridicamente pela Comissão Europeia. E o leite dos Açores já podia ter essa qualificação, já podia ter muito escoamento. Representa uma gota do oceano, ele e os seus lácteos. Aliás, também propusemos a qualificação da manteiga dos Açores, em 2011. Também fui um dos proponentes. Ainda não está, mais vai estar.

Portanto, dizer-vos que as soluções têm sido apresentadas. A inércia do anterior executivo tem sido muito evidente. Limita-se a atribuir apoios sem contrapartidas e sem uma estratégia. Atirar dinheiro ao problema, não resolve o problema e adia o problema. Por isso é que nós temos o problema; por isso é que nós recebemos o problema da mesma maneira que ele estava há 24 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Mas também foi por iniciativa dos Açores que na Assembleia da República se criou o Grupo do Leite. Eu fui o coordenador. Houve um Deputado vosso que foi o secretário.

Deputado João Vasco Costa (PS): Eu... Eu... Eu é que fui!

O Orador: Claro! Eu tenho de falar sobre aquilo que eu propus, senão não era coerente comigo próprio. Eu não vou falar sobre os outros, vou falar sobre aquilo que eu propus e vou fazer, senão estava a ser irresponsável. Eu não ponho a responsabilidade nos outros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Eu ponho a responsabilidade em cima de mim também. Eu não atiro água fora do capote.

Portanto, nesse grupo do leite, o relator foi o Deputado João Castro...

Deputada Andreia Costa (PS): Ah!...

O Orador: É relator! Qual é o problema?

É relator! Qual é o problema? Ainda bem, porque ele, e eu, coordenámos as 13 propostas de intervenção para o setor do leite a nível nacional.

Ora, na PARCA, nós tivemos oportunidade de dessecar, uma a uma, e dizer que nenhuma foi acolhida pelo Governo da República.

Há uma penalização, porque essa questão da produção de leite e dos laticínios não pode ser vista de forma individualizada. Tem de ser vista no conjunto, no conjunto de Portugal.

E se Portugal não ajuda, naturalmente que nós temos um prejuízo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

Para terminar, eu tenho a certeza de que a continuação do anterior executivo, ou do PS, a governar, resultaria num prejuízo para este setor.

Muito obrigado.

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo ainda tem tempo.

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Depois desta aturada explicação do Sr. Secretário, não tenho muito a acrescentar, mas vou dar a posição do Grupo Parlamentar do CDS, face a este Projeto de Resolução, apresentado pelo Partido Socialista.

Em primeiro lugar, e de forma genérica, no que concerne ao baixo rendimento dos produtores de leite, eu lamento ter de dizer, mas efetivamente devemos responsabilizar as políticas e o rumo que foi tomado na Região, porque na União Europeia e no Continente houve aumento do rendimento dos produtores de leite. Foi o inverso do que aconteceu na Região.

Relativamente ao Projeto de Resolução, e ao seu primeiro ponto, só pode configurar também um *mea culpa* daquilo que foi feito, ou daquilo que não foi feito, porque se não existe união entre os diversos intervenientes ou os *stakeholders* do setor, só podemos, obviamente, e mais uma vez, apontar os holofotes a quem teve a responsabilidades política de o promover.

De qualquer forma, concordamos com este primeiro ponto resolutivo, mas também é isso que esta Secretaria, e o Sr. Secretário da Agricultura, estão a fazer. Este Governo já deu mostras bem claras disso mesmo.

Relativamente ao preço do leite e ao aumento do preço ao produtor, há mais de 10 anos que a oposição, ao Governo Socialista, propôs, por exemplo, o observatório para acompanhar a formação dos preços do leite. O Partido Socialista reprovou.

Foi agora, este Governo, que deu esse passo, no sentido de perceber, em cada uma das ilhas, como é que se faz e como é que é a formação do preço do leite.

Depois, para lá do estudo base, é obviamente importante fazer, de forma continuada, uma avaliação, um acompanhamento e atualização das verificações que este estudo registar.

Assim, e relativamente ao segundo ponto resolutivo, mesmo após o estudo, pode encerrar aqui uma série de problemas, nomeadamente na questão legal que pode proibir a prática de concertação de preços, ou vulgo, a cartelização.

Resultou claro também, das audições, que no que concerne ao leite UHT, por exemplo, não há margem na distribuição para acomodar o aumento do preço do litro ao produtor, no sentido de haver uma convergência daquilo que é pago na Região, os 28 cêntimos por litro, face aos 35 cêntimos da média europeia.

Teremos sempre de assumir, politicamente, que essa taxa que propõem, no fundo, seja refletida diretamente ao consumidor, sendo que este, o leite UHT, por exemplo, é um produto de primeira necessidade.

Há ainda uma outra questão que deixo apenas para reflexão. Prende-se, por exemplo, com as cooperativas que, no fundo, acabam por estimular a qualidade da matéria prima atribuindo prémios por litro de leite, relacionados com a qualidade e com os sólidos, dependendo daquilo que procuram.

Se colocarmos esta taxa tenho dúvidas que elas continuem a promover esses pagamentos diferenciados. Poderá continuar a acontecer, mas, na minha perspetiva, não é certo.

Por outro lado, e relativamente à notoriedade dos nossos produtos há, efetivamente, ainda um longo percurso a trilhar. Os produtos açorianos não têm o reconhecimento fora de portas no continente português, por exemplo, que nós, açorianos, julgamos ter. Isso mesmo nem fui eu que avancei, foi o Deputado Francisco César quem avançou esses dados, nas audições, em Comissão e, por isso, há muito ainda a fazer relativamente à notoriedade dos produtos açorianos, que é efetivamente algo em que devemos investir.

Também nas audições algumas das entidades ouvidas, relativamente a esta questão do marketing e da promoção, dizem que o marketing nacional e internacional tem efetivamente de ser intensificado. A distribuição queixa-se, efetivamente, também do material promocional em loja, dizendo que é básico e que deveria ser mais criativo.

Isto é a própria indústria que terá de investir e o Governo, certamente, poderá acompanhar, ou, de alguma forma, tentar fazer essa promoção e promover a notoriedade do produto açoriano.

Mas, contudo, não deixa de haver projetos de sucesso, com produtos de valor acrescentado, como é exemplo disso o Programa das Vacas Felizes ou, então, a aposta em produtos lácteos diferenciados.

Mas é exatamente aqui que é preciso apostar, na diversificação e valorização dos produtos.

A manteiga é um exemplo também no potencial de valorização, como foi referido aqui pelo Deputado Nuno Barata.

Há falta de manteiga também no mercado internacional e nós temos manteiga, mas, na verdade, vendemos a baixo custo e a granel.

A título de exemplo, por exemplo, há manteiga, em França, a ser vendida a 30 euros ao quilo, que é três vezes mais do que o queijo de São Jorge, e nós temos todas as condições também para criar esse tipo de produtos, que são produtos de valor acrescentado, produtos diferenciados e produtos que são relativamente fáceis de produzir,

À semelhança do que ainda esta manhã apresentámos (o CDS, na declaração política, que versava sobre a investigação científica) também neste setor temos de apostar na investigação e desenvolvimento de novos produtos, talvez através de estímulos direcionados às empresas regionais do setor, por forma a criar produtos e acrescentar valor a esta matéria prima de qualidade que se produz na Região.

Para terminar, e para o Partido Socialista não dizer que não vejo nada de relevante neste Projeto de Resolução, registo que houve efetivamente uma alteração a esta Projeto de Resolução, e quero aqui saudar, que é a introdução de um quarto ponto resolutivo, que aponta a formação intensifica em contexto profissional.

Concordamos plenamente com esta necessidade, porque é, sem dúvida, na otimização das explorações agrícolas e na melhoria da qualidade da nossa matéria-prima, que conseguiremos dignificar o setor e que estes empresários verão, finalmente, o seu trabalho devidamente recompensado, e isso é de saudar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura é, definitivamente, um setor importante, com um peso muito intenso na economia regional, e a produção de leite é uma área que preenche grande parte dessa importância na nossa economia, naquilo que diz respeito à agricultura.

Não vou, no entanto, nesta intervenção – poderia ir por aí – explicar os problemas e os perigos das monoculturas na agricultura. Esse debate já foi feito várias vezes, mas também nunca é demais alertar pelo menos para os seus perigos e é também por isso que estamos a debater hoje.

Este setor vive, na verdade, em crise permanente, há vários anos. Foram inúmeros os debates ao longo dos anos sobre a produção de leite neste Parlamento.

Em grande medida, esta crise permanente tem uma causa, a desregulação do mercado e o fim das quotas leiteiras, a liberalização que levou a essa decisão da União Europeia.

Esta proposta do Partido Socialista é, em parte, também o reconhecimento de que essa liberalização, essa desregulação do mercado, não funcionou, ou pelo menos não funcionou para os Açores, porque, como se vê, estamos neste setor cada vez pior.

Quase toda a proposta do Partido Socialista (que no geral estamos de acordo, não será por aí) tem esse sentido regulatório do mercado, uma tentativa de procurar mecanismos de regulação do mercado.

Há uma primeira parte que tem um certo romantismo, o primeiro ponto resolutivo, porque espera que todos os intervenientes consigam entender-se e que todos remem para o mesmo lado. Eu não tenho grandes ilusões de que isso vai acontecer, porque os interesses são divergentes e não há nenhum setor que vá remar todo para o mesmo lado. Aprovamos, mas isso não vai acontecer, como é óbvio. Não custa, no entanto, tentar, pelo menos.

Poderia fazer de forma diferente, mas vou fazer aquilo que, se calhar, não é muito elegante, mas o Bloco de Esquerda avisou. Avisou o que aconteceria com o fim das quotas leiteiras: a desregulação do mercado, para prejuízo dos pequenos produtores, essencialmente, e dos produtores de uma Região como os Açores, e é isso que sucede.

Foram decisões de sucessivos Governos da República, dos vários partidos, do PSD, do CDS, do Partido Socialista, que aceitaram, ao longo de vários mandatos, o fim das quotas leiteiras.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Não senhor, não nada disso!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Está enganado!

O Orador: Não foi uma decisão que aconteceu apenas num determinado ano. Foi uma decisão que demorou muitos anos e um processo muito longo, como bem sabem.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*): Está enganado!

O Orador: Não estávamos, como não poderíamos estar, de forma alguma, preparados para essa decisão, porque não podemos estar preparados para algo que acontece para nos prejudicar, que é, a decisão foi tomada efetivamente para prejudicar os pequenos produtores e para prejudicar regiões como os Açores. Isso é por demais evidente e nesta altura “choramos sobre o leite derramado” de uma decisão que sabíamos que iria ter esse efeito.

O que é que se fez ao longo de todos esses anos, previamente ao fim das quotas leiteiras e depois?

Investiu-se na qualidade, como se deveria ter investido?

Não se investiu.

Fez-se exatamente o contrário e aquilo que a ciência económica diz que não se deve fazer. Investiu-se na quantidade e os números são cristalinos.

Em 2015 produzíamos 610 milhões de litros de leite; em 2020 produz-se 652 milhões de litros de leite no mercado liberalizado, em que a procura e o consumo até têm vindo a descer. E o que é que se faz? Inunda-se o mercado com mais produto de baixo valor acrescentado, como já foi dito. Ou seja, é uma receita para o desastre.

Obviamente que o preço caiu e o setor mergulha cada vez mais numa crise.

Os Açores fizeram aquilo que se chama uma corrida para o fundo e continuam a fazer esta corrida para o fundo, neste setor.

Não temos nada contra as medidas que são apresentadas no Projeto de Resolução, mas é certo que elas não serão, de forma alguma, solução para todos

os problemas e provavelmente não terão grande efeito, porque elas efetivamente dependem da vontade dos intervenientes e, como disse inicialmente, os intervenientes, muitos deles, têm interesses divergentes, a distribuição tem os seus interesses, a produção tem outros e a indústria tem outros. No fim, cada um remarará para o seu lado.

No nosso entender, como é óbvio, a diversificação da agricultura, é fundamental. Não podemos depender, praticamente, apenas de uma área, de um subsector na agricultura. Temos de diversificar o que já deveria ter sido feito há muito tempo.

A produção tem de ser reduzida, tem de ser aumentada a qualidade, e não continuamos nessa corrida para o fundo, aumentando em cada ano a produção de leite quando o preço está a cair. E se do ponto de vista económico (eu nem precisaria dizer isto) é um disparate, os efeitos estão à vista e vão continuar desta forma.

Depois, a Região subsidia publicamente com dinheiros públicos a indústria, e não é pouco. Tem de exigir condições. Pelo menos aí pode condicionar e pode impor condições à indústria nos subsídios que atribui para o investimento da indústria dos laticínios e deve fazê-lo.

Sabemos, no entanto, que, apesar de tudo, ainda assim tudo isto poderá não ser suficiente. E a regulação do setor a nível europeu continua a ser a única, provavelmente, a não ser que alguém encontre melhor forma de tornar este setor sustentável e permitir que os Açores tenham um setor de produção de leite que permita dar rendimento aos produtores, mantê-los, manter um conjunto de produtores vasto na Região, de forma equilibrada, de forma ambientalmente sustentável, que dê à Região uma estabilidade nesta área, senão viveremos numa crise permanente e aquilo que teremos sempre como solução é atirar dinheiro para cima dos problemas...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é nada disso!

O Orador: ... como fez agora o Governo.

Veio um Projeto de Resolução do Partido Socialista, com um conjunto de medidas.

O que é que faz o Governo para responder? 10 milhões de euros para cima do problema.

E vamos andar nisto sempre, porque o problema é de fundo, o problema é do mercado. É um problema estrutural que, com dinheiro, pode atenuar, mas o problema continuará exatamente no mesmo local.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não quer que a gente, em oito meses, resolva tudo?!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho aqui a proposta do Partido Socialista e devo dizer que, logo no primeiro ponto... eu não vou votar contra! Eu não vou votar contra, porque concordo com o que aqui está escrito (eu ainda não expliquei, vou explicar) e concordam 99% das pessoas, menos o PAN.

Reparem uma coisa:

“1 – Incentive através da cooperação e do comércio justo, a união de todos os intervenientes ...”

Isto faz-me lembrar aqueles concursos em que se pergunta: o que é que deseja? A paz no mundo! Desejo a paz no mundo, que tudo corra bem, combater a fome...

É o tipo de afirmação, o tipo de proposta cuja substância é, digamos assim, difícil de alcançar. É uma boa utopia que é “promovam a união”.

Mas também se pode fazer uma outra leitura sobre esta matéria, que é: já tivemos na história de Portugal outras formas de promover a união entre os

produtores, as associações, a indústria, que era através do estado cooperativo. Aí, era o Estado que obrigava a que existisse uma união de facto. Ora, presumo que o Partido Socialista, com a sua história democrática, não é isso que quer. Não é esse o papel que quer que o Estado tenha, porque senão seria um papel idêntico ao que o Estado tinha antes do 25 de Abril.

Como essa não pode ser a leitura, uma vez que o Partido Socialista é um partido democrático, o que aqui está, e isso é inegável, então ficamos com a primeira hipótese, que é aquela da utopia dos concursos – os concursos internacionais de beleza, é a isso que me estou a referir, Sra. Deputada. A Sra. Deputada estava a perguntar, a sua expressão colocava essa questão. Era isso que eu estava a referenciar.

Depois, há um segundo ponto que é:

“Adote medidas para que as indústrias de Lacticínios dos Açores possam promover acordos de tarifas com a distribuição, e que essas tarifas revertam inteiramente para o produtor...”

Eu pergunto: porque é que isso não foi feito? Porque é que V. Exas., ao longo dos sucessivos governos do Partido Socialista, não concretizaram nada do que aqui é indicado?

Ou seja, querem que se alcance estes resultados, mas nunca tiveram qualquer tipo de mecanismos prático para os concretizar.

A mesma coisa em relação ao ponto n.º 3:

“Promova, desenvolva e apoie iniciativas que fomentem a internacionalização e exportação dos produtos lácteos dos Açores, sobretudo para mercados que valorizem os produtos regionais de valor acrescentado.”

Muito bem! Eu estou de acordo. Todos estamos de acordo, mas o Partido Socialista e os governos do Partido Socialista tiveram estes mecanismos para executar e alcançar estes resultados. Qual foi o resultado? Nenhum! Não conseguiram concretizar nenhuma destas estratégias.

Ou seja, o Partido Socialista parece aquele treinador que foi alvo de uma chicotada psicológica, tinha ideias táticas brilhantes, mas não as conseguia concretizar. Agora, transmite ao novo treinador as mesmas ideias táticas que espera, agora sim, que exista a capacidade para montar este esquema estratégico e alcançar estes objetivos, porque em relação às ideias, à conceção, nós estamos de acordo, estamos todos de acordo.

Todos, não! O PAN não está.

A seguir temos um quarto ponto. O quarto ponto o que é que diz?

“Crie um plano de formação intensiva, em contexto profissional, destinado a melhorar o maneio dos animais, a gestão e eficiência das explorações agrícolas, promovendo práticas agrícolas sustentáveis.”

Ora, isto é aquilo que os senhores disseram que tinham feito, ao longo de todos estes anos.

Se estava feito porque é que nós precisamos agora de fazer?

Os senhores sempre disseram que isto estava feito. Foi ou não foi?

Deputado José Contente (PS): Não gosta da iniciativa?

O Orador: Todos os que aqui estavam em legislaturas anteriores, quando se falava disto, diziam: “nós temos um trabalho extraordinário a este nível e não temos muito mais que fazer”. Mas agora é uma das grandes prioridades do Partido Socialista, é promover, que se faça uma coisa que os Governos do Partido Socialista, até há 7 meses atrás, diziam que estava a ser feita e que estavam a alcançar-se resultados.

Ou seja, eu peço desculpa por esta análise tão ácida desta proposta...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Mas real!

O Orador: ... mas a exigência em democracia é fundamental.

Isto é um conjunto de ideias e de banalidades sobre o sistema agrícola.

Do ponto de vista concreto não traz absolutamente nada.

Agora, eu estou em desacordo com isto?

Não estou! Não estou em desacordo com estas ideias em relação ao setor.

Posso acrescentar também algumas ideias que o Bloco de Esquerda aqui apresentou: a diversificação do setor agrícola, também é uma boa ideia, mas aqui também o Partido Socialista poderá dizer que alcançou alguns resultados nesta matéria. E outras ideias deste tipo.

Mas a verdade é que, do ponto de vista concreto, ideias concretas, mecanismos concretos, o Partido Socialista, aqui, nesta proposta não nos traz nada. Fazer isto é possível, é, e como o Sr. Secretário da Agricultura demonstrou, numa intervenção longa e municiosa, essa, sim, cheia de pormenores, aí, sim, como o Sr. Secretário demonstrou, isso é possível ser feito, e nós vamos fazer. Ou seja, os senhores são os tais que receberam a chicotada psicológica e que não conseguiram alcançar os resultados e, nós, sim, vamos apanhar nestas ideias, nestes ideais, todos eles, e vamos concretizá-los. Talvez o da união seja excessivamente otimista, como também aquela ideia de desejar a paz no mundo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo partido Socialista, o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tentando responder a algumas questões que foram colocadas e, também contribuir com mais alguma informação que espero que seja útil para o debate.

Relativamente ao Deputado Bruno Belo, relativamente à sua humildade, não tenho nada a acrescentar. Creio que a sua intervenção foi muito clara sobre ela.

Sobre a resolução em concreto, e sobre os pontos resolutivos, nós reconhecemos que não temos uma solução mágica para o problema e que o problema não existe apenas hoje. Já existia.

A verdade é que nós também, e nós já o referimos, nos últimos meses, há fatores que têm contribuído para agudizar o problema. Falamos dos custos de produção, é uma evidência; as rações aumentaram, os adubos aumentaram, o gasóleo aumentou.

O Governo tem culpa de tudo? Claro que não, não tem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ah, felizmente!

O Orador: O Governo pode fazer alguma coisa para mitigar o problema? Pode.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Claro que pode!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): E está a fazer!

O Orador: O que é que está a fazer?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Nada! Nada!

O Orador: Quando reuniu com a Associação Agrícola, o que é que falou sobre as rações, por exemplo?

Qual é a solução do Governo para mitigar o aumento do custo das rações nas explorações agrícolas?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Posso ler-lhe o nosso programa!

O Orador: Qual é Sr. Secretário? O Sr. Secretário nada disse sobre o assunto.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Em oito meses resolvemos o que os senhores não conseguiram em 24 anos!

Deputado Francisco César (*PS*): Sim, sim. Essa conversa já é conhecida!

O Orador: Sr. Secretário, não sei se me permite continuar. Eu ouvi-o atentamente, na sua longa intervenção. Agradeço também tenha...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas não aprendeu!

O Orador: Sr. Secretário, eu estou sempre disposto a aprender. O Sr. Secretário é que parece que não. O Sr. Secretário tem muita sabedoria, de muitos anos. Eu espero, honestamente, que consiga colocá-la em prática e ao serviço da agricultura. São os meus votos sinceros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, se conseguir resolver os problemas, conte com o apoio do Partido Socialista. Da nossa parte, nós estamos aqui para fazer da solução e não queremos ser parte do problema.

Relativamente às dúvidas que foram colocadas, Sr. Deputado Paulo Estêvão, há uma coisa que eu não percebo, a proposta do Partido Socialista se é tão má, tão má, como é que o Sr. Deputado vai votar a favor?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já lhe vou explicar!

O Orador: Seja coerente!

Se a proposta não é boa, se não traz nada de útil, então não vote a favor. Seja coerente!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): É porque ainda não está feita!

O Orador: O Sr. Deputado fala do comércio justo. Comércio justo é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável e visa estabelecer preços a praticar entre toda a cadeia que seja atrativo para todas as partes.

Portanto, é um conceito que faz todo o sentido no caso do leite, uma vez que o preço que é pago ao produtor é manifestamente baixo e reconhecido por todos que não é suficiente para colmatar os custos de produção, que têm aumentado nos últimos meses.

Relativamente ao acordo de tarifas e ao ponto n.º 2, nós reconhecemos que a solução não é fácil, mas esta recomendação visa procurar aquilo que foi feito, por exemplo, em França, em que houve acordo de tarifas entre a indústria e a distribuição, e que este acordo possa reverter para os produtores. É essa a nossa intenção com a resolução que está aqui e é uma recomendação.

Se a solução, do ponto de vista técnico, é fácil? Não, não é! Mas cabe estudar a melhor solução para que se consiga mitigar o problema.

Deputado Bruno Belo (PSD): Eu percebo a intenção!

O Orador: Relativamente ao ponto três, também não é verdade aquilo que foi dito, que nada foi feito sobre a aposta na internacionalização dos produtos açorianos.

Foi feito, existia um plano, e aqui o que nós recomendamos é que se reforce aquilo que é necessário fazer a esse respeito, porque é possível descobrir novos mercados e mercados que, sobretudo, valorizem a nossa diferenciação. É isso que aqui é dito. Portanto, creio que também a esse respeito não haja dúvidas.

Relativamente ao plano de formação intensivo, esse foi um assunto que foi debatido em Comissão. Foi uma sugestão apresentada, creio que pela Prof. Anabela Gomes, em Comissão, e creio que é um contributo válido sobre aquilo que é possível fazer e não diverge assim tanto da proposta que foi apresentada pelo PSD sobre uma agricultura sustentável. No fundo, há objetivos que são similares e, a esse respeito, creio que estamos esclarecidos.

Para terminar, e tentando responder aqui a algumas questões, o Sr. Secretário Regional António Ventura disse uma coisa e o seu contrário. Vou tentar explicar. Disse que atirar dinheiro aos problemas, não resolve os problemas.

Sr. Secretário, o senhor e o seu Governo é que vieram anunciar 10 milhões há poucos dias e o senhor é que veio falar em 22 milhões de pagamentos aos rateios.

Deputado Rui Anjos (PS): Exatamente!

O Orador: Portanto, entenda-se, Sr. Secretário, entenda-se!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Há as linhas Covid para todos os setores menos para a agricultura!

O Orador: Decida qual é o discurso que quer usar, mas seja coerente com ele.

Por último, e para terminar, o Sr. Secretário Regional da Agricultura falou do Conselho Científico para a Inovação Agroalimentar. Em 16 de dezembro de

2020, foi anunciado. Quando é que cria este Conselho Regional para o Conselho Científico para a Inovação Agroalimentar?

Nos últimos sete meses já teve tempo para o criar ou ainda não teve tempo?

Segunda questão:

Conselho Regional de Agricultura!

Nós já questionámos porque é que o Sr. Secretário não convoca e não reúne este Conselho. O Sr. Secretário diz que não é possível reunir porque tem de ser presencialmente. Provavelmente deve ser o único Conselho na Região que tem de reunir, obrigatoriamente, presencialmente, e mesmo a esse respeito também já era possível.

Portanto, mais uma vez há má vontade da sua parte em convocar um órgão estratégico para a agricultura açoriana e aí debater problemas e debater soluções para um setor que é relevante.

Por fim, e a terminar, quando nós falamos dos problemas relacionados com os fatores de produção, é porque reconhecemos que há modelos praticados noutros países da Europa que atuaram sobre os fatores de produção, atuaram sobre a alimentação animal, atuaram sobre vários custos que interferem no preço final. Portanto, a esse respeito também consideramos que é possível fazer mais e o Governo tem meios para atuar nesta matéria.

Creio que respondi em relação às questões que foram colocadas e aos pedidos de esclarecimento.

Por fim, concluiu dizendo que é com satisfação que, apesar das críticas que são apresentadas, na generalidade, vemos que haverá uma aprovação da iniciativa, o que só a valoriza e que reconhece que é mais um contributo para tentar resolver o problema. Não é a solução mágica, acho que ninguém a tem, mas é um contributo e é por isso que cá estamos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, não, não! Esta proposta não é um toque de Midas, não representa um toque de Midas no setor.

Deputado Francisco César (PS): Acabou de dizer exatamente que não era!

O Orador: Não!... Não, Sr. Deputado!

Não são ideias diabólicas, são ideias bem-intencionadas, não têm conteúdo.

Porque é que eu voto a favor?

Primeiro, porque gosto de deixar V. Exa. contente e satisfeito.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Em segundo lugar, voto a favor pelas mesmas razões que tomo o Melhoral! Não faz bem, nem mal!

Deputado Manuel Ramos (PS): Isto é uma falta de respeito!

O Orador: Também devo dizer, Sr. Deputado, que o problema é que isto seria aceitável para um partido que pudesse viver em plena utopia, constante, como por exemplo, o Bloco. Não!

Mas os senhores são o partido do Governo, tiveram responsabilidades ao longo dos últimos 24 anos. Os senhores tiveram acesso a todos estes instrumentos, têm experiência de Governo, têm experiência de 24 anos (os quadros), quem executou a política na Região e os senhores agora aparecem com uma mão cheia de nada.

Seria aceitável para um partido utópico, não é aceitável para um partido que governou a Região até há oito meses. Não é aceitável. Por isso fica aqui a crítica!

Mas eu não vou votar contra, porque isto não faz mal nenhum. É certo que não faz bem, mas mal também não faz. Portanto, eu considero que, nestas condições, o voto a favor é aceitável, não prejudica a Região e deixa, como eu disse, V. Exa. satisfeito e contente, porque é isso que se pretende, também. É que quem apresenta ideias, não tem mecanismos, não tem os caminhos, apenas enuncia um conjunto de princípios...

Eu não estou contra estes princípios, não estou contra a união de toda a gente, que toda a gente se abrace no setor e que se consiga esta ideia generosa. É certo e eu posso perguntar a V. Exa.: o que é que nós podemos fazer que V. Exas. já fizeram, sem qualquer tipo de resultado? É a pergunta que se pode fazer.

Sr. Deputado, como é que se consegue atingir a união de todo o setor, Sr. Deputado?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é um princípio!

O Orador: Faço-lhe essa pergunta, ou faço essa pergunta ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tendo V. Exa. alguma experiência, nesta matéria e não o tendo conseguido, que conselhos deixa V. Exa., para o novo Governo, para que se possa atingir um objetivo que V. Exa. não conseguiu atingir?

É por isso, Sr. Deputado, que lhe digo, este documento, é um documento que não tem conteúdo prático nenhum, mas voto favoravelmente porque não faz mal.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Alerto V. Exa. que tem menos de um minuto.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Rapidamente, porque a questão do Conselho Científico Agroalimentar é uma questão importante, e eu sei que o Sr. Deputado Carlos Silva gosta muito da ideia e adora.

Sabe, Sr. Deputado, com a sua insistência e com a sua crítica para ele ainda não existir, é diretamente profissional à crítica dos Governos do PS para ele não ter existido antes.

Ou seja, o senhor reconhece que não é possível governar em agricultura sem uma base científica e produtiva. É tão simples como isso, porque já não é a primeira vez que o senhor fala nisso.

Portanto, a sua insistência é diretamente proporcional à crítica dos Governos do PS por ele não ter existido. Muito bem! Mas ele vai existir.

Deixe-me dizer: nada é feito a olhómetro. É feito com auscultação de baixo para cima e de dentro para fora.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: Nós ouvimos sempre a Federação Agrícola dos Açores, que é parceiro fundamental, e repare:

Todos os membros do Conselho Regional são associados da Federação Agrícola dos Açores.

Portanto, nada é feito sem a participação direta dos produtores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo Regional esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão interpelou-me diretamente. Eu gostava apenas de lhe dizer que a minha função aqui não é propriamente a de dar conselhos a ninguém. Sou um deputado eleito como os outros 56 que estão nesta Casa. A minha função é um bocadinho diferente, conforme V. Exa. bem entende. Mas não resistindo à tentação, se há conselho que eu posso dar, é o Sr. Secretário Regional, que em vez que auscultar de baixo para cima, e de dentro para fora, ausculte de cima para baixo (sim, ouça o que o está abaixo) e de fora para dentro. Exatamente o contrário daquilo que o senhor disse. O Sr. Secretário considere isso uma “boutade”.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Por isso é que a vossa política deu errado!

Deputado José Ávila (PS): O senhor controle-se!

O Orador: Eu intervenho apenas pelo seguinte:

Ontem, se não me falha a memória, ou já hoje de manhã, o Sr. Deputado Paulo Estêvão teve uma intervenção nesta câmara, em que reafirmou aquilo que anteriormente já fez questão de referir, mas que neste debate, nem ele, nem a bancada do PSD, e muito menos a bancada do Governo, estão a cumprir, que é, não ter uma abordagem maniqueísta neste assunto.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E o que é uma abordagem maniqueísta neste assunto?

É exatamente, de um lado estão os bons e, do outro lado, estão os maus, o que se torna ainda pior quando essa abordagem da vossa parte cai numa contradição lógica insanável. É que antes, o que de mau ocorreu, a culpa foi dos Governos do Partido Socialista. Hoje, face a uma proposta do Partido Socialista, a vossa posição é: isso não tem a ver com os governos, isso tem a ver com o mercado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Ninguém disse isso!

O Orador: Bom, é uma contradição em que os senhores caem e que de qualquer das formas não me parece correta.

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas o Partido Socialista já dizia antes!

O Orador: Mas eu intervenho aqui por dois ou três motivos, que me parecem relevantes.

Em primeiro lugar, por várias razões, entre as quais se conta naturalmente o facto de ter exercido as funções de Secretário da Agricultura e Pescas e de Presidente do Governo, eu acho que os agricultores da nossa terra, e não só os agricultores, mas todo o setor, merece todo o respeito. E merece todo o respeito que, no caso concreto, eu traduzo pelo seguinte:

Eu reconheço ao atual Governo Regional a vontade de querer contribuir para a solução e para ultrapassar os desafios que este setor tem.

Reconheço, principalmente nos Governos em que eu assumi diretamente esta pasta, e os Governos a que eu presidi. Certamente terei cometido muitas falhas, muitos erros, muitas omissões, mas nenhuma delas foi tomada com a consciência de que naquele momento em que eu decidia estava a cometer um erro.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PS): Isso não está em causa!

O Orador: Portanto, esse aspeto parece-me muito importante.

Eu acho triste que, à volta deste assunto, quando há agricultores que têm os desafios pela frente, que os nossos agricultores têm, e não são apenas os desafios de longo prazo, estratégicos, mas que até acabam por ser desafios de ter as contas pagas ao final do mês, o debate tenha resvalado, permitam-me essa expressão, para esses aspetos.

Eu acho que há um despertar crescente de que, aquilo que se passou em França, é talvez um dos exemplos mais visíveis, mas também aquela que tem sido a atuação da União Europeia, nomeadamente, através de um conjunto de diretivas, que tem colocado cá fora, e que salienta a importância de se evitar práticas desleais no setor agroalimentar e no setor agrícola, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... constitui um dos exemplos mais evidentes, que dão um sentido, não só prático, mas também político, a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Não é apenas um “concurso de misses internacional”, conforme o Sr. Deputado Paulo Estêvão desmereceu a iniciativa, mas é, seguramente, o chamar a atenção para um aspeto que me parece relevante.

Esgota, esta resolução, tudo aquilo que são os desafios que o setor agrícola, ou agropecuário, na nossa região, tem pela frente?

Não, não esgota!

Aliás, (inclusive o Sr. Deputado Nuno Barata, não o fez neste debate, mas em anteriores plenários, eu recorde-me de o ter ouvido falar nisso) talvez a principal discussão tenha a ver com o modo de produção que nós temos e, sobretudo, com aquilo que é a dependência excessiva de alguns fatores e o círculo vicioso que se cria.

Acho que é um debate que valeria a pena ter, aqui, neste plenário. Julgo que seria importante e que seria interessante.

Deputado Nuno Barata (PPM): O setor é que tem de ter!

O Orador: Também acho que os agricultores que, porventura, nos estejam a acompanhar (não serão muitos, porque esta é a hora de tirar leite), não verão, propriamente, com bons olhos, ou não sentirão como justa, essa crítica de que os Governos anteriores do PS não fizeram nada.

“O que é que os senhores fizeram? Não fizeram nada!”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém disse isso!

O Orador: Disse o senhor!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: E não foi só o senhor, disse o Governo e disse também o PSD.

Não me parece que vejam essa crítica como justa, sobretudo porque isso pode induzir uma perceção de que este assunto, que tem a ver com a vida de muitos

agregados familiares na nossa Região, é tratado, talvez, de uma forma mais politiqureira do que política.

De qualquer das formas, a interpelação que o Sr. Deputado Paulo Estêvão me fez, e sobretudo algumas das considerações que o Sr. Deputado Paulo Estêvão teceu, levam-me à necessidade de ter de fazer um ponto de ordem e que tem a ver com aquilo que foi algum do caminho percorrido, até a este momento.

Eu não me refiro à quantidade de leite produzido. Não!

Eu refiro-me, por exemplo, àquilo que tem a ver com a exportação, com o comércio, e há dados muito concretos que, não sendo dados que nos satisfaçam, indiciam, comprovam mais do que indiciam, um caminho feito nesta matéria.

Nós, em termos de comercialização de produtos lácteos, e em concreto o leite, em 2013, e para os países da União Europeia, exportávamos 87 toneladas de leite; em 2020 exportamos mais de 5 mil toneladas.

Na manteiga, para o Continente, em 2013, exportávamos à volta das 7 mil toneladas; em 2020, passámos para as 10 mil.

Para a União Europeia, exportávamos 614 toneladas; em 2020, exportamos mais de 1500 e assim sucessivamente.

Significa isto que esses dados nos satisfazem? Não!... Não satisfazem! É preciso continuar esse caminho.

Mas é também fruto da experiência que o PS tem no Governo, e não só, que esta proposta de resolução faz sentido e tem um sentido político claro.

Eu gostaria apenas de salientar um aspeto que me parece fundamental, nesta questão.

Houve uma grande preocupação, nos Governos do Partido Socialista (mais do que interferir diretamente naquilo que tem a ver com os mecanismos de mercado) em criar as condições que, desde logo, os nossos agricultores pudessem ter menores custos de produção, naquilo que dependia do investimento público.

Também aqui os números falam por si. Nós temos um crescimento do investimento, na célebre tríade de caminhos de caminhos, água e luz, nas infraestruturas, que passou, em 2013, de 12,5 milhões de euros para quase 27 milhões de euros. Estamos a falar de um crescimento de 116%.

Explorações com energia, em 2012 tínhamos 312 e, em 2019, tínhamos 462. E um aspeto que, para mim, me é particularmente caro (particularmente caro!), tem a ver com a formação, exatamente um dos pontos em que a proposta de resolução do PS também salienta essa oportunidade política.

Houve um crescimento, entre 2013/16, de 5.100 formandos e, em 2020, tínhamos 7.300 formandos.

Apesar de tudo isto, o setor agrícola enfrenta desafios bastante complicados e gostaria de juntar a minha voz, neste plenário (não de acusar ninguém), ao Bloco de Esquerda, ao Iniciativa Liberal, ao PPM, ao PSD e ao Governo Regional dos Açores, para dizer que,...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E ao CDS?

O Orador: E ao CDS!

... para ajudar a vencer estes desafios, é necessária uma perspetiva um bocadinho diferente daquela em que decorreu este debate.

Da parte do PS, a iniciativa de resolução que nós propomos é um contributo, porventura modesto, mas é um contributo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Olha que fuga!

O Orador: E quem nos está a acompanhar lá fora terá o seu juízo sobre este Projeto de Resolução, se porventura o conhece. Mas reconhecemos que é um contributo, que é importante, que não encerra aquelas que são as respostas necessárias para esses desafios, mas que é exatamente isso, é um contributo.

Muito haverá ainda para discutir. Recordo o que já disse aqui, a propósito das questões suscitadas pelo Sr. Deputado Nuno Barata, mais profundas e mais estruturais, em termos da correção de alguns aspetos.

Para esse debate, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está pronto e disponível, como esteve pronto e disponível ao apresentar este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

Faça favor.

(*) Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que já começa a ser habitual essas intervenções do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, lançando sempre mão desse livrinho preto que tem aí, junto da sua garrafa de água,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é preto, é azul!

O Orador: Ou azul!

... onde tem as cábulas do tempo em que foi Presidente do Governo Regional dos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Cábulas, não, porque eu não sou cábula!

O Orador: O discurso que começa a ser corrente é o mesmo discurso, sempre que havia eleições legislativa regionais, em que o senhor reconhecia que “este Governo fez o que pôde, se calhar poderia ter feito melhor, mas nós estamos aqui para fazer melhor”. O senhor continua e insiste neste discurso.

O senhor já reconheceu, nesta Assembleia Legislativa Regional, no que diz respeito à educação, que “o Governo fez o que pôde, poderia ter feito melhor, mas os resultados são esses”.

No que diz respeito ao emprego, “os Governos Regionais do Partido Socialista fizeram o que puderam, os resultados não foram muito famosos, mas o resultado é este”.

No que diz respeito à educação, a mesma história; na saúde a mesma história e agora temos o mesmo registo no que diz respeito à área agrícola.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro faz aqui um “ato de contrição”, enquanto Secretário Regional da Agricultura, Presidente do Governo Regional dos Açores, durante duas legislaturas completas, e diz: “os resultados que nós alcançámos não são aqueles que nós desejávamos, mas os resultados são estes, estes e estes”.

É preciso, de uma vez por todas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e fazendo o tal ponto de ordem que V. Exa. aqui quis fazer, é que o senhor governou com maioria absoluta.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: O senhor teve a liberdade total para implementar todas as políticas que o senhor entendeu neste setor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O senhor não só governou com maioria absoluta como também beneficiou de Governos do Partido Socialista, na República, onde poderia ter implementado um conjunto de programas que foram pormenorizadamente referidos pelo Sr. Secretário da Agricultura.

O senhor podia ter lançado mão na qualidade da exportação os nossos produtos, não pela quantidade, mas pela qualidade, pela excelência dos nossos produtos.

O que é que foi feito?

O Sr. Secretário da Agricultura referiu aqui, expressamente, que nada foi feito nesta matéria.

O senhor lançou mão aí dos números que tinha, e tem, sobre a exportação dos produtos açorianos, mas esquece de dizer que esses números do aumento de exportação não acompanharam...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Esses são do SREA, não são do caderninho!

O Orador: ... o aumento do rendimento dos produtores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro esquece-se (propositadamente, é certo!) que o leite dos Açores é o pior pago a nível europeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: É esta a realidade.

Não nos regozijamos com isso, de maneira nenhuma. Ninguém está a regozijar-se com essa situação, pelo contrário, estamos a lamentar essa situação.

Era obrigação dos governos presididos por V. Exa. terem objetivos mais ambiciosos, terem efetivado políticas mais ambiciosas,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é como a execução!

O Orador: ... terem procurado alcançar resultados mais ambiciosos.

Não querendo entrar neste discurso de repetir aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e bem, referiu há pouco, o que esta resolução que o Partido Socialista apresenta, não acrescenta nada de novo que não seja um conceito vago e abstrato, no que diz respeito a uma mera intenção da agricultura.

Nesta medida, ao contrário desta Resolução que é apresentada, eu não resisto aqui em citar aquilo que, em oito meses de governação deste executivo

regional, foi publicamente assumido pelo Presidente da Federação Agrícola dos Açores, custe o que custar, têm de ouvir isso.

O Sr. Jorge Rita afirmou, perante os órgãos de comunicação social, sem qualquer tipo de hesitação, que este Governo tem feito, nestes últimos oito meses, mais do que qualquer Governo fez nos últimos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem diz isso não é o Deputado Nuno Barata, não é o Deputado Pedro do Nascimento Cabral, nem o Deputado Paulo Estêvão. Quem diz isso é o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O porta-voz dos agricultores açorianos.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e bancada do Partido Socialista, o que nós desejamos mesmo é que o executivo regional dos Açores tenha objetivos mais ambiciosos, propostas mais ambiciosas, políticas mais concretizáveis, para melhorar o rendimento dos nossos agricultores e elevar a nossa agricultura açoriana para parâmetros de qualidade únicos e de excelência.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois ou três pequenos pontos que me parece que ficaram por esclarecer. Desde logo, lembrar que na medida resolutiva que “recomenda ao Governo Regional a internacionalização dos produtos lácteos dos Açores”, essa também foi uma preocupação da Iniciativa Liberal. Inclusivamente inscrevemos no Orçamento uma verba para, precisamente, se tratar de buscar mercados e produtos para a internacionalização dos nossos produtos.

Para agradecer a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e lembrar à câmara que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro foi Secretário Regional da tutela deste setor, num período também bastante conturbado para o setor, e soube, na altura, muito bem lidar com o problema. Gosto também de fazer análises retrospectivas com justiça. Foi no meio de uma crise, foi gerada uma crise no Governo por razões que não interessa aqui aduzir.

O Sr. Secretário Vasco Cordeiro, um jovem, na altura, “caiu” na Secretaria, e os tais, aqueles que de vez enquanto dizem que são muito amigos dos agricultores, tentaram promover uma crise e linchar, digamos, de uma forma habilidosa, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que habilidosamente os linchou, e bem. Bem-haja por isso.

Na agricultura, é como o Melhoral, de pouco ou nada vale a intervenção do Governo. O Governo não pode é complicar a vida dos agricultores.

Eu vou voltar àquele assunto que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro notou, que eu não tinha falado acerca desta resolução, para não voltar ao mesmo.

O problema que está aqui é precisamente o modo como produzimos leite e a forma como importamos produtos de baixo valor acrescentado para introduzir na alimentação do nosso gado, a alto preço, a alto custo para o erário público da Região Autónoma dos Açores, e isto foi incutido nos agricultores, no consumo de rações para produzir mais, porque vinham aí as quotas. Produzíamos tanto, mas já não há quotas e ficámos todos atrapalhados. A questão é mesmo essa:

cada vez que o Governo mexe nos mercados o problema agudiza-se. Não se resolve, agudiza-se.

E o que é que os governos fizeram?

Medidas POSEI para a importação de cereais. Ajuda-se o industrial, para a matéria prima chegar cá mais barata, para vender mais barato ao agricultor, mais ajudas para o agricultor, para o leite chegar mais barato ao mercado.

O leite não chega mais barato ao mercado, chega ligeiramente mais baratinho. Podia ser vendido mais caro e o agricultor recebia mais dinheiro. Mas a questão é mesmo essa:

Sempre que os governos,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, eu vou terminar. Um pouco de latitude só.

Cada vez que os governos intervêm junto dos produtores de rações ou junto dos industriais, a conversa é sempre a mesma. E eu já não vou entrar pelo caminho de que o tal que diz que este é o melhor governo, é o mesmo que vende as rações aos produtores, e que se financia com as rações que vende aos produtores. Eu não vou entrar por aí.

Mas ainda vou dizer mais uma coisa: cada vez que os governos dão mais dinheiro aos industriais e mais dinheiro às rações, o que acontece é que esses mesmos se sentam à mesa das negociações e baixam o preço com o argumento de que os agricultores estão a receber dinheiro.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não estamos a dar dinheiro às rações!

O Orador: É sim senhor. É sempre este o argumento. Estão a receber, porque estão a dar aos agricultores, e nunca chegam a dar aos agricultores. A questão é mesmo essa.

Portanto, nós temos de fazer bem essa análise e temos de perceber bem onde é que vamos fazer o tal desmame que eu falei aqui de manhã, para as pessoas perceberem bem o que é que eu quero dizer.

O Sr. Secretário também defendeu, no seu programa eleitoral, o programa eleitoral que foi sufragado nas últimas eleições, um desligamento das ajudas e o desligamento das ajudas não é senão um desmame das ajudas.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é bem assim!

O Orador: Aquilo que o Sr. Secretário fez foi jogar dinheiro em cima do problema, aumentando, majorando, dando mais dinheiro e congratulando-se por isso.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é bem assim!

O Orador: Conseguiu introduzir mais verbas no POSEI, como se nós não soubéssemos que o POSEI, quem tira de um lado tem de pôr no outro.

Também é legítimo o senhor fazer assim. Agora, o que aconteceu foi isso. Foi, por um lado, anuncia-se o desligamento, por outro anuncia-se o desmamo, e por outro o que é que se faz?

Eu não vou dizer! Dá-se mais! Dá-se mais biberão!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Alerto V. Exa. que tem muito, muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou fazer uma intervenção muito breve, necessariamente, tendo em conta que tenho muito pouco tempo e dizer apenas o seguinte:

Em relação ao Sr. Deputado Nuno Barata...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

(*Risos da Câmara*)

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem latitude!

O Orador: Eu peço um pouco de latitude, também...

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem latitude!

O Orador: Termino, já, Sr. Presidente.

Em relação ao Sr. Deputado Nuno Barata, eu digo-lhe, já, que não acredito nessa mão invisível do mercado e muito menos num setor como o setor agrícola.

Sem o apoio da Região, sem o apoio do Estado, o setor agrícola, no contexto atual, não consegue sobreviver. Ponto!

Deputado Nuno Barata (IL): É a forma como isso se faz!

O Orador: É impossível que o sistema possa conseguir sobreviver. Eu quero ver o que é que o senhor diria aos milhares de famílias, que seriam abandonados à sua sorte, sem o apoio da Região e do Estado? O quero ver o que é que o senhor diria a essas famílias e à sobrevivência dessas famílias e do seu rendimento?

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é demagogia!

O Orador: As coisas estão como estão, com o apoio que está sendo concedido. O que é que não aconteceria se fosse feito, o que o senhor chama de o desmame?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Em segundo lugar, e para terminar, dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o seguinte:

Eu gostaria de ter feito um discurso mais positivo, em relação à proposta do Partido Socialista, mas creia-me, Sr. Deputado, que digo com sinceridade:

Um partido com responsabilidade, com a preparação do Partido Socialista, com os quadros do Partido Socialista, a um partido como o Partido Socialista, exige-se muito mais. Não um conjunto de abstrações e banalidades. Exige-se muito mais. E o facto de eu estar a exigir muito mais, na minha perspetiva, só qualifica o Partido Socialista, porque acho que o Partido Socialista vale muito mais e está muito mais bem preparado, para apresentar uma proposta de maior qualidade e de maior substância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação. Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 44/XII, “recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas para o relançamento económico do setor do leite e lacticínios”, uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário, para o anúncio da votação.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 44/XII, apresentado pelo PS, foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do Chega, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do

PPM, 1 voto a favor da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está encerrado este ponto da nossa Agenda. Vamos avançar para o ponto 9: **Projeto de Resolução n.º 49/XII – “Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica dos Açores”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para a sua apresentação. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Bloco de Esquerda traz hoje aqui uma iniciativa que reivindica justiça e equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, que muito têm sofrido com a falta destes valores.

Os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica são profissionais da área da saúde com fins de promoção da saúde, de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença ou de reabilitação.

Esta carreira engloba dezoito profissões, que, segundo o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, se organizam “por áreas da prestação de cuidados de saúde, nomeadamente, hospitalar, saúde pública, cuidados de saúde primários, continuados e paliativos, docência e investigação”.

E, portanto, devemos todos reconhecer que estes profissionais têm um papel fundamental na nossa sociedade, nomeadamente nos serviços de saúde prestados.

Contudo, a importância que os TSDT representam para a vida das pessoas e da sociedade, infelizmente, nem sempre está bem presente na mente de cada um.

Estes profissionais têm vindo a travar uma luta difícil e que perdura há já alguns anos e, portanto, é de saudar a persistência com que os TSDT têm lutado pelos seus direitos e pela equidade com toda a legitimidade lhes assistem.

Desde 1999, que a carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica (TDT) se mostrava desatualizada, aguardando ser revista. Só em agosto de 2017 a carreira de TDT, foi substituída pela carreira de TSĐT, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto, tendo as questões relacionadas com a transição para a nova carreira sido determinadas em 2019, pelo Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, ultrapassando os prazos previstos e sem acordo dos sindicatos.

As condições previstas no diploma referido, são prejudiciais especialmente por não incluírem técnicos em todas as categorias e por conferirem quotas a cada uma destas. Além disso, atentam pela falta de igualdade nos pontos a atribuir anualmente, até 2017, ano em que vigorava o Decreto-Lei n.º 564/99 de 21 de dezembro, num modelo de avaliação qualitativo, trianual. Com a entrada em vigor deste diploma, os TSĐT foram e continuam a ser lesados.

Como se não bastasse, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, passa a existir uma redução de cinco categorias para três, nas quais estes profissionais não conseguem ser posicionados de forma justa, uma vez que praticamente todos regressam à base da carreira. E como é óbvio, esta situação cria situações de grandes constrangimentos entre os próprios profissionais desta área, pelo sentimento de injustiça que incita.

Em 2020, procedeu-se a uma avaliação com base na antiga carreira de TDT, levando a que os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica transitem para a nova carreira com os pontos remanescentes, conduzindo a que somente TSĐT com doze anos de serviço abranjam os dez pontos necessários para a progressão, devido à contagem por triénios, o que acontece apenas na Região Autónoma dos Açores.

Com o culminar destes acontecimentos, os TSĐT, com a atualização dos valores de remuneração, passaram a ser os profissionais com formação superior mais mal remunerados da Administração Pública.

No passado mês de março, foi debatido nesta câmara um Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do CDS – Contabilização do tempo de serviço dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica do Serviço Regional de Saúde.

À data, o BE explicou que tinha submetido uma iniciativa que recomendava ao Governo Regional que procedesse à revisão das carreiras dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, no sentido de garantir justiça e equidade para estes profissionais em relação às restantes carreiras do setor da saúde na administração pública, nomeadamente através do aumento dos pontos atribuídos anualmente para efeitos de progresso e carreiras e que estas recomendações eram resultado, exatamente da auscultação ao Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde nas áreas de diagnóstico e terapêutica, que continuam a reivindicar, e bem, que para acabar com a assimetria entre carreiras, é da mais elementar justiça atribuir dois pontos por cada ano de serviço, entre 2004 e 2008, tal com aconteceu em outras carreiras da área da saúde, nomeadamente com médicos e enfermeiros.

A audição em reunião de comissão, da Dra. Carla Silva e Dr. Fernando Zorro, dirigentes sindicais, confirmou as promessas feitas em reuniões com o Sr. Secretário Regional do Desporto e Saúde no sentido de se resolver toda esta injustiça, no entanto, até à data nada foi publicado sobre esta matéria e, portanto, o BE mantém a sua iniciativa, na esperança de que esta câmara se manifeste, mais uma vez, a favor destes profissionais da saúde.

Nós não desistimos e a prova disso é o Projeto de Resolução que aqui hoje vos trazemos. Com este projeto ressalvamos que é fundamental acautelar a aplicação imediata da revisão da carreira dos TSDT na Região Autónoma dos Açores.

Assim, e para que não se cometa mais injustiças com estes cerca de 380 profissionais, recomendamos que esta revisão assente em negociações entre o Governo Regional e as estruturas representativas destes trabalhadores, pois só

assim a reivindicação destes profissionais poderá realmente garantir a justiça e equidade para os TSDT dos Açores.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para saudar a iniciativa do Bloco de Esquerda, pelo facto de trazer a plenário aquilo que é a valorização remuneratória de carreiras de profissionais de saúde e, neste caso, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

De facto, essa vossa iniciativa é consonante com aquilo que é a estratégia do Governo Regional no sentido de valorizar efetivamente os profissionais de saúde, corrigindo injustiças, muitas delas de vários e vários anos.

É isso que estamos a fazer, de forma concertada e, sobretudo, respeitando os legítimos representantes dos trabalhadores para que aquilo que são palavras de reconhecimento, da justiça, do trabalho dos profissionais de saúde, tenham uma correspondência efetiva na vida desses profissionais de saúde. É isso que estamos a fazer e, felizmente, com sucesso.

Uma nota prévia sobre aquilo que foi a sua intervenção, e, de resto, consta do preâmbulo do Projeto de Resolução, quando se refere que a carreira de técnicos superiores, de diagnóstico e terapêutica corresponde a 18 profissões. Esta quantificação corresponde, efetivamente, à norma relativa aos técnicos de diagnóstico e terapêutica, do Decreto de Lei n.º 564/99, de acordo com o qual essa identificação constaria de outro diploma que nunca chegou a ser publicado. Só essa precisão de conceito, relativamente àquilo que foi afirmado e que consta do diploma em discussão.

No que diz respeito à resolução em si, aos pontos resolutivos. O primeiro ponto faz referência ao processo negocial.

Devo anunciar, conforme de resto já é público, aqui no Parlamento, que este processo negocial foi realizado, envolvendo os representantes dos trabalhadores desta carreira, e está concluído.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Está concluído com o acordo dos trabalhadores, está concluído com o envolvimento dos trabalhadores, naquilo que foi a solução encontrada. A solução que foi encontrada é, no sentido, de que há a valorização de um ponto e meio para todos os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, independentemente do vínculo a que estão ligados.

Isso era uma reivindicação dos trabalhadores e dos sindicatos...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e essa reivindicação foi de imediato aceite e foi de imediato acordado o valor de um ponto e meio. É uma grande conquista e, sobretudo, é a forma de dar uma resposta efetiva àquilo que é uma justa reivindicação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Devemos dizer aqui, e aproveito esta oportunidade, para comunicar e para manifestar o agrado com que essas negociações se desenvolveram, com uma colaboração de boa-fé, uma colaboração efetiva de todos os participantes e é com satisfação que, chegando aqui, temos a concordância inequívoca e incondicional dos sindicatos neste processo.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que posso comunicar à Assembleia.

No que diz respeito ao ponto 2, o ponto 2 desta Resolução não tinha, como não poderia deixar de ser, tendo em conta a data em que ele entrou neste Parlamento, em conta a Lei 34/2021, de 8 de junho.

Obviamente que esta publicação, que não depende da Assembleia, nem de nenhum de nós que está aqui, é uma publicação da Assembleia da República, altera o sentido deste ponto 2, porque com a publicação desta lei de junho, procedeu-se ao reposicionamento remuneratório e não há, da parte desta Assembleia e da Região, de resto, competência para alterar o regime legal remuneratório, o que quer dizer que este ponto 2 acaba por ser prejudicado com a publicação da Lei 34/2021, de 8 de junho.

No que diz respeito ao 3.º ponto resolutivo, que tem a ver com a pretensa extinção de quotas, ora, a extinção de quotas não é permitida. O artigo 7.º do Decreto-lei 111, de 2017, de 31 de agosto, que prevê o regime legal das carreiras, apenas prevê que possam ser ultrapassadas, mas não prevê a extinção de quotas, por isso não podem ser afastadas em termos gerais e abstratos, por outro via, que não por diploma da República.

Por isso também este ponto 3 está prejudicado, por este impedimento legal.

Gostaria também, nesta oportunidade, de fazer referência àquilo que é o ponto que resta em termos da perspetiva do Governo Regional e daquilo que é legal, desta resolução, que tem a ver com a negociação.

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para dizer ao ponto a que chegámos. Estão apurados, que na Região, são 216 trabalhadores, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, e que o valor estimado por aquilo, que é um valor que ainda não está confirmado, por isso ainda não foi celebrado e formalizado o acordo, porque na sequência do problema informático do Hospital Divino Espírito Santo, algumas destas questões não foram possíveis de apurar, com precisão e rigor. Só quando isso for possível apurar, com precisão e rigor, é que será passado à letra de acordo aquilo que está celebrado com a palavra de todos os intervenientes neste processo.

Mas por esta avaliação que foi feita estamos a falar em cerca de 700 mil euros. As contas iniciais, quando iniciámos o processo, e por aquilo que nos foi transmitido na mudança de pasta, falava-se em cerca de 200 mil euros. Mas afinal, depois de apuradas todas as contas, são cerca de 700 mil euros. É o esforço financeiro que a Região vai fazer, mas esse esforço financeiro que a Região vai fazer é grande para as contas da Região, mas é muito pequeno perante aquilo que é o esforço que todos estes profissionais tiveram ao longo destes anos e que tem a ver com a injustiça com que foram tratados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É tentando repor esta injustiça que vamos trabalhar.

Gostaria também de afirmar e de informar esta Assembleia que, para além deste reforço remuneratório, desta justiça em termos de carreira dos profissionais de saúde esta área, tem havido também um esforço de contratação de profissionais de saúde, porque só com profissionais de saúde motivados, justamente remunerados, justamente reconhecidos, mas também em quantidade suficiente para que não tenhamos profissionais de saúde exaustos por fazerem aquilo que é a sua competência, o seu trabalho, e aquilo que muitas vezes têm de fazer porque existem poucos, é reforçado os quadros dos profissionais de saúde da Região.

E num total, desde de dezembro de 2020 até agora, este Governo Regional já autorizou e contratou 316 profissionais de saúde.

Destes 316 profissionais de saúde, 11 são técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Isto é, há um esforço efetivo. Não são palavras. E a política tem esta marca perante os cidadãos de muitas vezes começar e acabar nas palavras. Este tempo também é um tempo de demonstrar que a política pode e deve ser feita de forma diferente, passando das palavras aos atos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Os atos são estes: contratámos mais profissionais de saúde e aqueles que estão no sistema a trabalhar, há muitos anos e injustamente remunerados e reconhecidos, estão a ser, neste momento, e a partir de agora, justamente remunerados, justamente reconhecidos, como é dever deste Governo Regional e assumimos de forma aberta e na sequência daquilo que afirmámos desde o início das nossas funções.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN sempre pretendeu, e mostrámos isso desde o ano passado (não fomos o único, vários partidos o fizeram durante a campanha devido obviamente a alguma tipo de irresponsabilidade relativamente a este tipo de carreira), dignificar a profissão dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, respondendo às reivindicações do descongelamento da carreira, com a atribuição, no mínimo, de 1,5 pontos por ano, coisa que o Sr. Secretário Regional acabou de anunciar e, com agrado, o PAN apoia essa decisão que nós não tínhamos conhecimento e, obviamente, também apoiamos a iniciativa do Bloco de Esquerda.

O que é que fica a faltar?

Claro, o que fica a faltar, além desta medida, estamos a falar também dos enfermeiros em regime de contrato individual de trabalho, farmacêuticos hospitalares, assistentes técnicos e assistentes auxiliares. Isto é o que falta.

Temos mais profissionais dentro do sistema hospitalar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É mais uma!

O Orador: Está aqui o Sr. Deputado a dizer-me que é mais uma. Aliás, o próprio CDS teve, em termos dos técnicos superiores de terapêutica, uma iniciativa. É um pouco deficitária comparando com aquilo que o PAN pretendia, mas era sem dúvida uma alavancagem daquilo que era necessário e sem dúvida que vamos apoiar, em 100%, tanto os 3 pontos, apesar de nós termos alguma dúvida jurídica que o Sr. Secretário ressaltou, e apoiamos este projeto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda traz, a este hemiciclo, matéria já debatida em março, onde foi aprovada uma recomendação para que o Governo Regional atribuisse um ponto e meio de avaliação a cada ano de serviço, entre 2009 e 2018, e que aplicasse à antiga carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica o regime previsto no regime especial, no que se refere à avaliação de desempenho e ao regime de transição e ao posicionamento remuneratório.

O presente Projeto de Resolução, apresentado pelo Bloco de Esquerda, assenta, assim, em três pontos:

No que concerne ao proposto no terceiro e último ponto, que prevê a extinção de quotas, mantendo quadros circulares, tal como em anos anteriores, aliás, como foi reconhecido, em sede de audição das estruturas sindicais, na Comissão de Política Geral, constitui-se ao longo dos anos como uma forma de fixação destes profissionais na Região, considerando o previsto na carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, bem como o disposto para outras

carreiras da saúde, questiona-se nomeadamente a equidade da medida proposta pelo Bloco de Esquerda, pelo que neste aspeto o Grupo Parlamentar do PS manifesta as suas reservas.

Contudo, sendo garantida essa equidade para as restantes carreiras, da parte do Grupo Parlamentar do PS nada haverá a obstar, obviamente, relativamente ao proposto pelo Bloco de Esquerda.

Relativamente aos dois primeiros pontos, comparando com o já aprovado e recomendado em março, como eu acabei de referir, é proposto o aumento da pontuação atribuída por ano, contabilizando também o período anterior a 2009, através de negociação com as estruturas sindicais.

Em sede de Comissão de Política Geral, ouvidas as estruturas sindicais, ambas foram de acordo com o proposto pelo Bloco de Esquerda.

Os Deputados do PSD, presentes na Comissão, também concordaram com o Bloco de Esquerda, nomeadamente no que diz respeito à atribuição de 2 pontos, entre 2004 e 2008, à semelhança do atribuído para médicos e enfermeiros.

O Grupo Parlamentar do PS, em conformidade e em coerência com o compromisso assumido pelo governo anterior, e a recetividade demonstrada pelas estruturas sindicais na legislatura anterior, nomeadamente em 2020, nada tem a obstar ao proposto pelo Bloco de Esquerda nestes dois pontos da presente iniciativa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sendo que a proposta do Partido Socialista era zero!

O Orador: Considerando que o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto acabou de comunicar que foi concluído o acordo entre o Governo e as estruturas sindicais representativas dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, atendendo às posições assumidas, como eu disse, nomeadamente por parte do PSD, em sede de Comissão de Política Geral, a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda reuniria assim condições para colher a respetiva concordância no referido processo negocial.

Portanto, dizia o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, que este processo, assim concluído, reuniu a plena incondicional concordância com as estruturas sindicais. Ora, como o pode ser, se em sede de audição estas mesmas estruturas sindicais e o próprio Partido Social Democrata, por uma questão de equidade com outras carreiras, concordava com a atribuição de dois pontos, entre 2004 e 2008?

É tudo, para já. Obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos às 18h30. Relembro aos líderes que temos reunião na sala das comissões.

Eram 18 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 37 minutos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Alexandra Manes, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer os esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário da Saúde e Desporto. Também congratulá-lo por estar a resolver os problemas destes profissionais.

No entanto, deixo aqui uma questão, porque, considerando aquela que foi a audição das entidades sindicais, nomeadamente o Dr. Fernando Zorra e a Dra. Carla Silva, e aquelas que também são as últimas notícias referentes a este

assunto, fiquei sem perceber se estes sindicatos teriam ou não abdicado daqueles dois pontos relativos aos anos 2004 e 2008?

É, porque, como todos nós aqui sabemos, e por muito que o Sr. Secretário possa eventualmente dizer que isto tudo está resolvido, o ponto 1 não se encontra resolvido na sua totalidade, pois até pelo menos há 10 minutos atrás, o que eu soube foi que isto não estava resolvido e que o senhor teria dito que teria de aferir do impacto orçamental que teria nas contas.

Também relembro aqui que o Sr. Secretário disse, questionado sobre a questão dos dois pontos, entre 2004 e 2008, que “era uma porta que não está fechada, nem aberta, está entreaberta”.

O meu receio, e deve ser o receio de todas as Sras. e Srs. Deputados, aqui, nesta câmara, e também de todos aqueles profissionais em que a Dra. Carla Silva admitiu que se encontram todos numa grande ansiedade porque ainda não têm uma resposta por parte do Sr. Secretário relativamente a esta situação de 2004/2008, estão ansiosos por saber a resposta.

A minha questão, e torno a colocá-la, é se os sindicatos abdicaram de dois pontos entre 2004 e 2008?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando esclarecer as questões que foram colocadas, sobre essa questão dos dois pontos, que me parece que é a questão que resta como tendo algum tipo de dúvida.

Devo dizer que o ponto 1 (e vou ler) refere: “proceda ao aumento da pontuação atribuída por ano a todos os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, independentemente do seu vínculo laboral, no âmbito do descongelamento da carreira, em negociação com as estruturas representativas dos trabalhadores. É

isso que está feito. Isso está concluído. Não diz se é um ponto e meio, se é dois pontos, é um ponto e meio, mas aqui não fala nisso.

Isso está assegurado e o processo negocial feito com os sindicatos assume exatamente isto.

A dimensão que refere de 2004 a 2008, não foi incluída neste processo negocial, por isso é que não está fechada, nem está aberta. Neste processo negocial, foi tudo aquilo que tem a ver com o ponto e meio fora deste período.

Vou esclarecer a questão dos dois pontos, de 2004 a 2008, para que não restem quaisquer dúvidas.

Para já, e desde logo, o enquadramento legal para que esta carreira pudesse ser valorizada, ou ter esse tempo de serviço relevado, conforme refere, não existia. Esta carreira não existia neste período.

Exatamente o problema dos dois pontos, de 2004/2008, assenta na circunstância destes trabalhadores terem ficado excluídos do processo de relevância do tempo de serviço, pelo facto de não terem, nesse momento, a sua carreira revista. Assenta apenas e só nisso. Pelo facto de naquela altura não terem a carreira revista, não foram tidos em conta no processo de relevância do tempo de serviço, que foi previsto no Decreto Legislativo Regional 26/2008/A, de 24 de julho.

Estamos a falar em 2008, estamos em falar em julho de 2008, estamos a falar precisando exatamente em pré-campanha eleitoral para as eleições de 2008.

Desde 2008 até 2020, estamos a falar em 12 anos...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma boa desculpa!

O Orador: É a verdade!

De 2008 a 2020 (é verdade) nada foi feito...

Deputado Carlos Silva (PS): Passe à frente!

O Orador: Pois, eu percebo que o PS quer passar à frente deste tempo. O problema é que os profissionais de saúde que andaram estes anos todos a sofrer,

sem serem justamente remunerados, não passaram à frente. Passou à frente foi os problemas deles que não foram resolvidos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso é que passou à frente. Foi o tempo a trabalhar, ano após ano, promessa após promessa, sem isso ser resolvido. Foi isso que aconteceu. Mas pronto!

O que é certo é que, de 2008 a 2020, nada foi feito pelo Partido Socialista, pelo Governo Regional, pelos Srs. Deputados, pelos Diretores Regionais e por todos os que estiveram ligados ao processo, para regularizar essa situação, tanto é que estamos aqui. Estamos aqui agora, exatamente, a tentar resolver, em seis meses, aquilo que os senhores não resolveram em mais de 10 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É isso que estamos a fazer e de uma forma (devo dizer e reiterar aquilo que já afirmei) que merece da parte da tutela grande satisfação, porque temos envolvidos os justos representantes dos trabalhadores, as suas associações sindicais, de uma forma séria, serena, isenta e com espírito construtivo que levou à circunstância de termos chegado aqui e o processo estar com o acordo concluído.

Ficou só apenas de contabilizar estes valores, que foram os valores que referi agora aqui, que estávamos a aguardar para assinar e formalizar o acordo e proceder ao pagamento no sentido daquilo que está negociado.

Respondendo ao Sr. Deputado Pedro Neves, sobre a questão das outras carreiras da saúde, não referi na minha intervenção inicial, exatamente porque estávamos a falar destes, mas aproveito a oportunidade para referir também que o Governo Regional já chegou a acordo com as estruturas representativas dos enfermeiros. É um processo muito complexo, um processo que levou algum tempo, sobretudo pelo impacto financeiro que tem.

Estamos a falar em cerca de 12.5 milhões de euros e está acordado com os enfermeiros que nesta legislatura vamos pagar 9.5 milhões de euros. O grosso é pago já nesta legislatura.

Dentro desta legislatura, o maior valor é pago já este ano.

Normalmente estas negociações fazem com que, negoceia-se agora e protela-se no tempo o pagamento, havendo os determinados períodos de carência, mas este Governo faz diferente. O grosso é pagar já, porque as pessoas estão cansadas de esperar por aquilo que é a justa retribuição do seu trabalho

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que vai ser feito é pagar já este ano. O ano que tem maior pagamento é este ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Por isso, mais do que palavras, estamos a falar de atos, estamos a falar de concretização daquilo que era a expectativa e daquele que é o compromisso. Compromisso é uma palavra que tem de ter verdadeiramente sentido e o sentido do compromisso é isto, é cumprir. É isso que estamos a fazer.

Por isso, relativamente aos enfermeiros está fechado o processo. Implica um impacto de 12.5 milhões de euros, nesta legislatura de 9.5 milhões de euros e, neste ano, 3.5 milhões de euros.

Relativamente aos farmacêuticos também está o processo concluído.

Relativamente aos assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores, isto é, as carreiras gerais da saúde, está o processo iniciado também para concluirmos.

Relativamente às carreiras médicas é um processo que se irá iniciar.

Estamos a fazer isso. Não podemos fazer ao mesmo tempo, não podemos fazer de uma forma que não seria séria, quer dizer vamos pagar tudo já ou então fazer aquilo que aconteceu que é mandar publicar depois de saber que ia mudar de governo, não vamos fazer isso.

Também ao contrário daquilo que era feito, não esperamos para o período antes de eleições para fazer, para anunciar ou para pagar. É imediatamente, é fazer já. Agora é que temos de fazer e é essa forma de fazer política que penso que também marca este tempo. É isso que os açorianos esperavam e é isso que prova aos açorianos, que é possível e devem acreditar naquilo que lhes é prometido.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, quando o senhor diz que o ponto 1 está resolvido, não está resolvido. E passo a explicar porquê? Porque nós não definimos nem o número de anos, nem os anos, nem os pontos a atribuir. Aí é que está a diferença e foi para isso que eu alertei ainda, aquando da discussão aqui do Projeto de Resolução do CDS e disse que era limitado e condicionava, era exatamente porque sabia que havia essa questão de 2004 a 2008.

Portanto, quando o Sr. Secretário diz que está resolvido, não está resolvido, porque o senhor acabou de dizer que...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Está em negociação com as estruturas representativas!

A Oradora: Não! Desculpe, mas não está.

Eu acabei de falar com uma pessoa, desta área, que me garantiu que a questão dos dois pontos entre 2004 e 2008 não está resolvida. Que continua à espera de uma reunião que o Sr. Secretário iria agendar e que ainda não foi agendada.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): A senhora não sabe o que está a dizer!

A Oradora: Eu sei. Foi aquilo que me disseram!

Sr. Secretário, tenha calma. Vamos manter a calma, o senhor aí e eu aqui; eu a perguntar e o senhor a responder. Mais nada! É isso que vai acontecer, Sr. Secretário.

Portanto, o que eu quero saber é se essas estruturas sindicais abdicaram dos dois pontos entre 2004 e 2008.

O senhor, como todas as Sras. e Srs. Deputados, aqui, nesta Casa, sabem que o facto desta carreira não ter sido revista não foi culpa destes profissionais,...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Foi culpa minha?

A Oradora: ... e se os senhores que se arrogam de dizer todos os dias, e o Sr. Secretário acabou de arrogar, dizendo que queria resolver tudo e queria devolver a justiça e tudo o que não tinha sido feito, então tem toda a oportunidade agora para fazer isso. E a oportunidade para dar um sinal a essas pessoas que realmente quer resolver essa questão dos dois pontos é sentar-se com eles, continuar a negociar, chegar e fechar. É só isso, porque o Sr. Secretário quando diz que é uma porta que não está aberta, nem está fechada, Sr. Secretário, está entreaberta, se vier uma corrente de ar fecha a porta e pronto.

O que pode acontecer, e o que aconteceu provavelmente com o Projeto de Resolução do CDS, foi vento encanado, a porta fechou, acabou!

Sr. Secretário, torno a dizer: estas pessoas, estes profissionais, não têm culpa das suas carreiras não terem sido revistas à altura da carreira, por exemplo, dos enfermeiros, que foi revista e bem revista.

Eles não podem continuar a ser prejudicados, e duplamente prejudicados, por causa disso.

Sr. Secretário, se o Sr. Secretário tem tudo nas suas mãos e quer fazer o bem, e está a fazer, então dê mais uma prova de que está aqui para isso. É só isso, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa, pelo Partido Socialista. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou gastar muito tempo para eternizar um tema e uma proposta que está a ser debatida, para ser votada, até porque já se percebeu que todos nós, de alguma forma, concordamos com a bondade da mesma, mas sem antes dizer que era importante repor de alguma forma a verdade, e o Sr. Secretário certamente terá nota disso, que não é verdade que não se tenha feito nada para trás.

É verdade que existiu, e sabe disso, sinalizado e formalizado, um contrato escrito com esses profissionais do setor. É verdade que não era tão abrangente como a proposta que é agora apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Também lhe ia dizer, Sr. Secretário, que o sucesso que teve o acordo que conseguiu com os profissionais do setor, é para nós também um motivo de regozijo...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ah é? Não parece nada!

O Orador: ... e, portanto, não precisa de se exaltar, não precisa de tentar refazer aqui um conflito que não existe, porque, de facto, esse seu sucesso, na nossa perspetiva, se for conseguido, será também o nosso sucesso, porque é para bem de todos os profissionais desse setor.

Aliás, o tema que aqui está em debate, o título desta proposta fala em justiça e equidade. Esses são dois valores que acredito que pertençam a todas as bancadas aqui presentes, mas são também valores queridos e praticados pelo Partido Socialista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Secretário Regional da Saúde. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer, de uma forma breve, as questões que já esclareci, mas vou reiterar o pretense esclarecimento.

A questão do enquadramento legal foi aquele que referi, penso que está mais do que claro, e também referi exatamente isto: esta dimensão de 2004 a 2008, foi acordada, connosco e com os sindicatos, que não fazia parte desta fase negocial. Foi isto que foi acordado e vou esclarecer a Sra. Deputada, por isso disse que não sabia, porque eu é que estive lá. Estivemos em várias reuniões, são várias reuniões que têm acontecido.

Da forma como a senhora fala, parece que eu prometi uma reunião que nunca fiz. Não é verdade. Eu prometi e fiz várias reuniões. Temos feito várias reuniões, sucessivas, e na sequência dessas várias reuniões que temos feito... Todas as semanas temos feito reuniões com profissionais do setor da saúde, por isso conseguimos chegar a este resultado que estamos aqui a apresentar.

Na sequência disso ficou acordado que nesta fase negocial, esta questão, de 2004/2008, não estava incluída e fechámos a fase negocial relativamente ao ponto e meio, exatamente com o ponto e meio e com este impacto financeiro que agora anunciei, sem prejuízo de abrirmos outra fase negocial relativamente a esta questão de 2004/2008.

Foi isto que se passou e é esta a verdade.

No que diz respeito àquilo que foi feito, ou não foi feito, de facto, sim. Há aqui uma convenção coletiva de trabalho, que a 28/2020, curiosamente de 25 de novembro, um dia depois deste Governo tomar posse.

Como esta há várias convenções coletivas de trabalho, do anterior Governo, que esteve 24 anos (obviamente que não foram 24 anos sempre com este problema, porque os problemas foram surgindo) e esperou para o dia depois de sair do Governo, em que entrava em funções outro Governo, para mandar publicar estes acordos.

Assim, muito obrigado!

Conto-vos uma história:

Havia uma senhora, que era vizinha da minha avó, que fez uma promessa para ir com a minha avó à Serreta.

Minha avó disse: “mas eu não fiz promessa nenhuma!”

Fazer promessas para os outros pagarem, é muito fácil.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

No que diz respeito ao facto das negociações estarem concluídas, nos vários profissionais de saúde, vou citar apenas a parte final do comunicado, do insuspeito Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que diz o seguinte:

“Foi, finalmente, posto um ponto final em assuntos que estavam em cima da mesa, por resolver, há vários anos”.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto foi dito a 9 de julho, deste ano.

Perante isto, por muito que seja a pretensa satisfação de todos, relativamente aos sucessos que estamos a ter nestes processos negociais, mas sobretudo relativamente àquilo que é a justa retribuição efetiva dos trabalhadores da saúde da Região, tudo o que seja manifestado de incómodo, apenas diz muito de quem o manifesta.

Estes dias têm sido pródigos nesse sentido, mas por aquilo que estamos a ver, por aquilo que se antevê, só desejo que não percam a energia e a vontade de colaborar neste incómodo que revelam pelos sucessos desta governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu costumo acompanhar os trabalhos do Governo, é uma das minhas funções. Portanto, agradecia que não me chamasse ignorante.

A questão aqui é que o senhor reuniu, e tem razão. Reuniu, mas não foram convocados todos os sindicatos ao mesmo tempo. Num dia foi convocado um sindicato, no outro dia foram convocados outros dois sindicatos. Pode ter sido por indisponibilidade de algum dos sindicatos. Não sei!

Sr. Secretário, eu vou ler-lhe aquilo que está registado em audição e que é parte daquilo que a Dra. Carla Silva, dirigente do sindicato, disse:

“E, realmente, na atribuição dos pontos, faltaram os anos 2004 a 2008, que o Sr. Secretário, na Assembleia, disse que seriam conversados, mas neste momento

ainda estamos a aguardar o agendamento dessa reunião com bastante ansiedade, até pela parte dos profissionais.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há quantos meses?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Estivemos reunidos!

A Oradora: Se me deixassem acabar, eu continuava.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Mas isso não tem razão de ser!

A Oradora: Posto isto, o senhor chega hoje aqui e diz que já reuniu e que a primeira fase está fechada e, provavelmente, poderá haver uma segunda fase para tratar exatamente do tempo de 2004 a 2008.

Sr. Secretário, então se assim é, eu continuo a dizer que se o senhor tiver realmente vontade de resolver a questão...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não tenho vontade nenhuma!

A Oradora: Sr. Secretário, eu não estou a dizer que não tem. Eu comecei por fazer elogios à sua prestação, Sr. Secretário. Calma! Eu comecei por elogiar a sua prestação. E para provar que realmente está ao lado destas pessoas e que quer realmente resolver esta situação, o senhor tem uma oportunidade excelente aqui, que é exatamente aquilo que já disse e torno a referir: este ponto 1 não define os anos, nem define os números a atribuir.

Sr. Secretário, este ponto continua sem estar resolvido. Está o mínimo resolvido, que é a questão um ponto e meio, que foi acordado.

Os dois pontos, entre 2004 e 2008, não está acordado, portanto, não está resolvido, Sr. Secretário. Por muito que o senhor diga que está, não está. Há uma lacuna entre 2004 e 2008.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Sr. Secretário já disse que não está!

A Oradora: Neste momento, e torno-lhe a perguntar, Sr. Secretário:

Porque é que continua a dizer que isto está resolvido, se, entre 2004 e 2008, não está resolvido?

Está o senhor a desmentir os sindicatos?

Sr. Secretário, então continuo a dizer: este ponto 1 não está resolvido na íntegra, portanto, continua a questão dos dois pontos por resolver. E é isso que nós estamos aqui a fazer hoje, é a resolver uma situação que toda a gente criticou, que toda a gente critica, que fizeram bandeira de campanha política com esta questão, mas que agora na oportunidade de deixarmos aqui um voto de confiança a essas pessoas, o que acontece, não é.

Falta o fermento, falta o cimento, falta tudo.

O que existe é uma atitude fechada...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Fechada?

A Oradora: Desculpe, em relação a esse assunto existe uma atitude fechada relativamente a este ponto 1, porque se houver realmente uma intenção de resolver esta situação entre 2004 e 2008, o Sr. Secretário pode dizer. Assuma!

Nós queremos resolver e por isso vamos aprovar isto. Pronto!

Também coloco esta questão aqui às restantes bancadas. É que se realmente houver intenção de resolver esta situação, entre 2004 e 2008, tem aqui uma oportunidade única, porque caso votem contra só pode acontecer uma coisa, é que, àqueles profissionais, com os quais fizeram bandeira política e disseram que iam resolver a situação, agora, estando numa situação governativa no poder, que querem resolver todas as questões, vão dar a ideia a estas pessoas, que estão a acompanhar este debate, que afinal não querem resolver.

Portanto, desafio as Sras. e os Srs. Deputados, desafio-vos, a que, juntos, tentemos encontrar uma solução para que estas pessoas vejam...

Deputado João Bruto da Costa (*PS*): Tenha paciência!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): O Sr. Secretário acabou de dizer que essa parte ficou fora da negociação. Qual foi a parte que a senhora não ouviu?

A Oradora: Srs. Deputados, a partir do momento em que o Sr. Secretário diz que o ponto 1 está resolvido, quando falta resolver esta lacuna entre estes anos, não está resolvido.

Portanto, estão a ser coniventes com isto e usaram essas pessoas para campanha.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Quental. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Quental (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra, não é verdade! O Governo está a resolver, finalmente, a situação de todos os profissionais de saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Neste momento, eles estão satisfeitos, eles querem isso resolvido.

Lembra-se da petição que foi lida aqui há uns meses? É isso que eles querem, é ver já resolvido.

E, felizmente, há uma grande parte do assunto que está resolvido, um ponto e meio. De certeza que eles estão muito satisfeitos com isso.

Deputada Alexandra Manes (BE): Basta o assunto estar resolvido!

A Oradora: Vamos outra vez batalhar com a conversa da relevância do tempo, 2004/2008! Está em aberto. O que é que o Sr. Secretário disse?

Deputada Alexandra Manes (BE): Disse que parte do assunto está resolvido!

A Oradora: Está em aberto.

E quem é que tem direito a esta relevância? Quem tem a pontuação de bom e de muito bom, que foi considerado relevante.

Nem todos os funcionários públicos tinham bom e muito bom, na sua categoria.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): É verdade! Este Governo trabalha, não faz milagres!

A Oradora: Este assunto, por aquilo que o Sr. Secretário acabou de dizer, é para ser negociado mais tarde.

Se neste momento, após as audições que nós tivemos em condição, o Sr. Secretário acordou com os sindicatos que seria um e meio a partir de 2009, então certamente que vamos apoiar isto. Está certíssimo. Os técnicos estão felizes.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem, Ana!

A Oradora: É isso que é preciso resolver.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Neste momento, o que me apraz dizer realmente é que após anos de luta, foram vigílias, foram greves, foram petições, felizmente está-se a fazer justiça.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem, Ana!

A Oradora: Ainda hoje falei com alguns técnicos e eles estão muito satisfeitos, porque finalmente vão ver a sua carreira a progredir, a melhorar, porque realmente a carreira deles só foi alterada em 2017.

Os enfermeiros e outros técnicos, que a senhora tanto insiste, foi mais cedo. Olhe, são as circunstâncias das profissões, mas isso não podemos ser nós.

Finalmente, o Governo está realmente a resolver as assimetrias, os acordos estão a ser feitos profissionalmente e o Governo está de boa-fé, minha senhora.

Portanto, em relação ao vosso projeto, o Sr. Secretário já explicou, e bem, os pontos que realmente são inconsequentes. Neste ponto nós não podemos concordar consigo e não vamos apoiá-la.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dar nota de que o Sr. Secretário, mais uma vez, profere aqui uma inverdade. Quando fala na resolução de um problema com mais de 10 anos, não corresponde efetivamente à verdade. A carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica foi aprovada em 2017. Falar em mais de dez anos, quando a transição dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, para a carreira especial, nas áreas de técnicos superior de diagnóstico e terapêutica, só seria exequível com a publicação e entrada em vigor do Decreto de Lei n.º 25/2019, e, conseqüentemente, ocorrer após a concretização das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório dos trabalhadores abrangidos por aquela transição ao abrigo da Lei do Orçamento do Estado.

Como é que pode falar em mais de 10 anos, quando a Lei do Orçamento de Estado, para 2020, é que estabeleceu a respetiva regulamentação, no que concerne ao normal desenvolvimento da carreira? Isto não corresponde efetivamente à verdade.

Ao falar em mais de 10 anos, recorre, ao fim e ao cabo, ao seu estilo habitual das inverdades e de tentar denegrir o passado para escamotear, assim, a inação do seu presente.

Já aqui foi dito, e acabo por lembrar o Sr. Secretário, que ao reportar-se e procurar denegrir demagogicamente o passado, V. Exa. arrisca a um tropeção efetivamente no futuro e não é no seu, é no de todos nós.

O futuro é hoje, Sr. Secretário. Não procure, com o passado, escamotear o que não quer realizar no presente. A verdade é esta: os técnicos concordam com dois pontos entre 2004/2008; o PSD concorda com dois pontos entre 2004 e 2008, o Sr. Secretário é que não concorda.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): E o PS o que é que fez?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo CDS-PP, o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu vou usar o cliché do “eu não era para intervir”. Acho que se o Sr. Deputado Tiago Lopes tivesse dito isso, se compreendesse melhor aquilo que afirmou.

Há uma coisa que não percebo: vem falar dos 10 anos.

O Sr. Secretário fez uma citação de um comunicado do SEP. Estamos a falar de enfermagem e da reposição dos 10 anos. Efetivamente era um problema com cerca de 10 anos que não foi resolvido pelo anterior Governo. Isso é uma verdade!

Não estava a falar dos técnicos e da alteração da carreira, em 2017. Ou seja, foi confundir aquilo que aparentemente uma pessoa, com as responsabilidades que teve no passado, não deveria ser fácil de confundir.

Depois também vejo com muito interesse aquilo que foi a sua intervenção inicial. Foi discorrendo aqui sobre os pontos resolutivos desta proposta do Bloco de Esquerda e disse que considera e vê com muito agrado, até já havia acordo, era entendimento do Partido Socialista.

Eu digo-lhe qual era o entendimento do Partido Socialista. O entendimento do Partido Socialista foi, de 2004 a 2008, zero pontos; de 2009 a 2018, suprimiram 10 anos de carreira a todos os profissionais que estavam a trabalhar, fazendo o

quê? Atribuindo-lhes os 10 pontos, um ponto por ano, progredindo na anterior tabela salarial, que começava com uma base de 1020 euros e atribuíram...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... 1207 euros, quando, em 2018, quem entrasse na carreira, já estava a auferir 1205 euros. Ou seja, os senhores, com a mera quantia de 2 euros/mês,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... apagaram 10 anos de carreira a estes profissionais. Foi isto que o senhor fez, o Governo ao qual o senhor pertenceu.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Depois, o Sr. Deputado João Vasco Costa também vem dizer que justiça e equidade é uma coisa que o partido... Acho que partilhamos todos. Justiça e equidade queremos todos, mas a realidade é que foi este Secretário e foi este Governo que fizeram justiça e equidade com estes profissionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Digo-lhe mais:

Foi aprovada nesta Assembleia Legislativa Regional, uma proposta do CDS para se fazer a relevância do tempo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... com um ponto e meio por ano, que era efetivamente a reivindicação destes profissionais (um ponto e meio!).

Três meses depois temos o resultado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto mostra que este Governo está a trabalhar e quis resolver o assunto. Isto é que é justiça, equidade e trabalhar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Depois, voltando ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda. A Deputada Alexandra Manes diz que o ponto 1 não está atendido, e por isso esta esta proposta tem de ser aprovada.

O que diz aqui é: “proceda ao aumento da pontuação atribuída por ano a todos os TSDT”.

Ou seja, foi atribuído um ponto e meio, de 2008 a 2017, que era a reivindicação dos técnicos.

Agora o que é que isto quer dizer? Que se calhar vamos rever para dois pontos, é?

É que até isto abre porta a isso também, porque diz: “proceda ao aumento da pontuação atribuída por ano a todos os TSDT”.

Foi atribuído um ponto e meio e agora a Assembleia Legislativa Regional já vem dizer que temos de proceder ao aumento da pontuação atribuída. Só agora é que foi atribuído...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... um ponto e meio, não foi no passado. Foi agora! **Deputada**

Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E está a dizer para proceder ao aumento da pontuação.

Depois vem falar dos dois pontos, de 2004 a 2008. A Sra. Deputada vai-me permitir, mas eu julgo que nem sequer foi ao fundo da questão, nem sequer sabe muito bem de onde é que vem esses dois pontos e qual é que é a reivindicação.

Deputada Alexandra Manes (BE): Está a chamar-me ignorante como o Sr. Secretário?

O Orador: Isso tem a ver com equiparações a outros profissionais. Inclusivamente, o bónus César, que foi atribuído aos enfermeiros e não foi atribuído a outros profissionais,...

Deputada Alexandra Manes (BE): Porquê?

O Orador: ... por sua vez, quando se começou a discutir as carreiras, achou-se que, por uma questão de igualdade, também aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica deveriam eventualmente ver contabilizado esse tempo.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Há uma coisa que é a realidade. O Sr. Secretário já fez a contabilização do tempo de serviço destes profissionais de 2008 a 2017. Já está, a breve trecho. Isso já foi tudo acordado com os sindicatos.

Está quantificado, são duzentos e poucos profissionais (agora falhou-me o número exato).

Os profissionais de 2004 a 2008, não sabemos muito bem quantos são, mas são certamente uma fração desse número. Por isso o que é verdadeiramente importante foi resolvido.

A porta continua aberta, as negociações continuam em aberto e se se chegar à conclusão que efetivamente faz sentido, não é com esta resolução, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Está a dar-me razão! Obrigada!

O Orador: Se, efetivamente, houver direito e se fizer sentido fazer a avaliação desse tempo de serviço a dois pontos, por algum motivo se considerar que o bónus César foi discriminatório, positivamente, para os enfermeiros e não foi para os outros profissionais, se isso fizer sentido, aí tudo bem, o Sr. Secretário mostrou abertura para que isso se se resolvesse. Não vi aqui ninguém a fechar a porta a essa discussão.

Disse que obviamente não é prioridade porque, neste momento, o que urgia efetivamente resolver era uma situação de 10 anos que foram sonogados a todos os profissionais, porque foram aprovados em cima das eleições, em que com

dois euros estávamos a pagar 10 anos de serviço desses profissionais. Essa é que é a realidade e foi este Governo que corrigiu essa injustiça.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, só para esclarecer e repor as coisas no seu devido lugar.

A audição que a Sra. Deputada citou é de 31 de maio. As reuniões ocorreram em junho e julho. Por isso, aquilo que disse, que as reuniões não aconteceram, aconteceram em junho e julho e, foi na sequência dessas reuniões de junho e julho, que essa dimensão da reivindicação dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica não ficou neste negócio, conforme é dito na vossa resolução, em negociação com os sindicatos.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Nem sabe o que escreveu!

O Orador: Em negociação com os sindicatos foi determinado que esse aspeto não seria, neste momento, abordado. Foi isso que foi decidido nas reuniões com os sindicatos que manifestaram muito agrado por finalmente a situação ficar resolvida e termos um ponto e meio para todos, independentemente do vínculo, ao contrário do que estava prometido, e até ao contrário do que eram as

expectativas de alguns, que era só de um ponto. Está concluído que é um ponto e meio. Esse processo está resolvido e por isso está fechado.

Agora, pode abrir-se outro processo que não tem a ver com esse. Isso tem a ver também, obviamente, com o enquadramento legal para podermos resolver e há uma dificuldade no enquadramento legal, porque não havia essas carreiras em 2004 e 2008, mas é um processo que não está fechado. Vamos continuar a negociar, de acordo com as capacidades financeiras da Região.

Estamos a gerir aquilo que é possível, obviamente, dando prioridade àquilo que o PS não deu, por isso é que agora estamos a resolver aquilo que os senhores não resolveram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: A diferença é tão simples quanto essa. “Branco o é, galinha o põe!”. É tão simples quanto isso.

No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes, acabou a intervenção a dizer que o Sr. Secretário está contra. Já percebemos qual é a sua visão relativamente ao Secretário da Saúde. Todos os açorianos já perceberam isso.

Imaginem que eu estava a favor!...

Se estando contra, nas suas palavras, estamos a resolver tudo isso da forma como estamos a resolver, mas dá-lhe jeito ao discurso, dá-lhe jeito à posição que o senhor quer sustentar politicamente, dizer que eu estou contra.

Mas devo dizer que a sua postura, aqui, no início, por estranho que era, para aquilo que eu achava que eram as prioridades da saúde e o sentido de responsabilidade que devíamos ter, eu estranhei.

No início, ficava, reconheço, com algum incómodo perante aquilo que ouvia, porque era estranho, mas já percebi, como os açorianos também já perceberam, porque isso não me incomoda nada o senhor dizer o que é quer dizer, diga o que

quer dizer, diga que eu estou contra. Eu não me ocupo com isso e muito menos me preocupo com isso.

Eu ocupo-me e preocupo-me em resolver os problemas dos açorianos, em resolver os problemas de décadas que os senhores não resolveram.

2004/2008!

É verdade! Em 2004/2008, esta questão não foi resolvida, porque não havia enquadramento legal. É verdade, como bem disse. Mas de 2008 a 2020, os senhores tiveram 12 anos, mais do que 10, para dar enquadramento legal e para resolver essa situação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor diz que não tem agora! Completamente contraditório!

O Orador: Os senhores fizeram? Não fizeram!

Obviamente que são mais 10 anos, exatamente por causa disso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Os senhores tiveram exatamente de 2008 a 2020 tempo para resolver o problema, para dar o enquadramento legal.

O senhor vem agora também reivindicar que nós resolvamos o problema de 2004/2008.

Então, é porque acha que é possível resolvermos o problema de 2004 a 2008.

Se no seu entendimento é possível resolvermos o problema de 2004 a 2008, porque é que de 2008 a 2020 os senhores não resolveram? De 2008 a 2020 são 12 anos!

Parece-me que é simples, é evidente.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 12 anos não resolveram aquilo que os senhores querem que nós resolvamos agora.

E termino dizendo que, ao contrário daquilo que foi referido, não usamos ninguém para campanha.

Usar para campanha é prometer e não cumprir!

Usar para campanha é prometer em véspera de eleições e não cumprir!

Nós cumprimos logo após eleições! Em seis meses! Em seis meses concretizámos.

Também diz: se tivesse vontade resolvia!

Por termos vontade política e determinação é que estamos efetivamente a resolver.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, Sr. Presidente, e se me permite, vou começar por responder a um comentário que eu ouvi, por parte do Sr. Presidente do Governo Regional, que disse eu nem sabia o que é que tinha escrito.

Deputado José Ávila (*PS*): Que humildade!

A Oradora: Olhe, Sr. Presidente do Governo Regional, com todo o devido respeito, eu não só sei aquilo que escrevi, como sei aquilo que eu digo.

Ainda tem mais uma coisa, Sr. Presidente: é que a mim, as pessoas entendem-me. Não precisam de ir para o dicionário, nem para o Google, tentar descodificar mensagens que se calhar nem o Sr. Presidente sabe o que é que quer dizer. É muita figura de estilo e pouca clareza.

Relativamente à Sra. Deputada Ana Quental, Sra. Deputada eu não queria dizer isto, porque a minha seriedade impede-me muitas vezes das coisas. Não vou pedir para ser entregue a todas as bancadas parlamentares, a transcrição da audição, até porque todos têm acesso a isso.

O Sr. Doutor Fernando Zorra explicou-lhe, por A mais B. Quase que parecia um desenho para lhe explicar a diferença entre as coisas.

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP)

A Oradora: Com licença!

A senhora, à altura, até disse que eles tinham razão. Mas pronto, fiquemos por aqui!

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Rui Martins falou, já não é a primeira vez que tenta fazer um “bullying”. Já na outra vez foi assim, que eu não tinha ido a fundo, que eu não sabia, isto e aquilo.

O Sr. Deputado Rui Martins é a única pessoa aqui que percebe realmente disso.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E percebe! Sentiu na pele!

A Oradora: E por perceber tanto disto é que lhe fica mal, perante os seus colegas, a atitude que está a tomar, em defesa do Governo, e não em defesa destes trabalhadores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Apresentámos a nossa iniciativa!

A Oradora: À altura, e torno a dizer – e digo eu, porque fui eu que estava aqui a defender a proposta, que era do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda – dissemos que em relação àquela proposta, ela falava somente no mínimo que aqueles trabalhadores queriam, que era um ponto e meio, e chamei bastantes vezes à atenção para a lacuna que havia entre 2004 e 2008. Agora, o que parece aqui é que afinal não sabiam que havia isto.

Havia, e as Sras. e os Srs. Deputados sabiam!

Portanto, quando fizeram aquele Projeto de Resolução e quando o defenderam, já sabiam que existia. Portanto, não façam agora que não sabiam que não existia. Sejam sérios, sejam honestos!

Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Saúde, e para terminar, a minha pergunta é só uma: quando é que vai reunir com os sindicatos para resolver esta questão dos dois pontos, entre 2004 e 2008?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A Sra. Deputada é gestora da Agenda do Sr. Secretário!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebi, das intervenções da Sra. Deputada Ana Quental e do Sr. Deputado Rui Martins, que o óbice para aprovar este diploma é que já estava resolvido. Portanto, não fazia sentido nenhum. Era uma coisa como se fosse extemporâneo.

Então vou passar a fazer uma pergunta a qualquer um dos senhores e, inclusivamente, estendo-a também ao Sr. Secretário Regional, não com isto querendo dizer que ponho em causa a honorabilidade do acordo verbal, ou de qualquer acordo que o Sr. Secretário faça. Não é essa a minha intenção. Mas como bem sabe o Sr. Secretário, e os senhores também calcularão certamente, um acordo verbal, até estar subscrito, por uma circunstância qualquer que ela seja, pode não ser efetivamente assinado.

Portanto, dizer que o assunto está resolvido não é inteiramente rigoroso do ponto de vista do efeito prático e, por isso, eu pergunto, se porventura, por alguma razão, alguns dos senhores, que vai subscrever o artigo, der uma topada e não assinar o contrato, como é que nós resolvemos o problema?

Qual é o problema?

Toda a gente reconhece a bondade, a justiça e equidade dos técnicos de diagnóstico. Qual é o problema?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Há um projeto anterior, que já foi aprovado, que resolve essa situação!

O Orador: Esse acordo não está ainda firmado efetivamente. É feito.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas precisa de mais uma resolução para a mesma coisa?

O Orador: Eu acredito na seriedade da palavra dada pelo Sr. Secretário, acredito na seriedade da palavra dada pelos senhores que acordaram com o Sr. Secretário, mas efetivamente não está.

Portanto, ninguém pode, em rigor, dizer que ele existe desta forma, em termos formais, digamos assim.

Portanto, a pergunta que deixo é exatamente esta?

Os senhores garantem que esse acordo vai ser assinado só porque sim?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não é porque sim, é porque está acordado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está-se a passar aqui algo que é extraordinário.

Nós, em março (penso que foi em março!), aprovámos, por unanimidade, nesta Assembleia, uma resolução do CDS-PP relativamente a este assunto que determinava aquilo que o Governo devia fazer relativamente aos TSDT.

O Governo fez. O Governo reuniu com os sindicatos, estabeleceu um acordo, as negociações decorreram e o acordo está feito. O acordo não é só verbal. É um compromisso político assumido, publicamente, pelo Governo Regional, e isso

vale a palavra do Governo Regional. Não é preciso um notário privatizo para reconhecer assinaturas de que esse acordo está feito. O acordo está feito.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: O acordo está realizado.

Portanto, relativamente ao Bloco de Esquerda, os senhores do Bloco de Esquerda com a arrogância que lhes vimos neste debate, uma arrogância a todos os títulos lamentável, porque não tem nada que ver com aquilo que está a ser discutido.

O que os senhores trazem aqui foi completamente ultrapassado não só pela Resolução que foi aprovada anteriormente por esta Assembleia, por unanimidade, e por unanimidade significa que o Bloco de Esquerda também votou a favor, e depois vêm fazer uma outra Resolução.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não! É a mesma resolução!

O Orador: Esta resolução, primeiro, deixou de fazer sentido naqueles pontos resolutivos que eram possíveis serem cumpridos por este Governo. Deixou de fazer sentido, porque estão cumpridos por este Governo.

Relativamente a um ponto desta Resolução que nem sequer é legalmente possível ao Governo cumprir, que é o ponto 3 da Resolução, os senhores tiveram o cuidado de vir dizer a esta Assembleia, sabendo que só os senhores é que podem alterar a vossa própria Resolução, que ela não pode ser cumprida.

Portanto, a inutilidade desta resolução, para além da ilegalidade que é recomendar ao Governo fazer uma coisa que não pode fazer, legalmente,...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: ... devia ter levado o Bloco de Esquerda a reconhecer que este Governo atuou com toda a lisura, negociou com os sindicatos, fechou um acordo com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que estavam há anos à espera de verem reconhecidos os seus direitos e, simplesmente, retiravam esta Resolução porque ela não faz qualquer sentido, porque além de inútil é ilegal.

Muito obrigado.

Deputados Pedro do Nascimento Cabral (PSD) e Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário teve aqui o apoio do Sr. Deputado Rui Martins, nas inverdades, novamente relativamente à questão de mais dez anos para a resolução desta situação.

Volto a lembrar: a carreira foi regulamentada em 2017, a transição foi regulamentada através do Decreto-Lei de 2019 e depois, com a Lei do Orçamento de Estado de 2020, é que se estabeleceu a respetiva regulamentação no que concerne ao normal desenvolvimento da carreira.

Portanto, relativamente a este aspeto, penso que mais clareza do que esta não pode haver.

Naquilo que nós estamos aqui a tratar, como eu referi, houve aqui um compromisso assumido pelo anterior Governo, com os sindicatos, e uma posição publicamente assumida, pelos próprios sindicatos, de estabelecer um protocolo efetivamente com o Governo Regional para, nesta legislatura serem reapreciadas as questões que estavam pendentes.

O que aqui se regista, no fundo, é a incoerência negociada entre este Governo e as estruturas sindicais, considerando a posição assumida pelo PSD em Comissão de Política Geral, perante as próprias estruturas sindicais, que

concordam com o proposto pelo Bloco de Esquerda, nomeadamente a atribuição de dois pontos entre 2004/2008.

E, indo ao encontro da praticidade do Sr. Presidente do Governo, eu passo a citar a posição do PSD em sede de Comissão de Política Geral e que consta no relatório e parecer desta iniciativa.

“Concorda que sejam atribuídos os dois pontos em 2004 e 2008, por uma questão de equidade.”

Daqui se conclui, portanto, que o que é dito e assumido pelo PSD, e consequentemente por este Governo, não é feito.

Em cerca de oito meses, para aqueles que são os mais atentos, não é novidade, mas pelo menos nesta matéria, PSD e Governo, com a presente proposta do Bloco Esquerda, teriam ainda a possibilidade de cumprir e concretizar o já assumido, ou seja, como já foi aqui falado hoje, dar conteúdo prático àquilo que já foi dito e escrito.

Portanto, neste aspeto, aquilo que se questiona é o porquê de o Governo Regional não concordar com a posição do PSD e com a própria posição das estruturas sindicais?

Isso é só uma fração, Sr. Deputado Rui Martins. Lamento que a sua política, e a deste Governo se guie, apenas e só, por maiorias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Deputado João Vasco Costa, o que que pergunto é:

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor tem de responder!

O Orador: Sim, sim. O que eu me pergunto e lhe respondo, é, qual é o sentido? Em parte, o Deputado João Bruto da Costa já lhe respondeu, porque é exatamente essa a resposta.

Neste momento, as negociações, no que concerne à atribuição de um ponto e meio, durante o período de 2008 a 2017, que foi aquilo que estava em todas as reivindicações, em petições que subiram a plenário e que foram aqui discutidos, era de um ponto e meio. Isto era uma reivindicação dos profissionais.

Os profissionais, obviamente organizados em sindicatos, mas eram os profissionais que defendiam isso. Não eram os sindicatos, por qualquer conveniência, ou por qualquer acordo, com quem quer que esteja no poder. Era uma reivindicação dos profissionais.

Foi aprovado aqui um Projeto de Resolução, por unanimidade, que recomendava ao Governo Regional atribuir um ponto e meio para aquele período.

O acordo está fechado, nesse particular. Ou seja, não está assinado por força de falta de dados exatos no HDES.

A questão é esta: se por algum motivo, e numa eventualidade do acordo vir abaixo, o Projeto de Resolução do CDS perde o vigor, de um ponto e meio?

É preciso aprovar uma nova Resolução para resolver a mesma coisa que o outro, porque afinal o Governo não terá resolvido? Ou na eventualidade de não resolver, é preciso um novo Projeto de Resolução para o Governo resolver uma coisa que já esta Assembleia deliberou que era para resolver naquele sentido? Não faz qualquer sentido.

Depois, a outra questão dos dois pontos, eu não sei porque é que o Bloco de Esquerda não coloca lá valorizar até ao máximo de 10 pontos por ano?

Era uma janela!

Podia ser um ponto e meio. Ia reforçar.

Digo mais uma vez, a inexatidão ou a amplitude do ponto resolutivo que está em causa.

Como há pouco disse o Deputado Paulo Estêvão, vamos resolver a fome no mundo. Pronto, metemos aqui. E a fome no mundo inclui, o quê? A valorização das carreiras profissionais, acabar com a pobreza, uma série de coisas.

Um projeto resolutivo resolvia isto tudo e o Governo estaria incumbido de resolver tudo.

Por isso não faz qualquer sentido a forma como foi escrito aquele ponto resolutivo.

A questão do enquadramento legal para resolver a situação de 2004 a 2008 é importante e não é este Projeto de Resolução que resolve.

Depois, o Deputado Tiago Lopes assumiu aquilo que já tínhamos discutido anteriormente, que é, em cima das eleições, o Partido Socialista disse: não! Se vocês votarem em nós, nós vamos resolver o problema na próxima legislatura. Foi isto que vocês fizeram, aquilo que eu considereei da última vez, e volto a dizer, como algo de imoral.

Isto não se faz! Não é assim que se negocia com as pessoas. Isso não é ser sério, porque é uma contrapartida: votem em nós e resolvemos o problema.

Como é que resolvem?

O que tinham resolvido anteriormente foi sonegar 10 anos de trabalho aos profissionais em troca de dois euros.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi isso que fizeram.

A outra situação que fizeram foi, os CIT, nunca seriam contemplados, da mesma maneira que os CIT em enfermagem não eram contemplados. Só eram contemplados os contratos de trabalho em funções públicas.

Os Contratos Individuais de Trabalho não eram contemplados. Até isso este Governo resolveu.

É isso que o Sr. Deputado Tiago Lopes tem de dar a mão à palmatória, de que efetivamente o Governo, do qual o senhor fez parte, não resolveu, nem deu

passos, nem nunca mostrou abertura para resolver aquilo que já foi resolvido em três meses.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu pensei que já tinha explicado tudo, desde a minha primeira intervenção, mas vou reiterar.

Relativamente à Resolução, há dois pontos da Resolução, um, por ilegalidade, não faz sentido, o ponto 3, e votar a favor (mas isso depende dos Srs. Deputados, com a legitimidade parlamentar que têm), de uma norma que recomenda uma ilegalidade, é da vossa responsabilidade. Apenas alertei para isso.

O ponto 2 decorria da circunstância de quando deu entrada a Resolução não ter sido publicada a lei que referi em junho. Por isso também deixa de fazer sentido.

Relativamente ao ponto 1, na perspetiva do Governo, está cumprido, mas obviamente que é na perspetiva do Governo, e é isso que devo informar ao Parlamento.

Quanto à data para a reunião, obviamente que não lhe posso dar data nenhuma. Estamos a concluir vários processos negociais, com vários profissionais de saúde, num tempo recorde de seis meses a resolver para encontrar financiamento para proceder ao pagamento.

Obviamente que quando estiver concluído todo este processo das várias carreiras da saúde, iniciaremos outros processos negociais. Obviamente que nessa altura a data será pública e a Sra. Deputada terá conhecimento dessa data.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No que diz respeito ao Sr. Deputado Tiago Lopes, eu também já expliquei, mas sinto que o Sr. Deputado Tiago Lopes gosta mesmo muito de me ouvir. Eu digo as coisas e o senhor diz que eu não disse, que é para me ouvir outra vez. É uma realização que possa promover ao Sr. Deputado e vou satisfazer-lhe o desejo. O senhor vai voltar a ouvir-me dizer o que eu já disse.

O Sr. Deputado diz que 2004/2008, não havia carreira, por isso o Governo do Partido Socialista não poderia ter cumprido. Não foi assim que o senhor disse?

Deputada Andreia Cardoso (PS): 2017!

Deputado João Vasco Costa (PS): Foi no ano 2017, foi o que ele disse!

O Orador: 2004/2008 não podia ter cumprido.

Mas já quer que nós, em 2021, possamos cumprir 2004/2008.

Ora, se não servia em 2004/2008, se não havia lei, como é que agora se podia cumprir em 2021?

Obviamente que com vontade política e com espírito de cooperação com os representantes dos sindicatos, vamos tentar encontrar soluções. Agora, como já referi, de 2008 a 2020 são 12 anos, e 12 anos é mais de 10.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado João Vasco Costa, e Srs. Srs. Deputados:

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: Termino já, dizendo que, para mim, a palavra vale mais do que qualquer documento assinado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador. Já lá vai o tempo em que nem assinado era cumprido.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E os açorianos já perceberam isso e penso que o PS também já começou a perceber.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo Regional esgotou o seu tempo para este debate. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faz favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente aqui há uma coisa estranha, é que a proposta foi admitida e se foi admitida não o devia ter feito, porque tinha uma proposta ilegal. Portanto, há aqui qualquer incoerência.

Peço desculpa, mas tenho que me defender. Portanto, se a proposta foi admitida, é porque não tinha ilegalidade nenhuma.

Relativamente às últimas palavras proferidas pelo Sr. Secretário, fiquei satisfeita de perceber que o Sr. Secretário (ou então terei percebido mal) vai mesmo agendar uma reunião com estas estruturas sindicais para resolver, e torno a frisar, a situação da atribuição dos dois pontos, entre 2004 e 2008. Se assim for, é muito bom para estes profissionais que assim o ouviram em casa.

Se isto não acontecer, pronto, é muito mau.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, eu peço desculpa, não sou, realmente, da área de direito, não é a minha área de formação sou profissional de saúde. Esperaria que o Sr. Secretário, tendo como sua formação de base, realmente, o direito, percebesse que efetivamente...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É preciso ter lata!

O Orador: ... a questão aqui é que a Lei do Orçamento de Estado de 2020 é que trouxe a regulamentação para o normal desenvolvimento das carreiras.

Portanto, de 2020 para 2021, todo o trabalho que o senhor não teve nestes 8 primeiros meses de Governo, foi feito pelo Governo anterior naquilo que diz respeito ao levantamento do número de profissionais para fazer a transição para a nova carreira.

Quando o Sr. Deputado Rui Martins pediu a palavra, e fez a sua última intervenção, pensei que ele ia falar sobre o porquê de, efetivamente, no seu entendimento, e como partido que suporta o Governo, uma pequena minoria, como acabou por se referir ao número de profissionais no levantamento feito entre 2004 e 2008, não pode usufruir dos mesmos benefícios que a maioria teve?

Portanto, a questão aqui é que da sua política e deste Governo parece, como eu disse, guia-se, apenas e só, por aquilo que as maiorias defendem.

Quanto à legalidade da proposta, eu relembro a esta câmara que tivemos uma petição em apreço e em análise, em março deste ano, e que continha precisamente aquilo que está previsto no ponto 3 desta proposta do Bloco de Esquerda.

Portanto, ninguém questionou, na altura, a legalidade ou não dessa medida. Todos concordaram efetivamente que da parte dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica deveriam ver aquela posição concretizada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor também não sabe disso!

O Orador: Volto a dizer, o próprio PSD, Sr. Deputado João Bruto da Costa, na Comissão, reconheceu a equidade de entre 2004 e 2008 serem atribuídos os dois pontos para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Sr. Deputado Rui Martins, se fala em questão de campanha eleitoral, e atendendo àquilo que o Sr. Secretário acabou de referir há pouco, que vai deixar esta componente do reconhecimento e da atribuição dos dois pontos, entre 2004/2008, para outro processo negocial, esperemos que não seja para o dia 25 de setembro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Quental tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, as comissões servem para se ouvir as pessoas peritas nos assuntos e para esclarecer todo o povo. Não é só para fazermos as perguntas bonitas que nos interessam. Portanto, tem de se fazer várias perguntas para esclarecer toda a população, toda a gente. É para isso que nós fazemos as perguntas. Não me venha dizer agora que, em Comissão, fui esclarecida. É para esclarecer toda a gente e deve fazer-se muitas perguntas.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: É para isso que existem as comissões, senão, os contributos das comissões não serviam de nada.

Em relação ao Deputado Tiago Lopes, realmente, nós concordamos que seja possível a contagem dos pontos do tempo de serviço, dos dois pontos, em relação à relevância do tempo de serviço, para aqueles a quem realmente têm direito a ele.

Todos nós sabemos que na carreira de enfermagem (já que se fala neste nome, não se devia falar), quem teve direito à relevância do tempo de serviço foram todos os funcionários públicos que tinham bom e muito bom.

Realmente, os enfermeiros tinham uma avaliação de desempenho diferente, que era de satisfaz e não satisfaz, e foi acordado com o Governo, da altura, que, por uma questão de justiça, teriam os mesmos dois pontos, em vez do um e meio, que perfazia o satisfaz e o não satisfaz, e entraram todos nos dois pontos.

Se for entendimento do Governo negociar com estas carreiras, que eles também têm direito a isso, nós não nos opomos a isso. Eu nunca disse que nos iríamos opor a isso.

Agora, se houve um entendimento, neste momento, entre a Secretaria da Saúde e os sindicatos, para resolver o período desde 2019 para frente, é isso que os técnicos de diagnóstico querem, é começar a resolver o mais rapidamente possível a sua situação.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CSD-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu vou ser muito breve e é só apenas para fazer aqui uma clarificação, porque aparentemente o Sr. Deputado Tiago Lopes não percebeu as questões da campanha eleitoral.

Na questão da campanha eleitoral, eu vou dizer-lhe o seguinte:

O CDS apresentou, na anterior legislatura, uma proposta deste teor, que foi chumbada pela maioria socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O único partido que votou contra foi o Partido Socialista.

Deputado Miguel Costa (PS): E o PSD como é que votou?

O Orador: Como tinha maioria, foi chumbada esta proposta.

Os senhores votaram contra.

Deputado Miguel Costa (PS): E o PSD como é que votou?

O Orador: O PSD aprovou esta proposta e apresentou uma outra proposta. O PSD votou a favor.

Deputado Miguel Costa (PS): Está enganado!

O Orador: Sr. Deputado Miguel Costa, vá ver aos registos das iniciativas legislativas e certamente vai ver que está lá.

O PSD apresentou uma outra proposta; o PSD apresentou um outro Projeto de Resolução, que era diverso, mas o projeto do CDS foi chumbado pela maioria socialista.

Em campanha eleitoral, mantendo o compromisso que tínhamos feito, como apresentámos na anterior legislatura, garantimos que na legislatura seguinte, fossemos ou não fossemos Governo, onde quer que estivéssemos, iríamos apresentar na mesma, a mesma iniciativa. Foi o que fizemos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Coerência!

O Orador: O agora Sr. Presidente do Governo Regional, em campanha eleitoral, também fez um compromisso com os profissionais de enfermagem, não foi com os técnicos. Mas o CDS tinha este compromisso com os técnicos e o Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, fez o compromisso com os profissionais de enfermagem.

A realidade é que, neste momento, somos Governo e resolvemos a situação. Conforme-se!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Tiago Lopes, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dar aqui uma pequena nota, Sr. Deputado Rui Martins.

Aquilo que efetivamente não nos podemos conformar, nem os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica se podem conformar, é com aquilo que o senhor referiu há pouco.

Eu pensei que o senhor ia pedir desculpas, entretanto, a esta câmara e aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, porque disse que uma minoria, entre 2004 e 2008 não teria o mesmo direito que a maioria, de 2008 para a frente. Essa é que é a verdade e é com isso que eu não me conforme.

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): É verdade, sim senhor.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Eu poderia pedir a defesa da honra, mas como ainda tenho tempo vou fazer uma intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do executivo:

Quando eu referi, Deputado Tiago Lopes, a questão de ser uma minoria, era simplesmente neste aspeto, que é, o que era verdadeiramente importante era resolver a situação que abrangia todos, inclusivamente essa minoria, porque essa minoria finalmente vê regularizada a sua situação, de 2008 a 2017.

A Deputada Alexandra Manes sabe muito bem que é assim, porque esses profissionais também estavam a trabalhar e também têm de ver esse tempo relevado e viram esse tempo relevado neste acordo que foi feito. Essa é que é a realidade.

O período de que estamos a falar é uma fração do número total que agora viram a situação resolvida, e que, a seu tempo, está a porta aberta para a negociação, na mesma. Porquê? Porque, terá de ser visto qual o enquadramento legal para se poder fazer essa relevância de tempo e até se faz sentido. Como é que se vai conjugar, qual é a justificação e que abrangência é que isso poderá ter para outros profissionais de saúde.

Isso terá de ser avaliado e isso a seu tempo será avaliado.

Estes profissionais, esta minoria, também está incluída na maioria que viu a sua situação resolvida. É só.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu estranho muito que, mais uma vez, e infelizmente tenho de o relembrar disto, mas dadas as responsabilidades que teve no anterior Governo, acho incrível que não perceba esta realidade e que venha dizer que é uma minoria, como se eles não fizessem parte da maioria. Não percebi!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CSD-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 49/XII – “Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica dos Açores”, uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 49/XII, apresentado pelo BE, foi reprovado com 21 votos contra do PSD; 3 votos contra do CDS, 1 voto contra do Chega, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do Deputado Independente; 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está, assim, encerrado este ponto da nossa Agenda.

Avançamos para o ponto 10.

Sr. Deputado Pedro Neves pede a palavra para?

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental.

Presidente: É regimental. Atendendo à nossa hora, encerramos os nossos trabalhos.

Até amanhã. Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 44 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Deputado Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

(*) Texto não revisto pelo Orador

As redatoras, Sara Azevedo e Conceição Branco